

**URI – UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA
DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO – URI/FW**

EVAKEILA PEREIRA SANTANA SOUSA

**A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE:
O PROGRAMA LEEI NO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA - MT**

FREDERICO WESTPHALEN-RS

2025

EVAKEILA PEREIRA SANTANA SOUSA

**A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS
E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE:
O PROGRAMA LEEI NO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA - MT**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação Campus de Frederico Westphalen departamento de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Educação – Uri/Fw, para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvia Regina Canan.

FREDERICO WESTPHALEN-RS

2025

S696e Sousa, Evakeila Pereira Santana

A efetividade das políticas educacionais e suas implicações na prática docente : o Programa LEEI no município de Nova Xavantina - MT / Evakeila Pereira Santana Sousa. – 2025.

119 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen, 2025.

Orientadora: Dra. Silvia Regina Canan.

1. Políticas públicas educacionais. 2. Educação Infantil. 3. ICMS Educação. 4. Programa de Formação Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI. 5. Alfabetização. I. Canan, Silvia Regina. II. Título.

CDU 37

Catlogação na fonte: Bibliotecária Karol de Rosso Strasburger CRB 10/2687

BANCA EXAMINADORA

_____ /_____/_____

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvia Regina Canan.

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

_____ /_____/_____

Profa. Dra. Cristiane Backer Welter.
Universidade de Caxias do Sul - **UCS**.

_____ /_____/_____

Prof. Dr. Cesar Riboli.
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sou grata pela vida, por ter a capacidade de aprender a cada dia e pelas bênçãos recebidas.

À minha querida e excelente orientadora, professora Dr.^a Silvia Regina Canan, por toda orientação no mestrado. Nesta jornada aprendi muito com a sua integridade, seriedade e comprometimento com a profissão e estudos. Sou grata pelo apoio neste percurso de pesquisa, pelas palavras de incentivo e motivação, pelo olhar atento e minucioso sobre a minha escrita.

Ao meu esposo, agradeço pela parceria incondicional, pela compreensão diante das ausências causadas pelas viagens e noites de estudo, e pelo cuidado afetuoso comigo e com nossa filha e filho. Sua presença foi essencial para que eu pudesse cumprir as exigências das aulas presenciais e manter o equilíbrio emocional necessário.

Aos meus pais, minha eterna base e apoio, agradeço por cuidarem com tanto carinho da minha família durante os períodos em que estive ausente para estudar. Seu amor, cuidado e dedicação foram fundamentais para que eu pudesse seguir com tranquilidade no estudo.

Aos meus sogros, cunhada, irmãs e irmão, deixo meu reconhecimento pelo incentivo, e gratidão pelo apoio.

Aos amigos e amigas, agradeço pela força, pelas palavras de encorajamento.

Agradeço pelas contribuições da banca, na figura do professor Dr. Cesar Riboli, registro minha gratidão pelas contribuições valiosas e pelo olhar atento à minha pesquisa.

Agradeço as contribuições da banca, realizadas pela Dr.^a Cristiane Backer Welter, pela sua sensibilidade e pela leitura minuciosa que tanto enriqueceram meu trabalho.

Agradeço as contribuições da banca, realizadas pelo Dr. Daniel Pulcherio Fensterseifer.

Por fim, agradeço aos membros do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, do Câmpus de Frederico Westphalen – RS, pelo acolhimento caloroso e pela amorosidade com que fui recebida. Aos professores que tive o privilégio de tê-los como mestres, agradeço por serem parte essencial e testemunhas do meu processo de aprendizagem.

Depois de tudo

De tudo ficaram três coisas:

A certeza de que estamos sempre a começar...

A certeza de que é preciso continuar...

*A certeza de que podemos ser interrompidos antes de
terminar.*

Por isso devemos:

Fazer da interrupção um caminho novo...

Da queda um passo de dança...

Do medo uma escada...

Do sonho uma ponte...

Da procura um encontro.

(Fernando Pessoa).

RESUMO

A pesquisa teve como objeto de estudo “Analisar os dados das provas de entrada dos alunos do 1º ano do ensino fundamental, por meio do Programa de Formação Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI implantado na Rede Municipal de Educação de Nova Xavantina, visando verificar se é possível percebermos implicações na prática docente, relacionadas ao Programa LEEI, considerando os resultados da avaliação de entrada, a qual retrata o rendimento escolar das crianças egressas dessa fase escolar”. Trata-se de uma pesquisa de abordagem caracterizada como qualitativa, dialético/hermenêutica, cujos dados foram coletados, *in loco*, na Secretaria de Educação, no município de Nova Xavantina – MT. Utilizou-se os resultados da avaliação de entrada, a qual retrata o rendimento escolar das crianças egressas da educação infantil. Configura-se um estudo crítico sobre os impactos que residem na indexação, conforme estabelecida pela Lei Estadual 746/2022, de 10% do valor do ICMS condicionado aos municípios, com base em critérios relacionados aos resultados educacionais e, conseqüentemente, visando assegurar a “Alfabetização na Idade Certa”. Esse mecanismo pode exercer impactos diretos e indiretos sobre a Educação Infantil, influenciando as práticas pedagógicas e fortalecendo a promoção da alfabetização nas turmas da educação infantil, efetivada a partir da lógica do capital e da produtividade. Os resultados encontrados sugerem que a implementação do ICMS-Educação trouxe um impactos que fomentam o pensamento sobre a necessidade de avançar na aceleração da alfabetização das crianças, ainda na educação infantil, para assim alcançar melhor desempenho educacional e definir os valores dos repasses financeiros para o município. Neste viés, nos dados da avaliação diagnóstica inicial encontrou-se efeitos consideráveis na pesquisa. Por um lado, os resultados da prova de entrada apontam uma defasagem significativa na aprendizagem das crianças egressas da educação infantil, nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática. Tal cenário demandou avanços substanciais nas estratégias pedagógicas adotadas, com vistas a busca de melhoria do desempenho das crianças (esse avanço refere-se ao tipo de ação pensada pedagogicamente, mas isso pouco impactou nos resultados da prova de entrada). Por outro lado, os dados revelam a fragilidade das ações de mobilização voltadas à pré-alfabetização na educação infantil, para assegurar índices melhores de arrecadação do ICMS-Educação. Acreditamos que a aprendizagem nessa etapa é compreendida como um processo integral, mediado por estímulos e experiências sociais que favorecem o desenvolvimento da criança. A aquisição da linguagem escrita, nesse contexto, emerge como ferramenta essencial para a construção de novos saberes e formação da identidade. Além disso, a pesquisa reforça o papel estratégico das políticas públicas educacionais na consolidação do conhecimento, destacando sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico do país, ao estabelecer diretrizes que asseguram a qualidade do ensino e a equidade no acesso e permanência do educando na escola, reverbera uma necessidade política econômica para avançar na pré-alfabetização das crianças na etapa final da educação infantil.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Educação Infantil; ICMS-Educação.

ABSTRACT

The research aimed to "Analyze the data from the entrance exams of 1st-grade elementary school students through the Reading and Writing in Early Childhood Education Training Program - LEEI, implemented in the Municipal Education Network of Nova Xavantina, in order to verify if it is possible to perceive implications in teaching practice related to the LEEI Program, considering the results of the entrance assessment, which reflects the academic performance of children leaving this school phase." This is a qualitative, dialectical/hermeneutical research study, whose data were collected in situ at the Department of Education in the municipality of Nova Xavantina – MT. The results of the entrance assessment, which reflects the academic performance of children leaving early childhood education, were used. This study critically examines the impacts of indexing, as established by State Law 746/2022, 10% of the ICMS (Tax on Circulation of Goods and Services) value to municipalities, based on criteria related to educational outcomes and, consequently, aiming to ensure "Literacy at the Right Age." This mechanism can have direct and indirect impacts on Early Childhood Education, influencing pedagogical practices and strengthening the promotion of literacy in early childhood education classes, implemented from the logic of capital and productivity. The results suggest that the implementation of ICMS-Education has had impacts that foster reflection on the need to accelerate children's literacy, even in early childhood education, in order to achieve better educational performance and define the values of financial transfers to the municipality. In this vein, considerable effects were found in the data from the initial diagnostic assessment. On the one hand, the results of the entrance exam point to a significant learning gap among children leaving early childhood education, particularly in the areas of Portuguese Language and Mathematics. This scenario demanded substantial advances in the pedagogical strategies adopted, aiming to improve children's performance (this advance refers to the type of action conceived pedagogically, but this had little impact on the results of the entrance exam). On the other hand, the data reveal the fragility of mobilization actions aimed at pre-literacy in early childhood education, to ensure better ICMS-Education revenue rates. We believe that learning at this stage is understood as a comprehensive process, mediated by stimuli and social experiences that favor the child's development. The acquisition of written language, in this context, emerges as an essential tool for the construction of new knowledge and the formation of identity. Furthermore, the research reinforces the strategic role of public educational policies in the consolidation of knowledge, highlighting their contribution to the social and economic development of the country, by establishing guidelines that ensure the quality of education and equity in access and retention of students in school, reflecting a political and economic need to advance pre-literacy for children in the final stage of early childhood education.

Keywords: Educational Policies; Early Childhood Education; ICMS-Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização Geográfica de Nova Xavantina – MT.....	22
Figura 2 - Organograma 01: Descritores amplos utilizados no Estado do Conhecimento, com a fonte de pesquisa, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.....	35
Figura 3 - Organograma 02: Descritores específicos utilizados no Estado do Conhecimento, com a fonte de pesquisa, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.....	36
Figura 4 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, primeiro descritor utilizado no Estado do Conhecimento.....	37
Figura 5 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, primeiro descritor utilizado no Estado do Conhecimento refinado.....	37
Figura 6 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, segundo descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento.....	38
Figura 7- Produções científicas filtradas dos anos 2015 a 2025.....	38
Figura 8 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, terceiro descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento.....	39
Figura 9 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, terceiro descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento.....	39
Figura 10 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, terceiro descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento.....	40
Figura 11 - Sem resultado para o quarto descritor.....	40
Figura 12 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, segundo descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento.....	41
Figura 13 - 1 resultado na busca por pesquisas sobre o descritor.....	41
Figura 14 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, segundo descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento.....	42
Figura 15 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, segundo descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento.....	42
Figura 16 - Política de Formação Continuada: PNAIC.....	43
Figura 17 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, segundo descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento.....	43
Figura 18 - Educação Infantil Pré I e Pré II.....	44

Figura 19 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, segundo descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento.....	44
Figura 20 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes ICMS-Educação.....	45
Figura 21 - Levantamento dos descritores amplos na CAPES.....	46
Figura 22 - Levantamento dos descritores específicos na CAPES.....	46
Figura 23 - Nuvem de palavras, a partir das palavras-chave dos textos selecionados da na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes.....	56
Figura 24 - Categorias de análise.....	82
Figura 25 - Recorte de Power Point da avaliação componente curricular de português referente às crianças egressas da educação infantil	85
Figura 26 - Recorte de Power Point da avaliação de entrada das crianças egressas da educação infantil.....	87
Figura 27 - Lista de municípios por índices de desempenho.....	93
Figura 28 - Categorias de análise.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro comparativo: problema e objetivos.....	23
Tabela 2 - Questões norteadoras.....	24
Tabela 3 - Levantamento na CAPES descritores amplos - período de 26/06/2024 a 11/02/2025 dos últimos 10 anos.....	45
Tabela 4 - Levantamento na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, descritores específicos, no período de 26/06/2024 a 11/02/2025 dos últimos 10 anos.....	46
Tabela 5 - Levantamento na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, selecionadas quatro dissertações e teses publicadas , nos últimos dez anos (2015-2025).....	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 JUSTIFICATIVA E ENVOLVIMENTO COM A TEMÁTICA.....	16
1.2 CONCEPÇÕES E CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	20
1.3 CENÁRIO DA PESQUISA.....	21
1.4 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	22
1.4.1 Quadro comparativo: problema e objetivos.....	23
1.4.2 Questões norteadoras.....	24
1.5 A PESQUISA QUALITATIVA/DIALÉTICA E HERMENÊUTICA.....	24
2 CAPÍTULO 2 - BASES EPISTEMOLÓGICAS E TEÓRICAS.....	28
2.1 PROGRAMA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (LEEI).....	28
2.2 A CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	30
3 ESTADO DO CONHECIMENTO.....	33
4 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	56
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) PARA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	59
4.2 POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PNAIC:REFLEXÕES E APONTAMENTOS.....	62
4.3 POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA LEEI/MT.....	65
4.4 ICMS EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO.....	75
5 ANÁLISE DE DADOS.....	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	106
ANEXOS.....	112

1 INTRODUÇÃO

“Os professores vivem tempo paradoxais. Apesar das críticas e das desconfianças em relação às suas competências profissionais, exige-se-lhes quase tudo.”
(NÓVOA, 2017).

O presente trabalho propôs-se a analisar os dados das provas de entrada dos alunos do 1º ano do ensino fundamental¹, por meio do Programa de Formação Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI² implantado na Rede Municipal de Educação de Nova Xavantina. Visando verificar se é possível percebermos implicações na prática docente, relacionadas ao Programa LEEI, considerando os resultados da avaliação de entrada, a qual retrata o rendimento escolar das crianças egressas dessa fase escolar.

A partir disso, considera-se que o ato de avaliar constitui uma prática inerente à vida cotidiana, manifestando-se de forma contínua nas interações sociais e nas tomadas de decisão na nossa vida cotidiana. No contexto escolar contínuo e sistemático, ele se distingue por estar orientado por uma intencionalidade pedagógica e diagnóstica. A avaliação, nesse âmbito, transcende o julgamento imediato e assume o papel de instrumento formativo, voltado à compreensão dos processos de aprendizagem e ao aprimoramento das práticas educativas com o foco no desenvolvimento integral do aluno. Os resultados das provas servem de subsídio para as escolas aferirem a real situação do sistema educacional.

Assim, as políticas públicas educacionais desempenham um papel essencial para garantir o acesso à educação, promover a qualidade de ensino e reduzir a desigualdade. Elas não apenas orientam as práticas pedagógicas e administrativas, como também asseguram o que o direito à educação de qualidade seja garantido a todos os cidadãos.

Neste sentido, os programas Alfabetiza MT (busca fortalecer o regime de colaboração entre os governos estadual e municipais do estado do Mato Grosso), e o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI (o qual integra o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Governo Federal), são programas que visam garantir a alfabetização na idade certa e a melhoria da qualidade da educação.

O estudo insere-se na linha 2 de pesquisa: “Políticas Públicas e Gestão da Educação”, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade

¹ Ainda que, ao longo do texto, seja recorrente a referência ao 1º ano do Ensino Fundamental, é importante destacar que o foco central da pesquisa reside na Educação Infantil, considerando suas especificidades pedagógicas, e como se dá à avaliação da Educação Básica.

² Adiante iremos retratar sobre o Alfabetiza Mato Grosso e o programa **LEEI/MT**.

Regional Integrada do Alto do Uruguai e das Missões URI, da cidade de Frederico Westphalen no Rio Grande do Sul.

O tema escolhido, “A efetividade das Políticas Educacionais e suas Implicações na Prática Docente: o Programa LEEI no Município de Nova Xavantina – MT”, é de alta relevância para a sociedade, uma vez que estuda temática que pode contribuir com as políticas educacionais, notadamente no campo de educação e da alfabetização. Durante a pesquisa no site de catálogos da Capes, dos meses de junho a agosto³, para fins de levantamento de dados para formar o estado do conhecimento foi verificado que há publicações de trabalhos científicos relacionados à linha 2 de pesquisa mencionada aqui, o que demonstra que o tema tem potencial para ser estudado, aprofundado e amplamente debatido. Esse fato contribuiu para o recorte do objeto de estudo da pesquisa.

Em face disso, a preocupação com as atividades diárias escolares e a pressão para aumentar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na escola está relacionada à nova Lei de Arrecadação do ICMS⁴ (Lei Estadual 746/2022). A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 confere aos entes federativos estaduais a prerrogativa de definir critérios para o repasse da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo de competência estadual. A distribuição dessa receita entre os municípios é regulada por normativas específicas de cada unidade federativa.

No caso do Estado de Mato Grosso, a Lei Complementar nº 746, de 25 de agosto de 2022 disciplina os parâmetros para o cálculo dos Índices de Participação dos Municípios (IPM) na arrecadação do ICMS. Entre os critérios estabelecidos, destaca-se a inclusão de indicadores educacionais que vinculam a qualidade do ensino às verbas repassadas ao município, com a previsão de alocação de 10% da cota-parte até o exercício de 2025, e de 12% a partir de 2026, conforme será aprofundado mais adiante.

Ao nos debruçarmos, criticamente, sobre o objeto de estudo é natural que surjam múltiplas inquietações que nos impulsionam a buscar um aprofundamento teórico mais consistente. Esse movimento investigativo, não apenas amplia nossa compreensão, como também nos conecta às práticas e aos discursos que circulam nos espaços institucionais. Nesse sentido, destaca-se a contribuição de Witalo Paiva (2022), que durante palestra realizada em novembro de 2022, para prefeitos e secretários municipais de educação, trouxe reflexões

³ Para uma análise mais detalhada, recomenda-se a leitura do **item 4.2**, no qual são abordados aspectos específicos e relevantes da presente discussão.

⁴ Informações complementares podem ser consultadas no **subcapítulo 4.2**, onde são apresentados os desdobramentos analíticos pertinentes à temática em questão.

relevantes durante o Seminário “Repasse de ICMS”. O evento foi promovido pelo Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc-MT), e teve como objetivo discutir os impactos e as implicações da legislação vigente Estadual 746/2022, que determina a indexação de 10% do valor do ICMS repassado aos municípios, à qualidade da Educação.

Segundo Paiva (2022), isso gera um espírito de concorrência, que fará com que cada município busque a superação diante desse novo cenário. E cada escola poderá melhorar a sua oferta educacional, criando uma escala de grandes proporções, que vai refletir positivamente em toda a Rede Estadual de Ensino. Nesse processo, as escolas passam a desempenhar um papel estratégico, ampliando suas ações pedagógicas e estruturais em uma escala que transcende os limites locais, reverberando positivamente em toda a Rede Estadual de Ensino.

Tal movimento não apenas fortalece o sistema educacional como um todo, mas também contribui para a constituição de experiências referenciais, capazes de orientar análises críticas e subsidiar a construção de novos entendimentos teóricos e práticos. Essas experiências, portanto, tornam-se fundamentais para esta pesquisa, na medida em que oferecem pistas valiosas sobre os caminhos possíveis para o fortalecimento da educação pública, articulando gestão, equidade e qualidade de ensino.

Em se tratando dos parâmetros da educação pública, voltados para o avanço de seus resultados, a alfabetização constitui a pedra angular da educação, representando o primeiro passo na trajetória educacional das crianças no ensino fundamental. Esse processo se prolonga ao longo de suas vidas dentro do ensino fundamental. Os desafios são substanciais, exigindo uma ação conjunta e coordenada entre educadores, gestores e comunidade escolar, visando superar as disparidades e promover um ensino inclusivo e eficaz, demandando um comprometimento contínuo para a promoção da qualidade e equidade na educação.

Apesar dos avanços, reconhece-se que há um caminho significativo a ser percorrido para a concretização desses objetivos e erradicação do analfabetismo no Brasil. Na trilha desse pensamento, após realizar as etapas do Processo Seletivo, no mês de março de 2024 resolvi realizar a minha matrícula no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) para o curso de Mestrado em Educação. Tendo em vista que o diálogo intersubjetivo, frente às demandas do contexto vivenciado na comunidade escolar, fazem com que os saberes curriculares e a formação de professores ganhem sentido.

No contexto da educação pública, todos os envolvidos direta ou indiretamente tornam-se parte do movimento para que o município alcance as metas estabelecidas e, assim, obtenha uma boa arrecadação do ICMS. Portanto, esta mudança na forma de financiar a educação

pública proporcionou uma maior necessidade de colaboração entre estados e municípios. Na prática, representa um novo paradigma na educação pública, no qual gestores, professores e secretários municipais e estaduais são desafiados a atuar conjuntamente em busca da qualidade e equidade na educação. E refletindo na Educação infantil estratégias eficazes para atingir as metas pré-definidas.

Segundo Libâneo (2016), é nesse contexto que se institui, em âmbito internacional, um padrão universal de políticas para a educação baseado em indicadores e metas quantificáveis como critério de governabilidade curricular, visando ao controle dos sistemas de ensino nacionais. Diante dessa discussão, a necessidade de desenvolver esta pesquisa se dá em função de ser um campo propício, fecundo e legítimo de investigação.

Esta pesquisa buscou estudar a efetividade das políticas educacionais e suas implicações na prática docente, bem como, a ressignificação das experiências do programa LEEI, do qual faço parte⁵, atuando como formadora do Município de Nova Xavantina, Mato Grosso, e professora da educação infantil. Nesse particular, nossa expectativa foi a de que essa investigação produza frutos na elaboração de saberes que constituem a profissionalização docente.

Acredita-se que as pesquisas já realizadas possam contribuir para a reflexão e formulação de políticas públicas, priorizando o direcionamento do ensino e a atuação dos educadores em sala de aula.

1.1 JUSTIFICATIVA E ENVOLVIMENTO COM A TEMÁTICA

Discorrer sobre a temática Políticas Públicas e Gestão da Educação, tendo como referência Políticas de Formação Continuada – O Programa LEEI - no Município de Nova Xavantina demanda, inicialmente, situar um pouco de minha⁶ história de vida, pois tal história se perfila entre o idealizar-aprender-ensinar-aprender, num processo contínuo e pessoal.

Os conhecimentos teóricos que adquiri, aliados à prática como educadora, oportunizaram as bases para experiências em gestão, inicialmente como diretora escolar e, posteriormente, como coordenadora pedagógica. Tardif em seus estudos sobre saberes destaca a importância dos saberes experienciais na atuação dos professores. Saberes que emergem da

⁵ O texto da Introdução: Justificativa e envolvimento com a temática está redigido na 1ª pessoa do singular por tratar de aspectos subjetivos.

⁶ Faço parte do Programa, Leitura e Escrita na Educação Infantil, como formadora municipal, bolsista de ensino, pesquisa, extensão, Desenvolvimento Institucional, Empreendedorismo e Inovação, vinculado a um projeto específico, conforme previsão do Art. 4º-B da Lei n.º 8.958/1944; art. 34 do Decreto n.º 9.283/2018; e Resolução 188/2021 da UFMS.

experiência da prática vivenciada no cotidiano escolar estão enraizados no seguinte fato mais amplo: o ensino se desenvolve num contexto de múltiplas interações que representam condicionantes diversos para a atuação do professor. (TARDIF, 2014).

Portanto, minha vivência no âmbito da gestão e prática pedagógica por 15 anos na rede municipal, proporcionou-me outros conhecimentos, outros questionamentos e reflexões, e colocou-me como dispositivo problematizador da própria perspectiva teórico-metodológica. Foi neste contexto que considerei oportuno realizar uma especialização na área Educação, focada na linha 2 de pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Esse enfoque visa subsidiar o trabalho cotidiano da escola, vista a uma gestão alinhada com a proposta pedagógica, formação continuada voltada aos anseios da comunidade escolar, bem como às políticas públicas de elevação da qualidade do ensino público. Mergulhando nas questões educacionais, cerne de meu trabalho nas diversas instâncias, e observando as relações administrativas e pedagógicas praticadas nas escolas públicas e com um pouco de vivência na escola particular, ocupei um lugar de pesquisadora⁷.

Isso me rendeu a constatação de que as práticas pedagógicas não se harmonizam com o Projeto da Escola, bem como, a proposta curricular não está em plena concordância, o que resulta em uma lacuna entre o que é planejado, ensinado pelo professor e efetivamente aprendido pelo aluno. Nessa concepção, algo que sempre me inquietou foi a práxis que não é pensada para planejar a formação continuada, o cotidiano escolar e as ações para cumprir a demanda da política pública em conjunto com o gestor escolar.

A inovação de tal ação ocorreria a partir das demandas cotidianas impostas à profissão docente, não no sentido de racionalidade puramente técnica, mas uma formação de base crítica, composta por evidências que oportunizam ser uma pesquisadora crítica que busca aprender mais. O que implica em inquietação no sentido de pensar a prática educativa e as possibilidades de aprender. Essa discussão justifica o interesse desta pesquisa, voltada para analisar e compreender o campo de ação do professor como espaço vivo e formativo, capaz de produzir novos saberes à profissão baseadas em evidências, é o estudo ao qual me dedico a realizar.

As experiências de formações continuadas para professores, vivenciadas por mim⁸ desde o meu ingresso na rede pública municipal, ano de 1998, perpassando por gestores escolares e coordenadores, marcados pela concepção da reprodução do conhecimento, uma

⁷ Como formadora municipal, bolsista de ensino, pesquisa, extensão, Desenvolvimento Institucional, Empreendedorismo e Inovação vinculado a um projeto específico, conforme previsão do Art. 4º-B da Lei n.º 8.958/1944; art. 34 do Decreto n.º 9.283/2018; e Resolução 188/2021 da UFMS.

⁸ Comecei minha carreira dentro do município e logo assumi o concurso na rede.

formação descontextualizada dos saberes da prática, uma formação que tinha como princípio uma ciência absoluta, que atualmente está em pleno questionamento diante de um novo paradigma que impõe e exige mudanças de natureza epistemológica, que interferirá diretamente no modo de conceber o ensino e a aprendizagem.

Para Borges, os saberes docentes ainda são considerados como relacionais, ou seja [...] são frutos das interações produzidas pelo docente no seu trabalho e em decorrência da sua atividade profissional [...], pois o objeto de trabalho do professor são seres humanos (GRUTZMANN, 2019).

Todo esse relato se justifica para dar um panorama da fragilidade da formação docente, por mim⁹ vivenciada para assumir as atividades funcionais enquanto professora e gestora escolar, exigindo de minha parte uma dedicação extra a leituras e participação em eventos, seminários, cursos e investimento financeiro próprio. A discussão dessas questões, por sua vez, não pode ser realizada de forma dissociada do contexto das mudanças provocadas pelas Reformas Educacionais e políticas de formação vivenciadas nos últimos anos, com repercussões diretas nas concepções sobre a profissão docente e a formação dos educadores. Tendo, por conseguinte, a formulação de novas propostas e programas de investimentos públicos neste campo.

Neste intuito, almeja-se uma formação ética comprometida com a relação do conhecimento formativo e com os anseios da sociedade.

Assim, as funções universitárias podem ser sistematizadas nas seguintes: criação, desenvolvimento, transmissão e crítica da ciência, da técnica e da cultura; preparação para o exercício das atividades profissionais que exijam a aplicação de conhecimento e métodos científicos e para a criação artística; apoio científico e técnico ao desenvolvimento cultural, social e econômico das sociedades. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002).

Ressalto, nessa perspectiva, que a universidade, a graduação não se encarrega apenas no conservadorismo de conhecimentos e culturas, mas principalmente requer uma atenção a partir do que já existe para o desenvolvimento e a aspiração à criação. Todavia, acreditamos que o ensino que produz apenas a alienação do conhecimento contribui parcialmente para a apreensão de uma alta gama destes, ao mesmo tempo em que engessa na consciência que lhe convém. Esse exercício pouco proporcionará um pensamento crítico e reflexivo em torno da relação conhecimento e sociedade.

Perante o cenário atual, emerge a necessidade de valorização dos saberes docentes, tanto aqueles oriundos do vasto campo da experiência profissional, quanto os provenientes de

⁹ Em 2018 assumi o cargo de gestora escolar e tive a primeira experiência de relacionamento com as políticas públicas e formação de professores.

conhecimentos teóricos e científicos. Portanto, buscaremos compreender o repertório de saberes evidenciados na epistemologia da prática docente, bem como as políticas públicas que norteiam o fazer pedagógico nas escolas, considerando suas interferências e inerências.

Nesta perspectiva, busco desenvolver esta investigação no âmbito das políticas públicas e da gestão da educação, levando em conta o contexto da globalização e do neoliberalismo hegemônicos, considerando a educação como um bem público. Vale ressaltar a Agenda 2030 - ONU (SOUSA; SCHMIDT, 2023), especialmente em seu Objetivo 4, que trata da Educação de Qualidade. ‘

Nesse contexto, envolvida em valores e princípios neoliberais, a busca por se desenvolver e se impor na ordem cultural, por meio de textos discursivos, sugere que o conceito de Educação de Qualidade, no contexto da Agenda 2030, possivelmente faz parte desse jogo de massificação. Isso enfatiza a importância de os educadores questionarem qual tipo de sujeito se pretende formar nas práticas do cotidiano escolar.

Diante disso, a Lei Estadual 746/2022 de arrecadação do ICMS já ressoa nas escolas, ressaltando a relevância de uma mudança de cenário, que acompanha direta e indiretamente o impacto na educação infantil, vivenciado por docentes e permeando as práticas pedagógicas. Tais práticas são postas à prova e, assim, são modificadas e influenciadas para alcançar os índices de avaliações externas.

Pensando assim, destacam-se as observações feitas por Sousa e Schmidt (2023): a meta 4.2, verifica-se um pragmatismo utilitarista; ao encarrilar a educação pré-escolar ao ensino primário, esquece-se que a educação infantil não é propedêutica. Contudo, o ponto de vista administrativo e matemático do neoliberalismo deseja que tudo seja previsível e mensurável. Não obstante, aglutina-se o conceito de desenvolvimento com outro conceito empresarial, o de qualidade, ressaltando que a educação-ensino da primeira infância não pode ser oferecida sob uma perspectiva qualquer, mas deve observar as características próprias de cada uma das etapas numa constante dialética, a partir da análise crítica das práticas e da resignificação das teorias a partir dessa prática.

Nesse cenário, a prática docente e a formação continuada em serviço devem ser consideradas em relação aos diversos aspectos da prática educativa. Ambas são indissociáveis das políticas culturais que as condicionam. Uma consequência dessa afirmação é que nenhuma prática educativa se justifica fora do seu contexto político e/ou social.

Assim, a prática docente e a formação do professor só se justificam como parte de um processo inacabado de permanente elaboração e reelaboração. De um sentido mais amplo, a formação continuada tem sua relevância e importância intrínsecas no processo profissional

dos educadores. Portanto, programas e ações são concebidas para atingir metas estabelecidas. Conforme Agum; Riscado e Menezes (2015) afirmam, que pode-se resumir política pública como o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças nos rumos ou cursos dessas ações.

Além disso, a prática docente e a formação continuada não apenas respondem às exigências do contexto atual, mas também são instrumentos fundamentais para a transformação e aprimoramento do sistema educacional. A formação contínua das professoras e professores deve ser vista como um investimento essencial e colaborativo que promove a atualização dos saberes, o desenvolvimento de novas metodologias de ensino e a capacidade de adaptação às mudanças sociais e tecnológicas. Esse processo contínuo de desenvolvimento profissional contribui para a melhoria da qualidade do ensino e para o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos pelas políticas públicas.

Diante desse cenário, e considerando que os saberes adquiridos estão enraizados na experiência de vida e trabalho, busco aprimorar minha pesquisa para contribuir com o campo educacional, enfocando a efetividade das políticas educacionais e seus impactos na prática docente. Conforme destacado neste lugar cotidiano de trabalho, o professor, por tentativa e erros vai ajustando as situações de ensino e aprendizagem, adquirindo uma bagagem de situações corriqueiras e inusitadas. (GRUTZMANN, 2019).

O docente aprende seu trabalho em meio às interações humanas, complexas, pois seus sujeitos são outros seres humanos, dessa forma, sua personalidade torna-se um elemento fundamental na relação ensino aprendizagem. Ainda, vai constituindo sua identidade docente pelo fazer contínuo, dia após dia, ano após ano.

1.2 CONCEPÇÕES E CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este estudo buscou delinear o percurso metodológico da pesquisa, considerando que toda investigação científica requer uma metodologia que seja capaz de abordar adequadamente o objeto de estudo. O estudo aborda a seguinte questão principal: Analisar se é possível percebermos implicações na prática docente, relacionadas ao Programa LEEI, desenvolvido no município de Nova Xavantina MT, a partir dos resultados da avaliação de entrada a qual retrata o rendimento escolar das crianças egressas da educação infantil?

A definição desse objetivo foi primordial para compreendermos como ocorreria a pesquisa do estado do conhecimento. Pois, ao realizar investigações, os pesquisadores estão

contribuindo para as descobertas de novos saberes, ampliação de novas informações e/ou desenvolvem ideias para desafios que encontramos na atualidade.

Assim, como nos aponta Karl Marx (1986) na obra *O capital*, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas.

1.3 CENÁRIO DA PESQUISA

Toma-se como universo da pesquisa o espaço geográfico que correspondente à cidade de Nova Xavantina-MT¹⁰, delimitando-se esse recorte territorial como referência para a coleta e análise dos dados. O município de Nova Xavantina está localizado na região do Médio Araguaia, às margens do Rio das Mortes, a aproximadamente 653 quilômetros de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso. Sua origem remonta à década de 1940, período marcado pela implementação da política de interiorização do território nacional promovida pelo governo de Getúlio Vargas, amplamente conhecida como "Marcha para o Oeste".

Nesse contexto, foi organizada a Expedição Roncador-Xingu, sob a liderança do Coronel Flaviano de Mattos Vanique, cuja chegada às margens do Rio das Mortes deu-se em 28 de fevereiro de 1944. No ponto de avistamento do rio, estabeleceu-se o posto-base da expedição e, em 14 de abril do mesmo ano foi lançada a Pedra Fundamental da então futura cidade de Xavantina.

A vila originada a partir da expedição constituiu-se como o núcleo inicial da atual cidade de Nova Xavantina, cuja emancipação oficial ocorreu por meio da Lei nº 4.176, de 3 de março de 1980. Atualmente, o município apresenta uma população de 24.345 habitantes, conforme os dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE.

A figura 1, a seguir, está ilustrando a localização geográfica do município em estudo.

Figura 1 - Localização Geográfica de Nova Xavantina – MT

¹⁰ Dados retirados do site oficial da Câmara Municipal de Nova Xavantina. Disponível em: <https://www.novaxavantina.mt.leg.br/institucional/historia/historia-de-nova-xavantina>. Acesso em 30 de julho de 2025.

Além disso, a pesquisa desempenha um papel fundamental na formação de políticas públicas e na melhoria das condições de vida dos indivíduos. Ao fornecer evidências e informações fundamentadas em dados comprovados, a pesquisa orienta decisões informadas que podem impactar positivamente a sociedade, evitando que estas fiquem à mercê de suposições ou achismos. No contexto educacional, por exemplo, a pesquisa ajuda a identificar métodos de ensino mais eficazes, a compreender as necessidades dos estudantes, comunidade escolar e a desenvolver currículos mais inclusivos e abrangentes.

Portanto, a concepção da pesquisa vai além da mera coleta de dados, ela envolve um compromisso com a investigação rigorosa, a análise crítica e a disseminação de conhecimento. A pesquisa é, assim, um pilar essencial para o progresso e a inovação em diversas áreas, promovendo um entendimento mais profundo e soluções mais eficazes para os desafios enfrentados pela sociedade.

De acordo com Matias-Pereira (2019, p.43), “a metodologia é o emprego do conjunto dos métodos, procedimentos e técnicas que cada ciência em particular põe em ação para alcançar os seus objetivos”. Cada pesquisa possui objetivos específicos, e para identificar respostas, testar hipóteses e desenvolver soluções para esses objetivos, é imprescindível definir uma metodologia de pesquisa apropriada.

Assim, reconhecendo a importância da pesquisa para a sociedade, especialmente no campo educacional, apresentamos a seguir as abordagens teóricas e metodológicas. Além disso, escrevemos sobre a trajetória metodológica dos objetivos da pesquisa, com o propósito de estabelecer um caminho sólido para a geração de conhecimento.

Para o desenvolvimento da nossa pesquisa, trabalhamos a partir dos objetivos e questões que seguem:

1.4.1 Quadro comparativo: problema e objetivos

Tabela 1 - Quadro comparativo: problema e objetivos

PROBLEMA	OBJETIVO GERAL
É possível percebermos implicações na prática docente, relacionadas ao Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), desenvolvido no município de Nova Xavantina MT, a partir dos resultados da avaliação de entrada a qual retrata o rendimento escolar das crianças egressas da educação infantil?	Analisar os dados das provas de entrada dos alunos do 1º ano do ensino fundamental por meio do Programa de Formação Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI implantado na Rede Municipal de Educação de Nova Xavantina, visando verificar se é possível percebermos implicações na prática docente, relacionadas ao Programa LEEI, considerando os resultados da avaliação de entrada, a qual retrata o rendimento escolar das crianças egressas dessa fase escolar.

Fonte: Elaborado pela autora (Jan/2025).

1.4.2 Questões norteadoras

Tabela 2 - Questões norteadoras

QUESTÕES DA PESQUISA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Quais são as políticas de formação continuada e que programas elas geraram para os professores da EI?	Conhecer quais são as políticas de formação continuada e que programas elas geraram para os professores da EI, entre os anos de 2002 a 2024.
A nova Lei de Arrecadação do ICMS (Lei Estadual 746/2022) influencia ou pressiona as escolas para melhorar os índices de desempenho escolar?	Compreender se a nova Lei de Arrecadação do ICMS (Lei Estadual 746/2022) influencia ou pressiona as escolas para melhorar os índices de desempenho escolar?
O que é o Programa Alfabetiza Mato Grosso?	Estudar o Programa Alfabetiza Mato Grosso, tendo em vista compreender como ele se constituiu e se desenvolveu.
Como os dados do Programa Alfabetiza Mato Grosso podem ser utilizados para desenvolver intervenções pedagógicas que promovam uma melhoria contínua na aprendizagem dos alunos?	Analisar como os dados do Programa Alfabetiza Mato Grosso podem ser utilizados para desenvolver intervenções pedagógicas que promovam uma melhoria contínua na aprendizagem dos alunos?
A partir de um olhar sobre a legislação vigente, quais os principais conceitos, semelhanças e diferenças que ficam evidentes nos programas PNAIC e LEEI?	Avaliar, a partir de um olhar sobre a legislação vigente, quais os principais conceitos, semelhanças e diferenças que ficam evidentes nos programas PNAIC e LEEI.
Os dados de rendimento escolar dos alunos do 1º ano e seus progressos anteriores na Educação Infantil, apontam possíveis correlações e fatores que influenciam o sucesso ou dificuldades na aprendizagem?	Pesquisar os dados de rendimento escolar dos alunos do 1º ano e seus progressos anteriores na Educação Infantil, verificando se apontam possíveis correlações e fatores que influenciam o sucesso ou dificuldades na aprendizagem.

Fonte: Elaborado pela autora (Jan/2025).

Essas questões norteadoras ajudaram a estruturar a dissertação, proporcionando um foco claro e direcionando a pesquisa para explorar as diferentes dimensões do tema proposto.

1.5 A PESQUISA QUALITATIVA/DIALÉTICA E HERMENÊUTICA

Nesta seção, detalharemos os caminhos metodológicos que foram percorridos para o desenvolvimento da pesquisa em questão. Ao expor minuciosamente cada etapa, buscamos esclarecer as escolhas teórico-metodológicas e os procedimentos técnicos que sustentaram a condução do estudo.

A metodologia é compreendida como o conjunto de procedimentos que orientam a pesquisa, englobando a utilização dos instrumentos para coleta de dados, a organização do trabalho e a análise e interpretação dos dados coletados. Em outras palavras, descrevemos todo o percurso que foi trilhado para a realização da investigação.

O presente trabalho se propôs a analisar os dados da prova de entrada dos alunos do 1º ano do ensino fundamental por meio do Programa de Formação Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI, implantado na Rede Municipal de Educação de Nova Xavantina. Visando

verificar se é possível percebermos implicações na prática docente, relacionadas ao Programa LEEI, considerando os resultados da avaliação de entrada, a qual retrata o rendimento escolar das crianças egressas dessa fase escolar.

A investigação foi conduzida com base nos dados provenientes de 4 escolas da rede municipal de ensino de Nova Xavantina, tendo como referência os resultados das provas diagnósticas aplicadas aos estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental. Essas avaliações, aplicadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME), contemplam os componentes curriculares de Língua Portuguesa (destacando aspectos relacionados às habilidades escuta, fala, pensamento e imaginação conforme matriz em anexo) e Matemática (destacando aspectos relacionados no campo de experiência espaços, tempos, quantidades, relações e transformações conforme matriz em anexo), e integram o conjunto de informações que subsidiam o Programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, especialmente no que se refere ao acompanhamento das crianças egressas da Educação Infantil.

A pesquisa realizada apresenta os caminhos que delinearam o estudo através da problemática, dos objetivos e das questões de pesquisa propostas. Para tanto, a abordagem da pesquisa nesta dissertação é caracterizada como qualitativa. De acordo com Minayo (2008, p. 21), essa abordagem permite análises complexas, explorando o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos indivíduos.

Contudo, a pesquisa qualitativa não apenas enriquece a construção de conhecimentos mais detalhados e profundos, mas também contribui para a formulação de práticas educativas que atendem de maneira mais precisa e humana às necessidades da sociedade moderna.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO 2010, p. 21).

Dessa forma, procurando respostas para os objetivos traçados, abordamos como pesquisa do tipo exploratória, uma vez que é utilizada para proporcionar uma compreensão sobre o tema estudado e para explorar novas perspectivas sobre a temática abordada. Esse tipo de pesquisa visa identificar novos conceitos, gerar hipóteses e compreender melhor o contexto da dissertação.

Dentro deste enfoque da pesquisa qualitativa, ao construirmos nossas referências teóricas nos valem de muitos autores, dentre eles destacamos: Libâneo (2017); Agum, Riscado e Menezes (2015); Arruda, Waldmann Júnior (2019); Paro (2015, 2016); Luck

(2011, 2013, 2014, 2015); Libâneo, Oliveira e Toschi (2012); Tardif (2014); Pimenta, Anastasiou (2002); Lei de arrecadação do ICMS - Lei Estadual 746/2022, entre outros. E de documentos como a Constituição Brasileira (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o Plano Nacional de Educação (2014).

Assim, reafirmamos que a incorporação dos conhecimentos teóricos de diversos autores, aliada à análise de dados documentais, é essencial para uma exploração aprofundada, necessária à elaboração desta pesquisa. Para tal, do ponto de vista metodológico, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Segundo Chizzotti (2006, p. 28), a pesquisa qualitativa se desenvolve por implicar “[...] uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”.

Diante disso, é importante destacar que ao focar nos significados e percepções dos indivíduos, a pesquisa qualitativa proporciona uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, culturais e comportamentais. Essa abordagem é particularmente valiosa para explorar temas complexos e subjetivos que não podem ser facilmente quantificados. Pois, em vez de testar hipóteses preconcebidas, a pesquisa qualitativa frequentemente adota uma abordagem indutiva, na qual as teorias e hipóteses surgem dos dados coletados, permitindo uma exploração mais aberta e criativa dos fenômenos estudados.

Conforme Gamboa (2003), a pesquisa qualitativa envolve a captura de informações detalhadas e ricas em contexto, permitindo uma análise profunda dos fenômenos estudados:

Assim, quando se fala em pesquisa qualitativa se refere à coleta e tratamento de informações sem o uso de análise estatística, a instrumentos como entrevistas abertas, relatos, depoimentos, documentos que não fecha a interpretação num único sentido (paráfrase), mas permite o jogo de sentidos (polissemia). Dessa forma, se torna necessária a elaboração, a *posteriori*, com base nos sentidos mais fortes e mais permanentes, de um quadro de conceitos ou categorias abertas que permitam a definição de um horizonte de interpretação. (GAMBOA, 2003, p. 399).

Segundo o autor, após coletar essas interpretações da coleta de dados, o pesquisador desenvolve um conjunto de conceitos ou categorias que auxiliam e apontam na definição de como os resultados serão interpretados. Esse procedimento permite uma análise mais rica e contextualizada, favorecendo uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado.

Na perspectiva de interpretar os dados e ampliar o horizonte analítico do pesquisador, especialmente ao que se refere à revisão dos caminhos metodológicos adotados na análise textual discursiva em contextos de abordagem qualitativa, recorre-se à produção: *Dialética e Hermenêutica: uma controvérsia sobre o método em Filosofia*, de Stein (2013). Este trabalho oferece fundamentos teóricos relevantes para a problematização das relações

entre método, linguagem e interpretação, contribuindo para o aprofundamento epistemológico da investigação.

O autor argumenta que ambas as metodologias oferecem caminhos distintos para a compreensão da filosofia, e que elas não são necessariamente incompatíveis. A dialética dá ênfase ao confronto de ideias opostas e síntese progressiva, oferece uma visão dinâmica da verdade em constante transformação. Em contraste, a hermenêutica foca na interpretação e compreensão dos significados, promovendo um diálogo mais íntimo e contextual.

Ainda a esse respeito, o autor declara:

[...] É claro que estes métodos deixaram suas marcas no debate epistemológico, sobretudo no campo das ciências humanas; mas seu alcance ultrapassa os acanhados horizontes da questão epistemológica. Dialética e hermenêutica são a afirmação extrema do significado prático da razão humana, no seu sentido mais forte. Não simplesmente porque esses dois métodos têm a práxis como objeto, mas porque não há práxis no seu sentido pleno sem que pressuponha os horizontes do pensamento dialético e hermenêutico. (STEIN 2013, p. 44).

Portanto, essa pesquisa foi conduzida por meio da análise dos dados, a partir dos resultados das provas diagnósticas aplicadas aos estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental, pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e disponibilizados conforme o termo de uso de imagem no anexo 1. Considerando os dados obtidos a partir dos resultados das provas diagnósticas, optou-se pela análise de conteúdo. Segundo Minayo (1994, p. 17), “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”.

Dessa forma, nesta caminhada da pesquisa na análise dos dados, segundo Caldas (1997), a articulação entre dialética e hermenêutica configura uma proposta metodológica potente para lidar com os desafios da compreensão humana. Sobretudo nas esferas da política e da história, domínios nos quais o sentido não é simplesmente dado, mas construído ao longo do tempo e das experiências.

Essas abordagens não apenas se complementam, mas oferecem caminhos para interpretar a realidade em sua complexidade, reconhecendo que o conhecimento não se estabelece por verdades absolutas, mas por processos interpretativos e contraditórios.

Para Caldas (1997), é imprescindível compreender os fatores contraditórios que permeiam o desenvolver de uma pesquisa.

[..] Mas para entender esse presente, toda pesquisa atinge contradições. Deve-se assumir então as contradições como componentes da existência humana, do pensamento, da pesquisa, das teorias, dos conceitos, das ideias, e, principalmente, do pensamento histórico. Os elementos contraditórios (assim como o "absoluto" o "eterno" o "constante" o "verdadeiro" o "imutável" o "imortal" o "exemplar") devem ser compreendidos e enfrentados, não anulados ou afastados como aberrações [...]. (CALDAS, 1997, p.24).

Mais adiante, no capítulo 5 nos debruçaremos sobre a análise dos dados desta pesquisa, e, inevitavelmente, nos depararemos com elementos que se contradizem. Mas, longe de serem obstáculos, essas tensões serão interpretadas, compreendidas criticamente e enfrentadas como parte do processo interpretativo que dá forma ao conhecimento, conforme propõe Caldas (1997).

2 CAPÍTULO 2 - BASES EPISTEMOLÓGICAS E TEÓRICAS

2.1 PROGRAMA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (LEEI)

O Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), como política pública do governo federal, integra o “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”, foi implantado no Município de Nova Xavantina – MT no ano de 2024. Esse programa, objeto deste estudo, visa analisar as metas do Compromisso e direcionar os esforços do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para alfabetizar crianças na idade certa. E recompor a alfabetização nos anos iniciais por meio de: organização de um regime de colaboração e corresponsabilização entre a União, estados e municípios; metas pactuadas de resultado de alfabetização com monitoramento e acompanhamento; estratégias de apoio técnico e financeiro da União para melhorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas públicas; oferta de materiais didáticos complementares para estudantes e de materiais pedagógicos para professores; sistemas de avaliação da alfabetização; estratégias formativas e orientações curriculares, garantir que todas as crianças brasileiras possam alcançar sucesso no processo de alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. (ORIENTAÇÕES PARA A FORMULAÇÃO..., [s.d.]).

O Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) configura-se como uma iniciativa voltada à formação de professores atuantes na educação infantil, crianças de 4 a 5 anos de idade, para a promoção da apropriação da linguagem oral e escrita desde a educação infantil. Incentivar práticas pedagógicas intencionais, significativas e alinhadas às especificidades do desenvolvimento infantil. O programa fortalece as competências linguísticas e comunicativas das crianças.

Ademais, contribui para a constituição de uma base sólida para processos futuros de alfabetização, ao reconhecer a leitura e a escrita como práticas sociais e culturais que ampliam o repertório simbólico, a capacidade expressiva e a compreensão de mundo dos sujeitos em formação. Visto que, historicamente, a formação docente voltada à educação infantil foi

marcada por lacunas significativas, especialmente no que diz respeito à oferta de cursos específicos de formação docente voltados para essa faixa etária. Em face da importância dessa abordagem, mais adiante retomaremos a essa discussão, no capítulo 4.0.

Segundo Kuhlmann Jr. (1998), a educação infantil nem sempre ocupou uma posição central nos processos formativos da criança, sendo historicamente marginalizada nas políticas educacionais e nas concepções pedagógicas predominantes. Porém, o curso de formação do LEEI trouxe reflexões enriquecedoras para refletir e dialogar com o professor, e analisar sua prática pedagógica à luz dos desafios atuais. Essa importante dimensão refere-se ao reconhecer as crianças e bebês bem pequenos como sujeitos de direitos à uma educação pública e de qualidade.

Pensando assim, a qualificação profissional e o processo de construção do ser docente que atua na Educação Infantil configuram-se como dimensões fundamentais nas políticas públicas e nas práticas pedagógicas voltadas à primeira infância, uma vez que impactam diretamente a qualidade das interações, das experiências educativas e do reconhecimento social da docência nesse campo. É nesse horizonte que esta pesquisa também dialoga, buscando compreender como essas construções impactam o cotidiano pedagógico e a educação das infâncias.

Neste sentido, esta investigação não se propõe apenas a contribuir para o fortalecimento da produção científica existente, mas também a fomentar discussões que possibilitem a emergência de novas reflexões sobre a práxis pedagógica na Educação Infantil, especialmente no contexto das escolas pertencentes à rede Municipal de Ensino de Nova Xavantina. Pois, ao promover o diálogo entre teoria e prática, busca-se ampliar a compreensão sobre os desafios e potencialidades que permeiam o cotidiano educativo dessa etapa da Educação Básica. Ao trazer essa temática para o âmbito da pesquisa, buscamos promover um diálogo que contribua para o desenvolvimento de abordagens inovadoras e a implementação de políticas públicas eficazes na área da educação. (ARRUDA; WALDMANN JÚNIOR, 2019).

Diante destas reflexões sobre a formação docente e os desafios que permeiam a prática pedagógica na primeira infância, torna-se imprescindível voltar o olhar para o sujeito central desse processo, a criança. Assim, o próximo tópico propõe discutir as especificidades da infância no contexto da Educação Infantil, reconhecendo-a como etapa singular do desenvolvimento humano, e a criança, com seu jeito de viver e olhar o mundo, marcada por múltiplas linguagens e experiências culturais.

2.2 A CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é uma etapa fundamental no desenvolvimento das crianças, abrangendo o período do nascimento até os cinco anos de idade. Nesse período, as ações pedagógicas são direcionadas para promover o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos. Um dos principais objetivos da educação infantil é promover um ambiente seguro e estimulante, onde as crianças possam explorar, brincar e aprender de forma lúdica.

Conforme diz Moysés Kuhlmann Jr (1998), sobre a criança e a infância:

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc, reconhecê-las como produtoras da história. Desse ponto de vista, torna-se difícil afirmar que uma determinada criança teve ou não infância. Seria melhor perguntar como é, ou como foi, sua infância. (MOYSÉS KUHLMANN JR, 1998).

Em se tratando do início da escolarização da criança, o brincar é considerado uma das principais formas de aprendizado nessa fase, pois permite que as crianças desenvolvam habilidades motoras, criativas e sociais. Por meio de atividades lúdicas, elas aprendem a resolver problemas, a trabalhar em grupo e a expressar suas emoções. Nesse sentido, a formação de educadores, também, é um aspecto fundamental da educação infantil.

Nessa perspectiva, consideramos que profissionais bem preparados são mais capazes de criar experiências de aprendizado significativas e adaptadas às necessidades de cada criança. A formação contínua possibilita a troca de saberes e reflexão sobre a prática docente e seus resultados no dia a dia da sala de aula, mediante a demanda apresentada em cada realidade.

Assim, no contexto nacional, a fim de atender às exigências estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96, quanto à formulação de uma Base Nacional Comum Curricular BNCC para cada etapa da Educação Básica, busca-se garantir a efetivação do direito das crianças, assegurando-lhes um ensino fundamentado nos princípios da equidade e qualidade.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil DCNEI (2013), é preciso considerar a criança seguindo os seguintes princípios:

Éticos: valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades..

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Estéticos: valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2013).

Dessa forma, reconhece-se a criança como um sujeito integral e detentor de direitos, reforçando a necessidade de práticas educativas que assegurem seu desenvolvimento e participação ativa na sociedade. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil DCNEI (2013), assim considera o currículo da educação infantil:

As instituições de Educação Infantil precisam organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade, ampliando as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e idéias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades, e lhes possibilitem apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulem em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu Projeto Político-Pedagógico. (BRASIL, 2013).

Diante dessa conquista significativa para a educação infantil, partimos do entendimento de infância numa perspectiva social e historicamente construída, dando à criança o real direito, respeitando suas singularidades e a inserção concreta na realidade social, e vendo a criança como sujeito integral e de direitos. Nesta perspectiva, o currículo deve ser pensado para as crianças, tendo como eixo norteador as interações e brincadeiras.

A fim de estabelecer um diálogo crítico sobre as concepções que abordam de criança e as diretrizes curriculares na Educação Infantil, esta produção se apoiou em reflexões que contribuem para o aprofundamento teórico e metodológico da temática. Como ponto de partida, recorreu-se ao Caderno 6 de estudos do LEEI (2016), que oferece subsídios relevantes para a compreensão das práticas pedagógicas voltadas à infância.

Informações complementares e aprofundamentos acerca do LEEI foram retomados em seções posteriores, com vistas a ampliar a análise sobre os fundamentos que orientam a sua organização, a compreensão do currículo da educação infantil, pelos professores cursistas, é fundamental para a reflexão crítica e embasada sobre as práticas pedagógicas. Por meio das leituras propostas, destaca-se a importância de analisar e aprimorar as ações de planejamento, garantindo a construção de experiências educativas alinhadas às necessidades e direitos das crianças:

Os eixos norteadores do currículo na Educação Infantil, segundo as DCNEI, são as interações e as brincadeiras. As diversas relações sociais nas quais as crianças se envolvem nas diferentes vivências a elas propostas devem ser priorizadas, em especial as interações que estabelecem com seus companheiros de idade nas atividades, o que lhes possibilita negociar os motivos e os sentidos que emprestam

ao mundo e a si mesmos, apropriar-se de conhecimentos e, nesse processo, desenvolver-se como pessoas. Nas interações que as crianças estabelecem nas brincadeiras, elas exploram o contexto em que vivem guiadas por sua imaginação, constroem situações a partir dos materiais disponíveis, de memórias de situações ou de histórias, de canções, de rituais, apropriando-se da linguagem verbal, corporal, plástica, dos painéis sociais e das regras de vida social. (EDUCAÇÃO, 2016, p. 29).

Nesta visão, o currículo voltado para a educação infantil reconhece a intencionalidade pedagógica da prática educativa na organização de espaços, tempos, materiais e relações sociais, criando um ambiente que valoriza o protagonismo da criança. Assim, a abordagem pedagógica deixa de privilegiar apenas o papel do professor e orienta a escola e o currículo para atender às necessidades da criança. Esse enfoque favorece a participação ativa da criança na construção do conhecimento e na construção de experiências de aprendizagem com significado.

Conforme apresentado no Caderno de Estudos 6 do LEEI (2016, p. 24), as novas concepções acerca da função social da escola, da natureza do conhecimento e dos processos de aprendizagem têm repercutido diretamente na reformulação das abordagens curriculares, deslocando o foco para as práticas cotidianas vivenciadas pelas crianças no ambiente educacional. Essa mudança de perspectiva abre possibilidades significativas para o aprimoramento do trabalho pedagógico na Educação Infantil, ao reconhecer a centralidade da experiência infantil como eixo estruturante das ações educativas.

A implementação do currículo na educação infantil apresenta uma complexidade que vai além do cumprimento de requisitos institucionais, configurando-se como uma expressão concreta de ação social. Nesse sentido, sua compreensão impacta diretamente a prática docente, permitindo a construção de experiências educativas que assegurem às crianças o direito à aprendizagem, respeitando suas necessidades e promovendo seu desenvolvimento integral.

Dessa forma, é importante que o planejamento pedagógico possa garantir o direito da criança a aprendizagens significativas, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela DCNEI (2013), promovendo um ensino que respeite suas particularidades e contribua para seu desenvolvimento integral.

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades. Intencionalmente planejadas e permanentemente avaliadas, as práticas que estruturam o cotidiano das instituições de Educação Infantil devem considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças, apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e efetivar-se

por meio de modalidades que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico. (BRASIL, 2013).

Sendo assim, as diretrizes curriculares configuram-se como um referencial fundamental para nortear o fazer pedagógico, instigando a reflexão sobre as práticas educativas cotidianas na educação infantil. Para isso, torna-se essencial a organização do currículo com base em princípios que valorizem as interações e a brincadeira como eixos estruturantes da prática pedagógica, promovendo a ação criativa da criança e garantindo seu desenvolvimento integral.

Diante dos desafios que permeiam a qualidade da educação e a busca por maior equidade no processo de ensino-aprendizagem, torna-se pertinente, na próxima seção, aprofundar a análise da legislação que institui o ICMS Educação no estado de Mato Grosso, conforme previsto em Lei Estadual. Essa política representa um esforço estratégico para fomentar melhorias significativas nos indicadores educacionais, por meio da alocação consciente e orientada de recursos públicos, mais do que um mecanismo técnico de financiamento.

3 ESTADO DO CONHECIMENTO

A investigação sobre uma temática específica requer do pesquisador não apenas novas reflexões, mas também o conhecimento aprofundado acerca das pesquisas já realizadas no campo de estudo pertinente. Nesse sentido, uma das etapas iniciais indispensáveis para fundamentar a presente pesquisa consistiu na elaboração do estado do conhecimento, possibilitando ao pesquisador uma compreensão abrangente e crítica das contribuições e lacunas existentes na literatura.

Tal abordagem reveste-se de suma importância, uma vez que oferece acesso a reflexões e resultados de investigações anteriores sobre o tema em questão, proporcionando ao pesquisador uma visão ampliada e enriquecida do campo de estudo, permitindo verificar a relevância ou não da pesquisa. No entanto, não se deve desconsiderar o papel do senso comum neste momento, ele é fundamental para a coesão social e para a formação da identidade cultural.

Além disso é primordial para o ponto de partida na formulação de hipóteses e questionamentos no campo científico para esta pesquisa. Assim, vale enfatizar como é importante que os pesquisadores mantenham uma postura crítica em relação ao senso comum, utilizando-o como um recurso inicial e não como fonte definitiva e final de conhecimento, “o

indivíduo quando inicia um trabalho científico, está minado de crenças e de saberes sobre o tema que escolheu investigar” (MOROSINI; SANTOS; BITTENCOURT, 2021, p.27).

A partir disso, para levantar os dados sobre o tema foram realizadas pesquisas a fim de responder algumas questões como, qual a quantidade de teses e dissertações sobre a efetividade das políticas educacionais e suas implicações na prática docente ao Programa LEEI. Então, este estudo visa compreender os resultados e progressos proporcionados pela avaliação externa nesse ambiente educacional.

A definição clara do objetivo dessa pesquisa é essencial para compreender a sua condução e os resultados esperados. Analisar se é possível percebermos implicações na prática docente, relacionadas ao Programa LEEI desenvolvido no município de Nova Xavantina - MT, considerando os resultados da avaliação de entrada a qual retrata o rendimento escolar das crianças egressas da educação infantil.

Ademais, compreender como os insucessos no rendimento escolar das crianças refletem diretamente na educação infantil, especialmente na necessidade de pré-alfabetizar as crianças das turmas Pré I e II, no contexto da nova Lei de Arrecadação do ICMS (Lei Estadual 746/2022). Pois, o programa Criança Alfabetizada contribui para esse contexto, buscando melhorar a qualidade da alfabetização e, conseqüentemente, o desempenho escolar desde os primeiros anos.

A pesquisa acadêmica salienta e enaltece a importância desse conhecimento, principalmente, no que se refere à temática de pesquisa que está sendo estudada. Nesse ponto, Fernandes e Morosini (2014), mencionam que o “Estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”.

Portanto, a pesquisa do estado do conhecimento pode englobar livros, dissertações, teses, e periódicos que envolvem a temática abordada pelo pesquisador, tendo em vista que os resultados da pesquisa podem direcionar a caminhos a serem seguidos ou não, em programas de capacitação e atualização de profissionais da educação. Considerando que a identificação, registro, categorização levam à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, pela utilização de diferentes fontes bibliográficas que atendam uma temática específica. (MOROSINI; SANTOS; BITTENCOURT, 2021, p.23).

Para embasar nosso estado do conhecimento sobre a temática em estudo, utilizamos como fonte de pesquisa o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Esse catálogo, mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC),

reúne registros de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em programas acadêmicos no Brasil.

De acordo com a perspectiva de Fernandes e Morosini (2014, p. 161), na “fase exploratória, sua contribuição é ímpar porque nos dá uma visão do que já foi/está sendo produzido em relação ao objeto de estudo que selecionamos como tema de pesquisa”. Assim, a busca por outras produções científicas é fundamental para avaliar a existência de outros produtos relacionados ao tema pesquisado, bem como para analisar a relevância desse tema na produção científica, evitando a repetição da mesma pesquisa no mesmo tempo e espaço.

Considerando esses pontos, é essencial estabelecer os objetivos da nossa pesquisa sobre o estado do conhecimento, conforme descritos a seguir. Para iniciar a busca é preciso relembrar o objetivo geral que move nosso estudo e esta pesquisa e assim começar a construção do Estado do Conhecimento, pois todo o trabalho será guiado por este objetivo como fio condutor da busca, exploração, seleção, sistematização, categorização, análise e construção também do texto do Estado do Conhecimento. (BITTENCOURT; KOHLSANTOS; MOROSONI, 2021, p. 61).

Para alcançar os objetivos como fio condutor, nomeamos nossas buscas por produções científicas como ‘descritores’. Assim, os descritores listados no estado do conhecimento têm como base os objetivos gerais e específicos desta pesquisa, uma vez que possuem significado singular para o seu desenvolvimento.

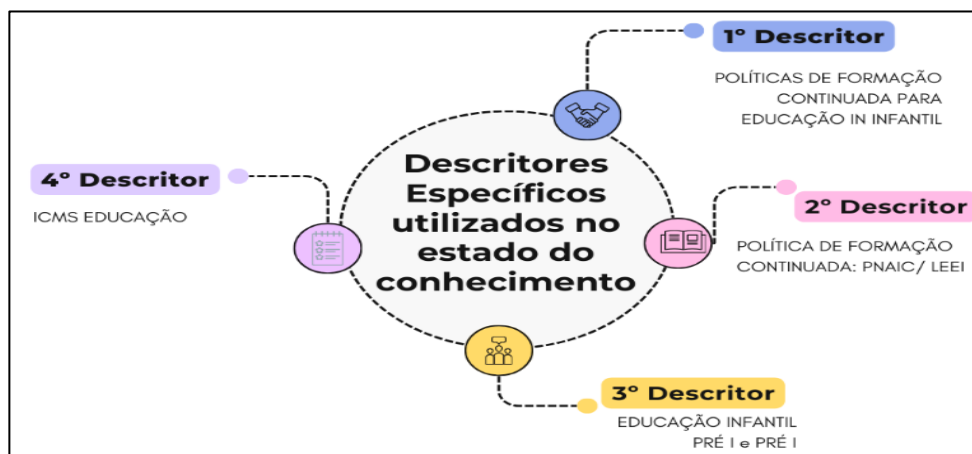
A combinação desses descritores ficou assim constituída em ampla e específicas, conforme apresentam os organogramas abaixo:

Figura 2 - Organograma 01: Descritores amplos utilizados no Estado do Conhecimento, com a fonte de pesquisa, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes



Fonte: Elaborado pela autora (Jan/2025).

Figura 3 – Organograma 02: Descritores específicos utilizados no Estado do Conhecimento, com a fonte de pesquisa, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes



Fonte: Elaborado pela autora (Jan/2025).

Conforme o **Organograma 01** (figura 02), os descritores amplos utilizados na pesquisa para construção do Estado do Conhecimento ficaram assim definidos: o primeiro descritor como “POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA”; o segundo descritor como “POLÍTICA PÚBLICA PARA ALFABETIZAÇÃO”; o terceiro descritor nomeado de “EDUCAÇÃO INFANTIL”; o quarto descritor intitulado “POLÍTICAS DE INCENTIVO AO ICMS”.

A primeira busca pelo estado do conhecimento foi datada de 26 de junho de 2024. Nesse momento, utilizamos as “ ” (aspas). O primeiro descritor amplo utilizado foi nomeado como “POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA”, resultou em 2609 trabalhos de pesquisa, foram captadas dissertações entre o Mestrado (1883 trabalhos) e o Mestrado Profissional (530 trabalhos).

Retorno à pesquisa na CAPES na data de 03 de fevereiro de 2025, usando o mesmo descritor ressaltado acima, ficou assim constituída conforme apresenta a figura 04 - fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da CAPES, como busca o descritor do Políticas de Formação Continuada, com uso de aspas teve como resultado uma quantidade expressiva de 413.

Figura 4 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, primeiro descritor utilizado no Estado do Conhecimento



Fonte: Elaborada pela autora (Fev/2025).

A partir dessa quantidade de produções científicas foram observados os filtros da pesquisa, e decidimos refiná-los para “mestrado em educação, as dissertações do Mestrado Acadêmico”, filtrando os últimos dez anos dessas produções, ou seja, de 2015 a 2025 - refinado em grandes áreas do conhecimento, por “ciências humanas”, área do conhecimento por “educação”, área de avaliação por “educação”, área de concentração por “educação” .

Podemos observar que aplicando esses filtros obtivemos o resultado de 9 pesquisas, conforme mostra a figura 05.

Figura 5 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, primeiro descritor utilizado no Estado do Conhecimento refinado



Fonte: Elaborada pela autora (Fev/2025).

A segunda investigação sobre o estado do conhecimento foi realizada em 10 de fevereiro de 2025. Nessa etapa, optou-se pela utilização de aspas (“ ”). O segundo descritor amplo “POLÍTICA PÚBLICA PARA ALFABETIZAÇÃO”, foram captadas dissertações entre o Mestrado (428 trabalhos) e o Mestrado Profissional (161 trabalhos).

Conforme evidenciado na figura 06 - Fonte de pesquisa da CAPES, como busca o descritor “POLÍTICA PÚBLICA PARA ALFABETIZAÇÃO”, com uso de aspas resultou em um número significativo de 717.

Figura 6 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, segundo descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento



Fonte: Elaborada pela autora (Fev/2025).

Da quantidade de produções científicas alcançada pela nossa pesquisa decidimos refiná-la para “mestrado em educação, as dissertações do Mestrado Acadêmico”, filtrando os últimos dez anos dessas produções, ou seja, de 2015 a 2025, refinado em grandes áreas do conhecimento por “ciências humanas”, área do conhecimento por “educação”, área de avaliação por “educação”, área de concentração por “educação”.

Obtivemos o resultado de 2 pesquisas, conforme mostra a figura 07.

Figura 7- Produções científicas filtradas dos anos 2015 a 2025

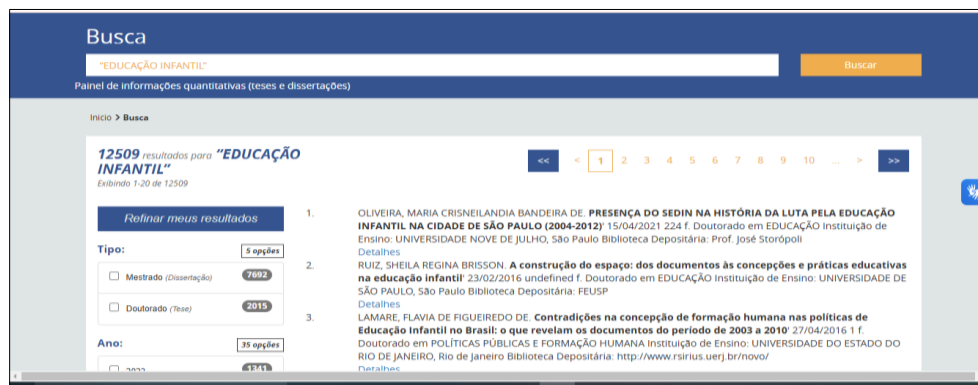


Fonte: Elaborada pela autora (Fev/2025).

Para o terceiro descritor amplo do estado do conhecimento foi datada em 10 de fevereiro de 2025. Nesse momento, utilizamos as “ ” (aspas). O terceiro descritor amplo “EDUCAÇÃO INFANTIL”, foram captadas dissertações entre o Mestrado (7692 trabalhos) e o Mestrado Profissional (2015 trabalhos).

Conforme apresenta a figura 08 - Fonte de pesquisa da CAPES, como busca o descritor “EDUCAÇÃO INFANTIL”, resultou na quantidade expressiva de 12509 estudos.

Figura 8 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, terceiro descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento

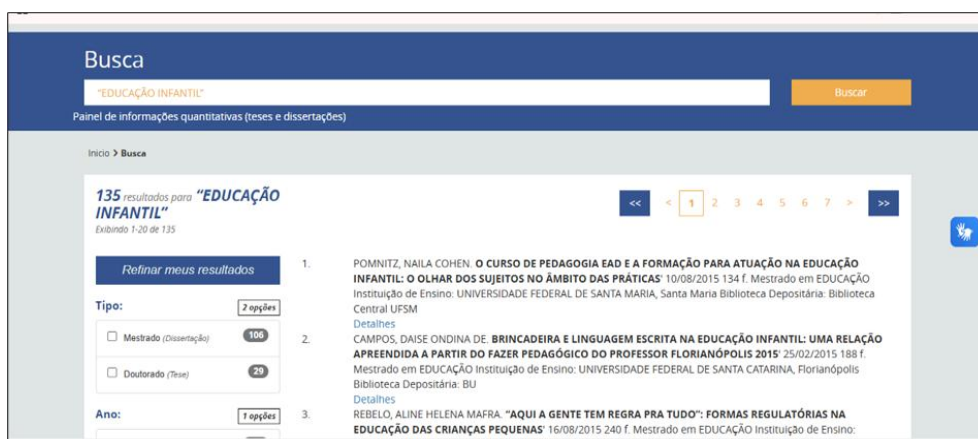


Fonte: Elaborada pela autora (Fev/2025).

Partimos para refinar os dados para “mestrado em educação, as dissertações do Mestrado Acadêmico”, filtrando os últimos dez anos dessas produções, ou seja, de 2015 a 2025, refinado em grandes áreas do conhecimento por “ciências humanas”, área do conhecimento por “educação”, área de avaliação por “educação”, área de concentração por “educação”.

Obtivemos o resultado de 135 pesquisas conforme mostra a figura 09.

Figura 9 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, terceiro descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento



Fonte: Elaborada pela autora (Fev/2025).

O quarto descritor amplo do estado do conhecimento foi datado em 10 de fevereiro de 2025. Neste momento, não utilizamos as “ ” (aspas). Na busca sobre o quarto descritor amplo, POLÍTICAS DE INCENTIVO AO ICMS, foram captadas dissertações entre o Mestrado (45 trabalhos) e o Mestrado Profissional (19 trabalhos).

Conforme apresenta a figura 10 Fonte de pesquisa da CAPES, como busca o descritor POLÍTICAS DE INCENTIVO ao ICMS resultou na quantidade de 91.

Figura 10 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, terceiro descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento

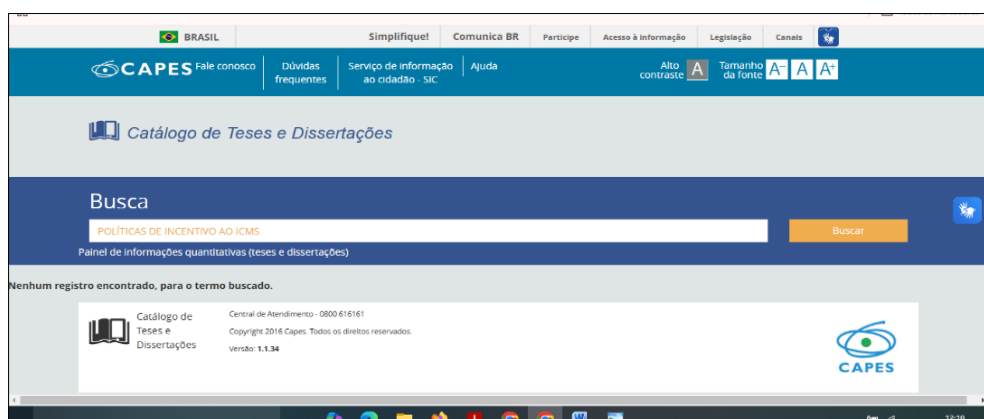


Fonte: Elaborada pela autora (Fev/2025).

Para o quarto descritor, a busca para refinar os dados ficou para “mestrado em educação, as dissertações do Mestrado Acadêmico”, filtrando os últimos dez anos dessas produções, ou seja, de 2015 a 2025, refinado em grandes áreas do conhecimento por “ciências humanas”, área do conhecimento por “educação”, área de avaliação por “educação”, área de concentração por “educação” .

Não obtivemos nenhum resultado nas pesquisas, conforme mostra a figura 11.

Figura 11 - Sem resultado para o quarto descritor



Fonte: Elaborada pela autora (Fev/2025).

Aprofundando a pesquisa, a busca pelo estado do conhecimento foi datada em 10 de fevereiro de 2025. Neste momento não utilizamos as “ ” (aspas) para o primeiro descritor específico POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL, foram captadas dissertações entre o Mestrado (236 trabalhos) e o Mestrado Profissional (77 trabalhos). Conforme apresenta a figura 12 - Fonte de pesquisa da CAPES,

como busca o descritor específicos **POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL**, com uso de aspas teve como resultado uma quantidade expressiva de 380.

Figura 12 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, segundo descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento



Fonte: Elaborada pela autora (Fev/2025).

Para o quarto descritor a busca para refinar os dados ficou para “mestrado em educação, as dissertações do Mestrado Acadêmico”, filtrando os últimos dez anos dessas produções, ou seja, de 2015 a 2025, refinado em grandes áreas do conhecimento por “ciências humanas”, área do conhecimento por “educação”, área de avaliação por “educação”, área de concentração por “educação”.

A figura 13 retrata o resultado da busca sobre o descritor, Políticas de Formação Continuada para a Educação Infantil, na qual foi encontrado apenas a quantidade 1 pesquisa.

Figura 13 - 1 resultado na busca por pesquisas sobre o descritor



Fonte: Elaborado pela autora (Fev/2025).

Ao avançar na investigação, uma nova consulta foi realizada em 10 de fevereiro de 2025. Nesse estágio, optou-se por não empregar as aspas (“ ”) aspas no terceiro descritor específicos **POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA: PNAIC/ LEE**, não obtive resultados, conforme demonstra a figura abaixo.

Figura 14 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, segundo descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento



Fonte: Elaborada pela autora (Fev/2025).

Seguindo com a pesquisa, retiramos o termo LEEI e deixamos somente Política de Formação Continuada: PNAIC, ao refinar sem utilizar aspas, foram identificadas dissertações tanto no Mestrado (60 trabalhos) quanto no Mestrado Profissional (17 trabalhos).

Conforme apresenta a figura 15 - Fonte de pesquisa da CAPES como busca o descritor POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA: PNAIC/LEEI, com uso de aspas teve como resultado uma quantidade expressiva de 91.

Figura 15 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, segundo descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento



Fonte: Elaborada pela autora (Fev/25).

Para o quarto descritor a busca para refinar os dados ficou para “mestrado em educação, as dissertações do Mestrado Acadêmico”, filtrando os últimos dez anos dessas produções, ou seja, de 2015 a 2025. Obtivemos 3 resultados nas pesquisas conforme mostra a figura 16.

Figura 16 - Política de Formação Continuada: PNAIC



Fonte: Elaborada pela autora (Fev/25).

Ao avançar na pesquisa sobre o estado do conhecimento, uma nova análise foi realizada em 10 de fevereiro de 2025. Nessa etapa, optou-se por não empregar aspas (“ ”) no terceiro descritor específico EDUCAÇÃO INFANTIL Pré I e II , foram captadas dissertações entre o Mestrado (31 trabalhos) e o Mestrado Profissional (14 trabalhos).

Conforme apresenta a figura 17 Fonte de pesquisa da CAPES como busca o descritor específico EDUCAÇÃO INFANTIL Pré I e II , resultou em uma quantidade de 58.

Figura 17 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, segundo descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento

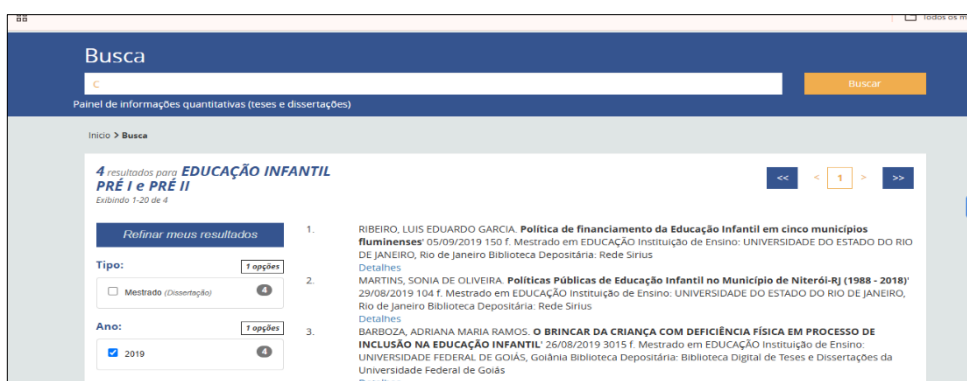


Fonte: Elaborada pela autora (Fev/25).

Para o quarto descritor a busca para refinar os dados ficou para “mestrado em educação, as dissertações do Mestrado Acadêmico”, filtrando os últimos dez anos dessas produções, ou seja, de 2015 a 2025, refinado em grandes áreas do conhecimento por “ciências humanas”, área do conhecimento por “educação”, área de avaliação por “educação”, área de concentração por “educação” .

Obtivemos 4 resultados nas pesquisas conforme mostra a figura 18.

Figura 18 - Educação Infantil Pré I e Pré II



Fonte: Elaboração pela autora (Fev/2025).

Aprofundando, a pesquisa busca pelo estado do conhecimento foi datada em 10 de fevereiro de 2025. Por momento, não utilizamos as “ ” (aspas) para o quarto descritor específicos ICMS EDUCAÇÃO, captadas dissertações entre o Mestrado (37 trabalhos) e o Mestrado Profissional (14 trabalhos).

Conforme apresenta a figura 19 - Fonte de pesquisa da CAPES como busca o descritor específico ICMS EDUCAÇÃO, resultou em uma quantidade de 77.

Figura 19 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, segundo descritor amplo utilizado no Estado do Conhecimento



Fonte: Elaboração pela autora (Fev/2025).

Para o quarto descritor a busca para refinar os dados ficou para “mestrado em educação, as dissertações do Mestrado Acadêmico”, filtrando os últimos dez anos dessas produções, ou seja, de 2015 a 2025, refinado em grandes áreas do conhecimento por “ciências humanas”, área do conhecimento por “educação”, área de avaliação por “educação”, área de concentração por “formação de professores”, nome do programa “educação”.

Obtivemos 2 resultados nas pesquisas conforme mostra a figura 20.

Figura 20 - Fonte de pesquisa na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes ICMS Educação



Fonte: Elaboração pela autora (Fev/2025).

Inicialmente realizamos uma Bibliografia Anotada das dissertações compilada do primeiro descritor, assim, adotamos ainda o critério de inclusão ou exclusão dos 40 trabalhos encontrados, selecionando apenas as dissertações, observando o título, o resumo e as palavras-chaves que estavam em consonância com a temática “Políticas de formação continuada” e que se aproximavam por descritores da investigação aqui em estudo.

Para tanto, com essa seleção foi caracterizado na tabela de bibliografia anotada, constando 9 dissertações defendidas em anos de 2015 a 2024, uma vez que elas se direcionam mais para a temática pesquisada aqui.

Com isso, apresentamos na tabela 3 os resultados referente ao levantamento dos Descritores na CAPES, nos últimos 10 anos.

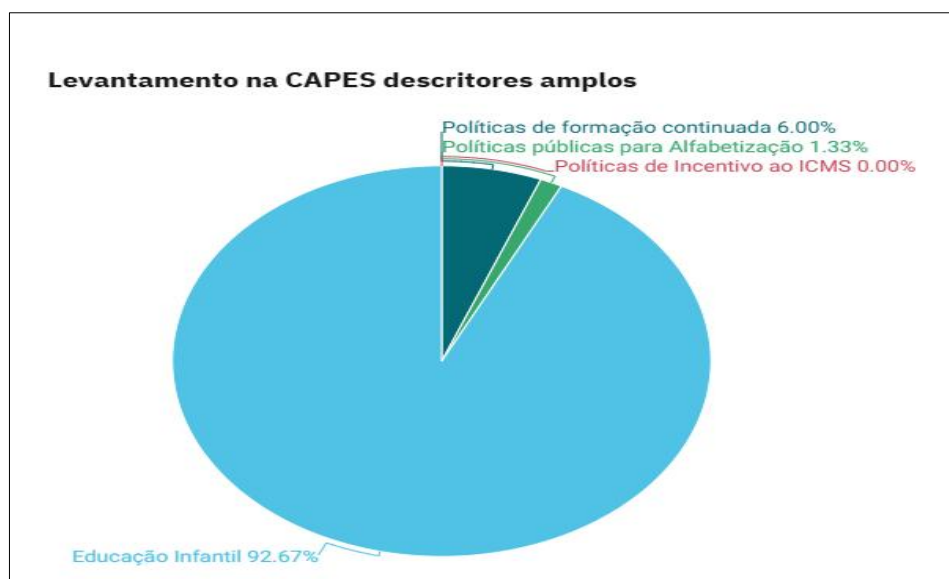
Tabela 3 - Levantamento na CAPES descritores amplos - período de 26/06/2024 a 11/02/2025, dos últimos 10 anos

Descritores	Total	Teses	Dissertações Mestrado profissional
Políticas de formação continuada	9	2	7
Políticas públicas para Alfabetização	2	0	2
Educação Infantil	135	29	106
Políticas de Incentivo ao ICMS	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (Fev/2025).

Seguindo com a ilustração dos resultados apresentamos, também, os descritores amplos, conforme demonstra a figura 21.

Figura 21 - Levantamento dos descritores amplos na CAPES



Fonte: Elaborado pela autora (Fev/2025).

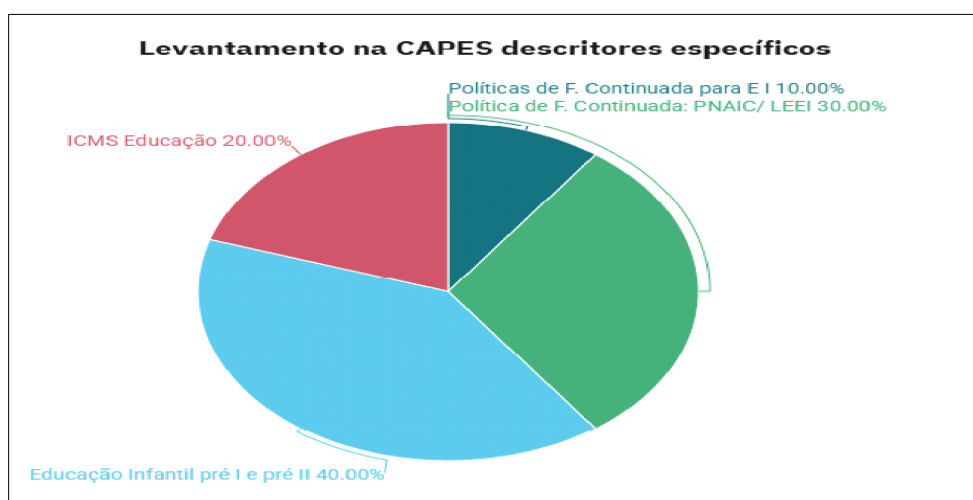
Na tabela 4 são retratados os resultados do levantamento na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da CAPES, descritores específicos, nos últimos 10 anos.

Descritores	Total	Teses	Dissertações Mestrado Profissional
Políticas de Formação Continuada para Educação Infantil	1	0	1
Política de Formação Continuada: PNAIC/ LEE	3	0	3
Educação Infantil Pré-escola.	4	0	4
ICMS-Educação	2	2	0

Fonte: Elaborado pela autora (fev/2025).

Na figura 22 observa-se os resultados do levantamento sobre os descritores específicos, obtidos na CAPES.

Figura 22 - Levantamento dos descritores específicos na CAPES



Fonte: Elaborada pela autora (jan/2024).

A pesquisa realizada no banco de dados na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes para o descritor amplo (fig. 21) revela uma predominância significativa de trabalhos relacionados à Educação Infantil (EI), que representam 92.47% do total, destacando uma área com maior produção acadêmica na plataforma da CAPES.

Por outro lado, temas como políticas públicas para Alfabetização e políticas de formação continuada apresentam percentuais consideravelmente menores, respectivamente 1.37% e 6.16%.

Por fim, é importante mencionar que, notavelmente, não foi encontrado nenhum trabalho referente a Políticas de Incentivo ao ICMS, o que sugere uma possível lacuna, menor interesse acadêmico ou o tema ainda é muito novo para a educação, que impacta no sistema educacional tanto a curto quanto a longo prazo.

A pesquisa para descritores específicos (fig. 22) revela uma distribuição considerável entre os temas analisados, a Educação Infantil Pré I e II com 40% dos trabalhos. Seguido com a política de formação continuada: PNAIC/ LEEI liderando com 30%. Há também a presença de estudos sobre ICMS Educação (20%) e políticas de formação continuada para EI (10%).

Isso indica um foco acadêmico maior em programas específicos voltados para pesquisas em Educação Infantil Pré I e II. Vale ressaltar que para o programa LEEI não foram encontradas pesquisas, por se tratar de uma política de formação recente. Mas verifica-se que na Educação Infantil Pré I e Pré II o resultado foi de 40% e 30% para política de formação continuada: PNAIC.

Os dados apresentados demonstram que o descritor “Educação Infantil” apresenta um número expressivo de trabalhos acadêmicos, tanto nos descritores amplos quanto nos específicos, o que evidencia que essa etapa educacional vem sendo amplamente estudada, sendo um aspecto positivo. A quantidade considerável de trabalhos (40%) sobre Educação Infantil Pré I e II reflete um interesse acadêmico significativo em estudar as primeiras etapas da educação infantil.

Tal ênfase pode estar relacionada ao reconhecimento da importância da educação nos primeiros anos de vida para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças. Entretanto, alguns temas dentro da Educação Infantil vêm se mostrando sensíveis. Observa-se que as políticas de formação continuada para EI representam 10% dos trabalhos, o que pode evidenciar um menor interesse acadêmico nesse descritor específico.

Contudo, essa área pode representar uma oportunidade para futuras pesquisas, dada a relevância da formação continuada na qualidade da educação infantil. Além disso, ainda é

uma questão sensível abordar a alfabetização na Educação Infantil, pois muitos professores aparentemente ainda não compreendem a relação e em que perspectiva a alfabetização é tratada nesse contexto.

A análise dos descritores específicos revela que a Educação Infantil é o tema mais estudado, seguido pela política de formação continuada: PNAIC. Embora haja uma presença menor de trabalhos sobre ICMS-Educação e políticas de formação continuada para EI, esses temas ainda são relevantes e podem representar áreas de crescimento para futuras pesquisas acadêmicas.

Mesmo considerando que a maioria das dissertações encontradas sobre o tema do ICMS-Educação não esteja diretamente relacionada à área da Educação, conforme estabelecido pelos critérios dos demais descritores, é notável que essas produções científicas oferecem contribuições teóricas relevantes para a construção da nossa pesquisa. Tais contribuições são essenciais para a compreensão da importância do ICMS-Educação no contexto da Gestão Escolar Democrática. Assim como para esclarecer seus impactos e implicações no contexto educacional brasileiro.

Lançando uma análise e um olhar mais profundo sobre as propostas de pesquisa, os dados coletados indicam que as temáticas em questão têm sido pontos debatidos, porém, quando as pesquisas foram direcionadas para temas inter-relacionados, observou-se uma diminuição considerável no número de trabalhos. Especificamente, a temática desta pesquisa não obteve um volume significativo de trabalhos.

O ICMS-Educação, por sua vez, evidenciou a necessidade de mais pesquisas e reflexões acerca do tema, especialmente sobre como os programas e projetos desenvolvidos pelas secretarias de educação estão sendo discutidos e implementados, impactando diretamente no aceleração para alfabetizar as turmas da Educação Infantil, particularmente nas etapas de Pré-escola.

Nesse contexto destaca-se a importância desta pesquisa e o debate acadêmico em áreas menos exploradas, promovendo um desenvolvimento mais abrangente e aprofundado do conhecimento educacional. Com base nos textos analisados na pesquisa bibliográfica, selecionou-se os que são de relevância para o estudo em questão, centrando-se nas políticas públicas de Educação Infantil e no ICMS-Educação.

Esses estudos abordaram as referidas políticas e realizaram análises de programas e leis fundamentais para a educação básica e a promoção do município passa a vir a receber recursos de incentivo vindos do ICMS-Educação. Esses trabalhos visam contribuir para uma

compreensão mais aprofundada acerca da implementação e administração de determinadas políticas públicas de formação continuada para professores da Educação Infantil.

Esse movimento envolve múltiplas dimensões e intencionalidades que permeiam as avaliações de desempenho na educação básica e não apenas refletem indicadores quantitativos, mas também revelam aspectos estruturais e pedagógicos que impactam diretamente a qualidade do ensino e uma crescente pressão para preparar a educação infantil para a alfabetização, orientando políticas educacionais e práticas docentes.

Neste tempo em que as avaliações externas orientam a direção a ser seguida, a intencionalidade é minimizar as defasagens de alfabetização no município de Nova Xavantina, buscando, assim, alcançar as metas previstas pelo incentivo do ICMS-Educação.

Adiante com o estudo, os dados foram refinados com o intuito de identificar aqueles que dialogam e contribuem efetivamente para a pesquisa. Dentre os trabalhos resultantes da busca realizada na Plataforma Sucupira e no Portal de Periódicos da CAPES, foram selecionadas quatro dissertações e teses publicadas nos últimos dez anos (2015-2025), as quais apresentam relevância para a análise proposta, são elas:

Tabela 5 - Levantamento na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, selecionadas quatro dissertações e teses publicadas, nos últimos dez anos (2015-2025)

AUTORIA	TÍTULO	LOCAL E ANO DA PUBLICAÇÃO	TIPO DE PUBLICAÇÃO
Jorsinai de Argolo Souza	Formação Continuada para Professores da Educação Infantil: Entre Políticas e vozes na rede Municipal de Ensino de Itapetinga (BA)	Vitória da Conquista/BA, julho de 2017	Dissertação
Daise Ondina de Campos	Brincadeira e linguagem escrita na educação infantil: uma relação aprendida a partir do fazer pedagógico do professor	Florianópolis, fevereiro de 2015	Dissertação
Natalia Francisca Cardia dos Santos	Entre O Proposto e o Almejado: da Proposta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa às Expectativas Almejadas por Docentes Participantes	São Paulo, março de 2015	Dissertação
Ana Gardenyya Linard Sirio Oliveira	Financiamento da Educação Básica no Ceará: o ICMS na Promoção da equidade	Fortaleza, outubro de 2023	TESE

Fonte: Elaborada pela autora (Jan/2024).

A pesquisa de mestrado: **“Formação continuada para professores da educação infantil: entre políticas e vozes na rede municipal de ensino de Itapetinga (BA) realizada em 12/07/2017**, de autoria da pesquisadora Jorsinai de Argolo Souza, destacou em sua dissertação que um dos aspectos importantes foram os conteúdos das pesquisas utilizadas para fundamentação teórica, evidenciando em seu resumo. Segundo a pesquisadora Jorsinai de Argolo Souza, “[...] Os dados foram analisados a partir de uma abordagem dialética, embasando-se teoricamente nos estudos relacionados à política de formação continuada de professores e as concepções de formação continuada.

A análise dos dados da pesquisa nos faz afirmar que os programas de formação continuada, oferecidos pela Secretaria de Educação, apresentam as seguintes características: valorização do conhecimento tácito e esvaziamento teórico; privilégio da forma em relação ao conteúdo; não contemplam a formação humana, política, cultural e ética dos professores; não há consultas aos professores quanto às suas necessidades formativas, e os professores não participam do planejamento de ações dos programas de formação continuada.

Portanto, o estudo da Dissertação nos permite inferir que, possivelmente, a formação continuada não se constitui como prioridade na organização das políticas educacionais do município e que podem haver interesses governamentais em preservar as situações de desvalorização do trabalho docente, pois corroboram para manter o funcionamento da lógica do sistema capitalista vigente no nosso país [...]” Evidencia-se nesta leitura da pesquisa que a formação continuada está distante do que os professores necessitam de fato para ensinar as crianças da educação infantil.

Decorridos sete anos da conclusão da pesquisa conduzida pela mestranda, Jorsinai de Argolo Souza, observa-se que os objetivos iniciais da formação continuada para professores da educação infantil mantêm-se relevantes e, atualmente, encontram-se ainda mais fortalecidos pelo incentivo à arrecadação do ICMS-Educação. Num crescente sistema capitalista é importante questionar até que ponto o incentivo à arrecadação do ICMS-Educação tem realmente potencializado os resultados esperados.

O modelo de financiamento em questão busca estimular os municípios a aprimorarem seus índices educacionais. No entanto, a ênfase excessiva na obtenção de metas e indicadores de desempenho nas avaliações pode resultar em impactos adversos para a etapa da educação infantil. Assim, torna-se essencial refletir sobre a necessidade de equilibrar eficiência administrativa e qualidade educacional, garantindo que políticas públicas considerem o bem-estar e o direito à educação como elementos centrais na formulação de estratégias.

Vale ressaltar que embora haja um fortalecimento financeiro, a verdadeira transformação na qualidade do ensino depende de fatores que vão além do investimento monetário, como a capacitação adequada dos docentes, a infraestrutura das instituições e a valorização da carreira docente. Em suma, entendemos que este estudo sublinha a necessidade de uma abordagem holística e crítica das políticas educacionais para garantir que os avanços financeiros se traduzam em melhorias concretas no cenário educacional.

Na busca por subsídios para nossa pesquisa, encontramos uma Dissertação de Mestrado que abordou o tema da educação infantil, **“Brincadeira e Linguagem Escrita na Educação Infantil: uma relação apreendida a partir do fazer pedagógico do professor Florianópolis”**, data 26/02/2015. A pesquisa de mestrado de Daise Ondina de Campos não está disponível para divulgação na Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes, todavia, tive acesso ao resumo, no qual se destaca que o “objetivo da investigação é analisar como o professor de educação infantil traduz em seu fazer pedagógico o entendimento acerca da influência que a atividade de brincar exerce no processo de apropriação da linguagem escrita.

Considera-se esta análise relevante para a compreensão da importância do ensino já na Educação Infantil, porque nessa etapa da escolarização iniciam-se as bases para a formação da personalidade da criança e, em especial, as bases para a apropriação da linguagem escrita [...]” O trabalho parece apresentar uma perspectiva positiva sobre a relação entre brincadeira e desenvolvimento da linguagem escrita e a relevância desta questão continua a ser debatida no campo da pesquisa educacional.

A importância atribuída à escrita na educação infantil ainda é alvo de discussões, o que ressalta a necessidade de estudos contínuos e aprofundados que verifiquem a eficácia dessas práticas pedagógicas. Assim, conclui-se que apesar dos avanços e das contribuições significativas trazidas por essa dissertação, o tema permanece atual e relevante, exigindo uma investigação constante e crítica sobre as práticas pedagógicas e suas implicações no processo de alfabetização infantil.

De acordo com Antunes (2012, p. 42), o brincar é parte fundamental para o desenvolvimento infantil:

O pensamento criativo, a sociabilidade e a arte de fazer, manter e administrar amizades, a consciência essencial do ser e das coisas, as bases do pensamento lógico, a abertura infinita das inteligências, a plenitude das capacidades cognitivas, emocionais e motoras, o sentido da independência, o verdadeiro espírito de iniciativa, a sensibilidade para identificar, analisar e resolver problemas, a criação da hipótese, a segurança na expressão de sentimentos e opiniões, o controle do corpo e a imagem positiva de si mesmo que fundamenta a autoestima, constroem no

primeiro ano de vida, com o auxílio de professores preparados e em ambientes seguros. (ANTUNES, 2012, p.42).

Esse argumento justifica a relevância da pesquisa da mestranda, Daise Ondina de Campos, ao evidenciar a importância da brincadeira no processo de aquisição da linguagem escrita. Não podemos negar que tal pesquisa trouxe avanços e contribuições significativas para a área em estudo aqui. A partir disso, observa-se que a cada ano a educação básica vem sendo cada vez mais direcionada para a preparação de avaliações externas, priorizando o alcance de metas e indicadores.

Entretanto, o ensino deveria ser concebido como um ambiente voltado à reflexão sobre a escrita e a leitura, promovendo o desenvolvimento crítico e a construção do conhecimento de forma significativa. Dessa maneira, torna-se essencial reavaliar as políticas educacionais para garantir que a formação dos estudantes não se limite a um treinamento para exames, mas sim a uma experiência enriquecedora e emancipatória.

Na linha do que argumentamos, o próximo trabalho selecionado, foi a Dissertação intitulada “**Entre o proposto e o almejado:** da proposta do pacto nacional pela alfabetização na idade certa às expectativas almeçadas por docentes participantes,” de autoria de Natalia Francisca Cardia dos Santos, defendida em 17/03/2015.

A pesquisa examinou a proposta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), com o objetivo de evidenciar aspectos relativos à sua estruturação e ao contexto político da sua nacionalização, tendo como o objetivo geral: evidenciar aspectos relativos à sua estruturação e ao contexto político de sua nacionalização.

Entre os objetivos específicos, destacam-se: apresentar o PNAIC com base em documentos e marcos regulatórios, evidenciar o cenário político educacional, investigar seus antecedentes históricos, e analisar a implementação local do PNAIC na Rede de Ensino Municipal de São Paulo em 2013. A pesquisa confirmou a necessidade de implementação de políticas públicas de educação que garantam a plena alfabetização, conforme proposto pelo PNAIC.

Assim declara Santos (2015) em sua pesquisa:

[...] Expressaram suas expectativas iniciais e sua avaliação ao final do período de curso, revelou-nos, de um lado que é imperativamente necessária a implementação de uma política pública de educação capaz de assegurar a plena alfabetização, no sentido proposto pelo PNAIC, ou seja, não limitando-se ao domínio do sistema de escrita alfabética mas promovendo, concomitantemente, as condições necessárias para a “leitura de mundo”, conforme insiste Paulo Freire [...] (1997).

No entanto, ainda destaca a necessidade de implementação de políticas públicas de educação que garantam a plena alfabetização, conforme proposto pelo PNAIC. No entanto,

foram identificadas fragilidades na transposição da proposta, tanto no contexto central quanto na especificidade local. (SANTOS, 2015).

Nesta teia, que tece um contexto complexo e dinâmico da educação no Brasil do século XXI, emergem as pesquisas subsequentes. É relevante destacar que a temática do ICMS- Educação ainda carece de um número significativo de pesquisas desenvolvidas, devido a sua recente implementação como política de incentivo à educação.

A primeira tese que estamos trazendo tem como título: “**Financiamento da Educação Básica no Ceará: o ICMS na Promoção da equidade**”, de autoria de Ana Gardenyya Linard Sirio Oliveira, cuja defesa foi em 02/10/2023. Essa pesquisa não possui autorização para divulgação na plataforma CAPES. No resumo, a autora apresenta o objetivo geral de compreender se os métodos e variáveis utilizados no cálculo do repasse do ICMS no estado do Ceará, por meio do Índice de Qualidade da Educação (IQE), são instrumentos adequados para garantir a equidade na distribuição dos recursos entre as redes de ensino municipais cearenses de diferentes tamanhos.

A análise foca particularmente nos dez municípios com as maiores matrículas e com alunos, predominantemente oriundos, de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Em seus estudos a pesquisadora evidenciou que:

[...] Todos os municípios apresentaram evolução no IFDM, muitas vezes devido ao esforço próprio, em meio a desafios significativos impostos pela municipalização de grandes redes públicas. O estudo revela que maiores repasses do índice Firjan tendem a correlacionar-se com maior desenvolvimento municipal e avanços na educação, destacando disparidades no financiamento recebido por Sobral e Tianguá em comparação com outros municípios no ano de 2016. Comparando Sobral e Juazeiro, municípios com matrículas similares, observaram-se diferenças nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A pesquisa também considerou as desigualdades socioeconômicas com base em raça e gênero, cruzando os dados do IDeA com o IQE. Identificou-se que a desigualdade nos repasses pode criar um ciclo vicioso, perpetuando a desigualdade social e a pobreza nos municípios menos beneficiados. (OLIVEIRA, 2023).

A análise destaca as particularidades e os potenciais impactos das metodologias de redistribuição da cota-parte do ICMS com base em critérios educacionais. Essa política de incentivo à educação, descrita pela pesquisadora como um “ciclo vicioso”, tende a aumentar a proficiência nas escolas e municípios, elevando os índices educacionais.

O próximo trabalho é intitulado, “**Política Educacional no Estado do Ceará e a Melhoria da Aprendizagem Associada aos Repasses do Índice de Qualidade da Educação,**” de autoria de Liduina Maria Gomes, uma tese a qual foi defendida em 16/06/2022:

[...] Com o objetivo de compreender o desenvolvimento do ciclo de melhoria dos indicadores educacionais em três municípios cearenses de pequeno porte no período de 2012 a 2018. A análise se concentra na política de responsabilização, considerando a redistribuição da cota-parte do ICMS e a quantia de recursos financeiros transferidos aos municípios, conforme os resultados obtidos no Índice de Qualidade Educacional, instituído pela Lei nº 14.023/07. (GOMES, 2022, p. 45).

Entre outras ações, destacam-se as seguintes observações e resultados revelados pelos dados:

[...] Conclui-se que os municípios desenvolvem iniciativas de gestão educacional e escolar próprias com o objetivo de melhorar os indicadores de desempenho dos alunos nas avaliações em larga escala, especialmente, as aplicadas pelo estado, caso do SPAECE [...]. (GOMES, 2022, p. 35).

Ao longo da sua argumentação a pesquisadora mostra a relevância da política de incentivo à educação. A análise mostra que os municípios desenvolvem iniciativas próprias de gestão educacional e escolar com o objetivo de melhorar os indicadores de desempenho dos alunos nas avaliações. Esse desempenho, por sua vez, tende a aumentar a proficiência nas escolas e nos municípios, contribuindo para a elevação dos índices educacionais.

Em suma, a pesquisadora Liduina Maria Gomes conclui: [...] O projeto de desenvolvimento de educação no Ceará, analisado a partir dos municípios de Mucambo, Pires Ferreira e Cariré aconteceu com vistas a um conjunto de políticas, no plano macro e micro dos organismos estaduais e municipais, por via dos programas PAIC, MAIS PAIC e PEN10, evidenciados através de iniciativas decorridas nos municípios, no âmbito da gestão educacional, regime de colaboração, accountability no sentido de garantir a elevação dos indicadores [...]

A pesquisa evidencia a relevância dos recursos oriundos das políticas educacionais, destacando que a redistribuição da cota-parte do ICMS no estado do Ceará é majoritariamente calculada com base nos resultados dos indicadores educacionais. Esse modelo representa uma estratégia robusta de accountability e conta com a responsabilização da gestão para assim administrar.

Entretanto, no âmbito da gestão pública apresenta ser um desafio para a aplicação e usos dos recursos financeiros da educação. Ao finalizar a análise da tese, os resultados provenientes da pesquisa de campo mostraram a existência de outros fatores relevantes, que não estavam nos objetivos da pesquisadora Liduina Maria Gomes, como a destinação dos recursos advindos de políticas públicas de incentivo à educação (via os programas PAIC, MAIS PAIC e PEN10).

É possível observar que, no recorte temporal de dez anos, as publicações voltadas para políticas de formação continuada ocorreram apenas nos anos de 2015 e 2017. Já as

publicações relacionadas ao tema ICMS-Educação foram identificadas apenas em 2023. Antes e depois desses períodos, não há evidências de publicações sobre essas temáticas na Plataforma Sucupira e no Portal de Periódicos da CAPES.

Todavia, considerando o escopo delimitado para este estudo, tais aspectos não foram objeto de análise aprofundada. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de novas pesquisas que possam explorar essa temática de maneira mais abrangente, contribuindo para um entendimento mais detalhado das implicações do financiamento educacional.

A pesquisa do Estado do Conhecimento fortaleceu nossa convicção acerca da importância do tema estudado: **A efetividade das Políticas Educacionais e suas Implicações na Prática Docente**: o programa LEEI no Município de Nova Xavantina - MT. Trata-se de tema de grande relevância, uma vez que impacta diretamente a comunidade educacional. É importante salientar que foi verificada a ausência de estudos que discutam essas temáticas de forma interconectada, ressaltando a necessidade de pesquisas futuras que investiguem essa relação.

Esta investigação sobre o estado do conhecimento permitiu uma compreensão mais ampla dos aspectos relevantes das políticas de formação de professores voltadas para o avanço da alfabetização, buscando atingir metas que possam trazer melhorias na arrecadação do ICMS-Educação para o município. Ao realizar o Estado do Conhecimento, fizemos a leitura de todos os resumos e, subsequentemente, a seleção de palavras-chave a partir dos títulos dos textos encontrados no banco de dados da Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes.

Assim, é possível afirmar que compreender o Estado do Conhecimento é fundamental para orientar práticas pedagógicas, políticas públicas e futuras pesquisas na área da educação infantil. Ao mapear as principais teorias, estudos e avanços existentes, conseguimos identificar tanto os avanços quanto as lacunas que ainda precisam ser preenchidas.

Essa reflexão nos permite construir uma base sólida para ações mais embasadas, inovadoras e eficazes, sempre com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças, elevando os níveis de qualidade da educação infantil pública. Assim, estar atento ao que já foi produzido e às tendências atuais é essencial para avançarmos, também, sobre a qualificação dos professores e alcançar as metas estabelecidas pelas políticas para educação.

As palavras-chave geraram as unidades de registro, conforme nuvem de palavras sistematizadas na figura 23.

Figura 23 - Nuvem de palavras, a partir das palavras-chave dos textos selecionados da Plataforma Sucupira, no Portal de Periódicos da Capes



Fonte: Elaborada pela autora com uso do aplicativo Venngage (2024).

Esta nuvem de palavras destaca conceitos essenciais para o desenvolvimento da educação infantil e da educação básica como um todo. Termos como ICMS, que se refere ao financiamento estadual, e financiamento da educação básica, evidenciam a importância de recursos adequados para garantir uma educação de qualidade. A formação continuada de professores e a prática pedagógica são fundamentais para aprimorar as ações em sala de aula, promovendo uma aprendizagem mais efetiva e alinhada às necessidades das crianças.

Além disso, conceitos como equidade reforçam a necessidade de garantir oportunidades iguais para todos, independentemente das condições socioeconômicas do indivíduo. Juntos, esses elementos formam uma base sólida para fortalecer a educação infantil e assegurar um futuro mais justo e inclusivo para as próximas gerações.

Dessa forma, as políticas públicas para a educação, como o LEEI, são efetivadas mediante à demanda apresentada e a realidade local.

4 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.
FREIRE (1989, p. 39).

Destacamos Freire (1989) na epígrafe para reforçarmos que o processo de aprendizagem é permanente e caracterizado por uma constante troca de saberes. Nesse contexto, a formação continuada de professores configura-se como um espaço privilegiado em que emergem questionamentos, conhecimentos acumulados e novas aprendizagens,

promovendo um ambiente fértil para o desenvolvimento profissional e remete a reflexões da ação pedagógica.

A análise, nessa perspectiva, abrange diversos aspectos, incluindo o processo histórico, os marcos legais e as políticas públicas que influenciam essa formação. Além disso, será contextualizada a formação contínua dos professores dentro de um panorama de conflitos e contradições, ressaltando os desafios enfrentados na formação continuada dos profissionais da educação infantil.

Neste sentido, se faz necessário buscar as concepções de Marx (1986), entre o trabalho, a educação e a transformação do homem. Um marco a partir do qual não é mais possível pensar ou agir em política, história ou qualquer ciência desconhecendo sua proposta, a qual, o autor dedicou-se a analisar a gênese das sociedades humanas, suas estruturas econômicas, políticas, sociais, ideológicas e suas contradições internas. Demonstrando seu compromisso com a transformação social e integrando de forma harmônica o pensamento com a prática.

A partir da obra “O capital” (MARX, 1986), o Estado é interpretado como uma entidade política que impõe violência de forma sistemática sobre a sociedade civil por meio das relações econômicas e de produção. Dessa maneira, as políticas públicas, especialmente as de cunho social, estão inseridas nessa dinâmica de correlação de forças, sendo influenciadas por lutas, pressões e conflitos.

Na análise de Oliveira e Trotta (2006), em seu documento: “A dimensão política segundo Platão e a crítica de Aristóteles”, podemos observar que:

Segundo o entendimento de Aristóteles, a política é ciência da felicidade humana, uma ciência prática que busca o conhecimento como meio para a ação e que se divide em ética e política. A felicidade, em seu modo de ver, significa certa maneira de viver específica do homem, ser social por natureza, destinado a desenvolver suas potencialidades na vida em sociedade. O objetivo dessa ciência é refletir sobre as formas de governo e as instituições políticas capazes de assegurar o bem comum. (OLIVEIRA; TROTTA, 2006, p. 14).

Nessa perspectiva, o poder político se manifesta e se concretiza através das interações humanas e das estruturas sociais estabelecidas. Portanto, o entendimento do poder político deve considerar não apenas as definições filosóficas, mas também as implicações práticas e contextuais das relações de dominação e influência entre indivíduos e grupos dentro da sociedade.

Ainda, em se tratando do conceito de política, que está vinculado ao poder estatal com o objetivo de legislar e administrar as atividades humanas dentro de um território específico, é importante destacar que as políticas educacionais também refletem essas contradições.

Conforme apontado por Shiroma, Moraes e Evangelista (2011, p. 09): “ao longo da história, a educação [...] adapta-se aos modos de formação técnica e comportamental adequado à produção e reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida.”

Dessa maneira, ao analisarmos as políticas educacionais percebemos que elas não são neutras ou imparciais, mas sim, produtos de um contexto histórico e social que molda suas diretrizes e objetivos. Portanto, a compreensão das políticas educacionais deve levar em consideração esses aspectos conflitantes e a correlação de forças que as influenciam.

Nessa direção, é fundamental destacar que a profissionalização docente no Brasil ocorreu em resposta às profundas transformações econômicas e sociais que se iniciaram por volta do século XIX e início do século XX, com a criação das Escolas Normais. A partir desse momento, passou-se a considerar a necessidade de formar profissionais para a docência, e as Escolas Normais, que na época correspondiam ao nível secundário, assumiram essa função.

Posteriormente, a partir de meados do século XX, essas instituições passaram a integrar o Ensino Médio, continuando a desempenhar um papel crucial na formação dos professores para os primeiros anos do ensino fundamental e a educação infantil. Desse modo, neste capítulo, estão sendo abordados aspectos essenciais que configuram o cenário da formação continuada para professores da educação infantil, bem como as políticas de formação continuada e a influência do ICMS-Educação, que é uma política recente.

O foco central foi sobre os resultados das provas diagnósticas aplicadas aos estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental, pela Secretaria Municipal de Educação (SME), dados solicitados mediante requerimento (anexo 1) com ênfase no acompanhamento das crianças egressas da Educação Infantil. A partir das evidências relativas ao desempenho dessas crianças no ano de 2024, houve a definição de estratégias pedagógicas e foram promovidas reflexões sobre as práticas docentes, especialmente ao que tange a formação continuada dos professores da Educação Infantil, com destaque para os profissionais atuantes na pré-escola da Rede Municipal de Ensino de Nova Xavantina/MT.

As reflexões são resultantes da formação continuada para professores da educação infantil, dos cursistas do programa LEEI e considerações sobre as políticas de formação docente nos últimos 10 anos, com especial ênfase a influência do ICMS-Educação na formação continuada.

Como aporte teórico, os principais autores utilizados foram: MATO GROSSO (2018); RIBOLI (2019); SAVIANI (2008); SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA (2011); BATISTA (2009); GANDIN e LIMA (2015); PINHO, SACRAMENTO (2006) e BRASIL (2023).

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para garantir o bom funcionamento da sociedade, as políticas públicas são planejadas, criadas e executadas por meio da colaboração entre os três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). O processo ocorre da seguinte maneira: o Poder Legislativo ou o Poder Executivo propõem as políticas públicas; o Poder Legislativo é responsável pela criação das leis relacionadas a essas políticas; o Poder Executivo planeja e implementa as ações necessárias. A função do Poder Judiciário é supervisionar o cumprimento das leis e garantir os direitos individuais e coletivos, verificando se as normas estabelecidas são adequadas para alcançar seus objetivos.

De acordo com Riboli (2019, p. 99), “a partir de uma compreensão de que elas representam um conjunto de ações que são articuladas, de incentivos que tenham como propósito mudar uma realidade, elas precisam estar protegidas pela autoridade superior de uma norma jurídica”. As políticas públicas são formuladas com o objetivo de transformar uma realidade específica, buscando promover melhorias na sociedade.

É importante mencionar que as políticas públicas desempenham um papel fundamental na estruturação e transformação da sociedade, sendo formuladas com o objetivo de abordar e modificar realidades específicas que afetam a vida dos cidadãos. Por meio de um conjunto de ações e diretrizes, visam resolver problemas sociais de diversas áreas, educacionais, econômicas e ambientais, promovendo o bem-estar coletivo e a justiça social.

É relevante destacar que as políticas públicas são resultado de um processo que envolve a identificação de necessidades e demandas da população. Por meio de pesquisas, consultas e análises, os gestores públicos conseguem mapear as principais questões que requerem intervenção. Por exemplo, a área da educação, tratada aqui, na qual as políticas são elaboradas para atender a carências evidentes, de acordo com a demanda apresentada.

Além disso, as políticas públicas são instrumentos de transformação social, pois buscam não apenas mitigar problemas, mas também promover mudanças estruturais, com a implementação de programas que visam reduzir as desigualdades e garantir direitos básicos a grupos vulneráveis. Ao criar condições para que essas populações tenham acesso a oportunidades, as políticas públicas contribuem para a construção de uma sociedade mais equitativa.

É sempre importante ressaltar que a eficácia das políticas públicas depende de uma gestão transparente e responsável. A alocação adequada de recursos, o monitoramento dos resultados e a prestação de contas são fundamentais para que as políticas cumpram seu papel

transformador. Quando bem executadas, as políticas públicas têm o potencial de melhorar a qualidade de vida das pessoas e promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Diante disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) representa um conjunto sistematizado de diretrizes e ações voltadas para a promoção de melhorias na educação brasileira. Conforme apontado por Cury (2011, p. 03), “o Plano anterior (Lei n. 10.172/01) que deveria expirar em janeiro deste ano (2011), fundamenta-se na Constituição de 1988, que versa no artigo 214, que “a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação” (PNE). Tal competência administrativa cabe à União.”

Dessa forma, a efetivação de um PNE demanda investimentos estatais substanciais, possibilitando a mobilização de instrumentos mediadores essenciais à implementação das propostas educacionais. Portanto, a participação do Estado assume papel central na materialização de políticas educacionais que visam ao desenvolvimento do setor e à garantia do direito à educação para a população.

Assim, as políticas públicas são formuladas com o objetivo de transformar realidades específicas, abordando problemas sociais e promovendo mudanças significativas. Podemos referir o Plano Nacional de Educação (PNE 13.005/2014¹¹), que em seus documentos estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional com vigência de 10 anos (2014 a 2024), atendendo ao princípio da gestão democrática e participativa da educação, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/1996.

Para Saviani (2008, p. 7), "a política educacional diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação. Tratar, pois, dos limites e perspectivas da política educacional brasileira implica examinarmos o alcance das medidas educacionais tomadas pelo Estado brasileiro."

Em se tratando das medidas educacionais implementadas pelo poder público, podemos citar o Plano Nacional de Educação (PNE, 1996) que tem 20 metas previamente estabelecidas. Com isso, torna-se imprescindível que estados e municípios, em todo o território nacional, assegurem e promovam a estruturação de seus planos específicos, denominados Planos Subnacionais de Educação.

Estes planos devem delinear metas claras e explicitar os métodos pelos quais serão atingidas, levando em consideração o contexto e as necessidades locais, conforme estipulado

¹¹ **LEI Nº 13.005/2014** - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Fonte: <<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>.

no Artigo 7º, devendo os gestores adotar as medidas necessárias para o alcance das metas, o que constitui um grande desafio. Porém, cada uma das metas estabelecidas é direcionada ao atendimento específico de um nível, modalidade e etapa de ensino, abrangendo desde a Educação Infantil até a pós-graduação.

As metas incluem aspectos como a inclusão, a educação integral, a educação de jovens e adultos, a formação específica de nível superior para todos os professores atuantes no ensino fundamental, a gestão escolar democrática, bem como, o financiamento da educação. Paradoxalmente, a vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) referente ao decênio 2014-2024, regulamentada pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, completou seu ciclo temporal e as 20 metas estabelecidas não foram alcançadas.

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 214 da Constituição Federal de 1988, atualmente, na tentativa de alcançar uma melhora nos índices das metas, foi prorrogado o PNE para até o final do ano de 2025.

Segundo a Agência Senado:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.934, de 2024, que prorroga até 31 de dezembro de 2025 a vigência do Plano Nacional de Educação (PNE). O programa, que perderia a validade na quinta-feira (25), define diretrizes, objetivos, metas e estratégias para o desenvolvimento do ensino. A norma foi publicada no Diário Oficial da União. (BRASIL, 2024).

Conforme argumentado por Riboli (2019), o PNE para o período 2014-2024 foi elaborado com o intuito de "reparar" os índices de analfabetismo presentes na educação, não apenas quanto à qualidade e equidade com que vinha sendo tratada e ofertada ao longo dos anos. Ao reconhecer a educação como a base transformadora da sociedade e ao promover seu fortalecimento por meio de investimentos públicos desde a Educação Infantil respeitando seus direitos da infância, torna-se plausível acreditar que a transformação futura da sociedade será concretizada.

De acordo com o relatório de análise das metas do PNE 2024, em especial a Meta 5, que trata da alfabetização de todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental, verifica-se que esta ainda está distante de ser atingida e chama atenção a: [...] A pressão sobre os sistemas de ensino por resultados na avaliação de alfabetização pode causar prejuízos à qualidade educacional na forma de um foco precoce no letramento e da consequente supressão de outras experiências e atividades que também são fundamentais para o desenvolvimento pleno da criança [...] Campanha Nacional Pelo Direito À Educação (Balanço do PNE, 2024).

Diante desse contexto, destaca-se a relevância da baixa taxa de avanço no cumprimento das metas estabelecidas que abrange os 10 anos de vigência da Lei 13.005/2014. O que sugere a necessidade de intensificar a pressão por resultados prorrogados até dia 31 de dezembro de 2025. Assim, a análise dos Planos Nacionais de Educação ao longo da história evidencia desafios significativos em termos de efetividade, conforme aponta Cury (2011, p. 03): “Uma leitura pregressa dos Planos Nacionais de Educação não revela um passado muito recomendável em relação a sua efetividade. Mas é a partir de suas lacunas e insuficiências que se podem rever aspectos a serem aperfeiçoados no atual projeto de lei no que tange à sua viabilidade e efetividade.”

A trajetória de dez anos do Fórum Nacional de Educação (FNE) permite a identificação de lacunas nos Planos Nacionais de Educação, proporcionando uma base crítica para a reformulação e o aprimoramento das políticas educacionais. A análise dessas deficiências desempenha um papel essencial na construção de diretrizes mais eficazes, garantindo que as ações desenvolvidas estejam alinhadas às demandas sociais e promovam avanços concretos no setor educacional.

Dessa forma, o reconhecimento dessas fragilidades não apenas contribui para evitar erros do passado, mas também fortalece a capacidade do Estado e da sociedade de desenvolver estratégias mais robustas e coerentes, garantindo avanços significativos na educação brasileira e novas Políticas de Formação que venham de fato a contribuir e fazer sentido para o professor e para as crianças da educação infantil. Por esse ângulo, vale ressaltar a importância da formação continuada para professores da educação infantil, com uma perspectiva de valorização profissional e mudanças que venham contribuir com o fazer pedagógico e influenciar positivamente os resultados da qualidade da educação infantil.

4.2 POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PNAIC: REFLEXÕES E APONTAMENTOS

Em face do objetivo deste estudo, consideramos relevante apresentar os contornos de uma importante política de formação continuada voltada aos professores da Educação Infantil, a qual teve início com a implementação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Essa iniciativa constituiu-se como a primeira ação governamental de caráter nacional direcionada à qualificação docente nessa etapa da Educação Básica, reconhecendo a importância da formação específica para os profissionais que atuam nos anos iniciais do processo de alfabetização.

Instituído como uma estratégia governamental de valorização da alfabetização, o PNAIC teve como propósito central oferecer formação continuada aos docentes que atuavam no ciclo de alfabetização, visando ao aprimoramento das práticas pedagógicas e à garantia do direito à aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal formação visava ao planejamento de aulas e estudos, utilizando material próprio e as referências curriculares e pedagógicas fornecidas pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Resolução nº 4, de 27 de fevereiro de 2013, e suas alterações na Resolução nº 12, de 8 de maio de 2013. As ações do PNAIC foram implementadas nacionalmente no período de 2013 a 2018, mobilizando governos e secretarias de educação de estados e municípios de todo o Brasil.

Uma visão das pesquisadoras Alferes; Mainardes (2019, p. 03), aponta que: “Esse programa de formação continuada de professores nasce em um contexto intelectual no qual avançamos muito na compreensão da complexidade do processo de alfabetização, bem como na complexidade dos processos formativos dos professores. Defendemos hoje que não basta o sujeito saber assinar o nome, não basta ele saber o nome das letras e conseguir desenhá-las, não basta escrever e ler palavras isoladas.”

Atualmente, o ensino na educação infantil está sob os olhares de políticas públicas que almejam, especialmente, os resultados. Isso tem tornado o trabalho pedagógico muito mais árduo, ampliando os desafios na sala de aula, mas o sonho de fazer a diferença na educação de muitas crianças têm persistido e ainda é maior.

Ainda vale destacar o início das atividades do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em 2013, com foco prioritário na formação docente para o Ensino Fundamental, especialmente no componente curricular de Língua Portuguesa. No ano subsequente, 2014, o programa ampliou sua atuação, direcionando esforços para a formação na área de Matemática, reafirmando seu compromisso com a qualificação pedagógica e o fortalecimento das práticas alfabetizadoras. Até então, o programa não apresentava grandes diferenças em relação às iniciativas anteriores, pois suas intervenções mantinham o mesmo direcionamento para essas duas disciplinas centrais.

Entretanto, em 2014 e 2015, o PNAIC passou a incorporar novas áreas do conhecimento em sua formação, incluindo Arte, Ciências Humanas e Ciências da Natureza, ampliando assim sua abordagem educativa. Em 2016, o programa enfatizava aspectos como o fortalecimento das estruturas estaduais e regionais de gestão, o acompanhamento da implementação e a avaliação sistemática do desempenho dos alunos.

Em 2017, por meio da Portaria nº 826, datada de 7 de julho, o Ministério da Educação (MEC) incorporou a Educação Infantil ao Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa

(PNAIC). O texto normativo estabeleceu, em seu Artigo 2º, que as iniciativas do programa passam a ter como prioridade principal:

§ 2º As ações do PNAIC terão como foco os estudantes da pré-escola e do ensino fundamental, cabendo aos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e gestores públicos uma responsabilidade compartilhada no alcance do direito da criança de escrever, ler com fluência e dominar os fundamentos da Matemática no nível recomendável para sua idade. (BRASIL, 2017).

Durante os anos 2017 e 2018, diversos municípios brasileiros fizeram a adesão ao PACTO da Educação Infantil. Nesse processo, o PNAIC sofreu mudanças que impactaram sua estrutura e execução. A primeira política de formação em larga escala voltada ao currículo e o fazer pedagógico da educação infantil começava a ser implantada no território brasileiro.

Em síntese, as autoras Roveri e Duarte (2018) destacam que: “Os atuais programas de alfabetização de crianças no Brasil emergiram em um contexto de tensões e de controle dos índices de analfabetismo no país, fazendo com que tanto o Ensino Fundamental quanto a Educação Infantil assumissem a tarefa de alfabetizar as crianças.”

Embora a proposta do programa não tivesse como objetivo central a alfabetização de turmas da educação infantil de 4 a 5 anos de idade, sua abordagem transmitia a ideia de que as crianças deveriam ser preparadas para ingressar na primeira série do ensino fundamental, já condicionadas às exigências avaliativas.

Esse direcionamento se refletia nas campanhas veiculadas em rede nacional, que enfatizavam o compromisso de “*assegurar que todos estejam alfabetizados até o final do 3º ano do Ensino Fundamental*”, além de reforçar a importância do alcance das metas estabelecidas nas avaliações realizadas ao término do ciclo de alfabetização. Todavia, essa avaliação não incide diretamente sobre a Educação Infantil, nos parece que as autoras Roveri e Duarte (2018) nos apresentam um significativo potencial de impacto na estruturação e na dinâmica operacional das creches e pré-escolas, com vista a atender tais exigências.

A relevância da formação continuada proposta pelo PNAIC, instituída pela Portaria nº 826 de 2017, pode ser evidenciada por meio de práticas pedagógicas que passaram a ser valorizadas e compreendidas com maior profundidade pelos docentes da educação infantil. Por exemplo: Planejamento de atividades lúdicas com intencionalidade pedagógica: Professores passaram a reconhecer o brincar como eixo estruturante da aprendizagem na infância, elaborando propostas que articulam ludicidade; Observação e escuta sensível das crianças: A formação incentivou práticas de escuta ativa, como forma de compreender seus interesses, necessidades e modos de aprender; Organização dos espaços e tempos escolares: para favorecer a autonomia e a exploração, criando cantinhos temáticos, materiais acessíveis e

rotinas flexíveis que respeitam o ritmo das crianças; Documentação pedagógica: A prática de registrar processos de aprendizagem por meio de fotos, relatos e portfólios ganhou destaque como instrumento de reflexão docente e valorização das experiências infantis.

Esses exemplos ilustram como a formação oferecida pelo PNAIC contribuiu para uma mudança de paradigma na educação infantil, promovendo uma atuação mais consciente, crítica e sensível por parte dos professores. Sob esse viés, o Pnaic mostrou ser uma formação continuada de grande importância para a educação infantil no ano de 2017, por se tratar da primeira formação para professores da infância, voltada para suas peculiaridades e especificidades - da rotina em sala com crianças pequenas e bem pequenas.

Nas considerações da pesquisa de Alferes e Mainardes (2019), suas observações revelam : “[...] a participação da professora pesquisada no processo de formação continuada do PNAIC, sua prática pedagógica alterou-se nos seguintes aspectos: a) o trabalho com os livros de literatura abordou outros componentes curriculares, além da Língua Portuguesa; b) o trabalho com sequências didáticas tornou-se mais frequente na sala de aula; c) os projetos favoreceram a interdisciplinaridade; d) as atividades tornaram-se diversas, conforme o nível de leitura e escrita das crianças, e não de acordo com a faixa etária (como a professora organizava as atividades antes do PNAIC) e o uso de jogos foi ampliado.

Entre os saberes apropriados pela professora, os que mais se destacaram foram: a prática sistemática do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), com a realização diária de atividades voltadas a sua apropriação, e a organização do tempo pedagógico, o qual favorece o envolvimento das crianças em atividades diferenciadas.”

Embora tenha se encerrado esta importante política pública de formação continuada, o PNAIC, mas a análise dos seus impactos revela avanços significativos na alfabetização de crianças, além de um legado de práticas pedagógicas aprimoradas e de maior engajamento entre os profissionais da educação.

Assim, sete anos após a implementação inicial, o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) foi retomado, conforme será abordado na seção posterior deste trabalho.

4.3 POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA LEEI/MT

A primeira edição do LEEI – Livro de Estudos da Educação Infantil foi implementada no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), conforme regulamentação estabelecida pela Portaria MEC nº 826, de 7 de julho de 2017. Essa iniciativa integrou as ações formativas voltadas à qualificação dos profissionais da Educação Infantil,

com foco na promoção da alfabetização e do letramento desde as etapas iniciais do processo educativo.

O período de execução da referida edição compreendeu os dias 25 de novembro de 2017 a 6 de julho de 2018, articulando práticas pedagógicas, referenciais curriculares e estratégias de formação continuada em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação. Conforme os registros presentes no caderno de orientação de estudos, sua estrutura foi concebida com base nas experiências acumuladas ao longo das edições anteriores do programa de formação Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) realizado em 2017.

O LEEI-MT (2024, p. 08), tece algumas observações da primeira edição do Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil:

O material de referência para os estudos é a **Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil**. Este é um material que foi produzido em 2016. Seus textos, ainda que tenham sido elaborados há alguns anos, se constituem como importante referencial e de fundamentação conceitual a respeito de conteúdos que fazem parte do cotidiano das professoras, mas que no dia a dia ficam esquecidos diante da diversidade de suas práticas. Por isso, o estudo mediado se constitui em importante estratégia para apoiar as professoras cursistas no decorrer da formação, de tal modo que elas se sintam potentes para se apropriarem de temas e conceitos complexos que serão abordados. (LEEI-MT, 2024, p.08).

Dessa forma, o Programa de Formação estrutura-se a partir dos princípios norteadores do projeto **Leitura e Escrita na Educação Infantil**, a coleção que leva o mesmo nome e foi oficialmente constituída em 2024, consolidando-se como instrumento pedagógico que articula teoria e prática no âmbito da Educação Infantil pós-pandemia.

O Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) ¹² integra o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com o intuito de fortalecer o planejamento do professor e a implementação de práticas pedagógicas para desenvolver a linguagem oral, leitura e escrita das crianças pequenas. O público alvo em 2024 foram os professores da rede municipal em exercício da educação infantil, com atendimento de crianças de 4 e 5 anos.

Tal política pública instituída pelo decreto de n.º 11.556/2023 reconhece a importância de promover uma abordagem lúdica, contextualizada e significativa, que busca capacitar os profissionais da educação infantil para que possam oferecer experiências que favoreçam o contato natural das crianças com a linguagem, estimulando o interesse, a compreensão e a expressão oral e escrita.

O programa LEEI reforça o compromisso de construir uma base sólida para o letramento desde a Educação Infantil. Contribui para esse contexto, buscando atingir as metas

¹² DECRETO Nº 11.556, DE 12 DE JUNHO DE 2023, Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Fonte: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm>.

de qualidade para a alfabetização e, conseqüentemente, o desempenho escolar. O programa foi elaborado pelo Ministério da Educação do Brasil, com os governos estaduais e municipais, sob a responsabilidade do desenvolvimento do mesmo a cargo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT-Cuiabá), da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) e da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), com a parceria da SEDUC-MT e a UNDIME. Com objetivo de ofertar formação continuada para professores atuantes na educação infantil, Pré-escola, com ênfase nas competências da leitura e escrita, alinhadas com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil (2010). LEEI-MT (2024, p.03).

A Equipe do Programa de Formação Leitura e Escrita na Educação Infantil em Mato Grosso (LEEI-MT), acrescido de particulares estaduais (composto por histórias/contos regional e artistas da região mato-grossense, e a escrita usando uma metáfora Voos para ler o mundo a partir do Centro Geodésico da América do Sul) visando o compromisso integral para o desenvolvimento das crianças, compreende que ler e escrever são *direitos incompressíveis* de todas as crianças pequenas e bem pequenas.

Desta maneira a equipe do LEEI/MT 2024, sabendo dos desafios entende as ações voltadas para essa faixa etária e considera que:

É direito de nossas crianças Mato-grossenses *voar nas asas da leitura e da escrita* - metáfora criada por nossa equipe intitulada *Voos para ler o mundo a partir do Centro Geodésico da América do Sul*- no mundo da fantasia, ludicidade, imaginação e (cri)ação! É direito delas se (trans)verem como leitoras de mundo, de imagens, de palavras e autoras de suas histórias literárias e de vida!

É nosso *Compromisso*, construirmos coletivamente um *Curso de Formação continuada de qualidade* que seja *Asas* para nossas crianças quilombolas, indígenas, ribeirinhas, deficientes, da cidade e do campo. Para que isso aconteça, do ponto de vista das *interações e brincadeiras*, conforme orientações das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (2010). (LEEI-MT, 2024, p.03).

Visando criar oportunidades para que professores da educação infantil de Mato Grosso vivenciassem a prática da leitura literária e, ao mesmo tempo, ampliassem as possibilidades de acesso ao universo literário, o curso obteve em 2024/2025 uma carga horária total de 126h. É importante salientar que o município de Nova Xavantina foi realizando encontros presenciais, contando com 4 escolas municipais e a participação de 25 professores inscritos, envolvendo aproximadamente 627 crianças.

Dessa forma, a formação continuada dos docentes que atuam na Educação Infantil no estado de Mato Grosso, com ênfase nas etapas de Pré-escola, foi estruturada com base em princípios pedagógicos que visam à qualificação permanente das práticas educativas. Tal iniciativa buscou assegurar a consonância entre as ações pedagógicas, as especificidades do

desenvolvimento infantil e as demandas socioculturais do contexto local, promovendo uma educação sensível, contextualizada e alinhada às diretrizes da BNCC.

Assim, o foco nas competências de leitura e escrita é essencial, pois essas habilidades representam os alicerces para o desenvolvimento de habilidades linguísticas e cognitivas ao longo da vida. Necessariamente, essa formação se dá alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, tendo em vista que busca fortalecer a prática docente, promovendo estratégias inovadoras e fundamentadas nos instrumentos oficiais da educação, as quais favorecem o desenvolvimento integral das crianças, respeitando suas singularidades e potencialidades.

Logo, investir na formação continuada é uma estratégia indispensável para promover uma educação infantil de qualidade, que valorize o brincar, a descoberta e o aprender de forma significativa. Partindo do princípio de que a formação continuada é uma ferramenta imprescindível, que permite que professoras e professores tomem decisões baseadas em evidências do desempenho dos estudantes, enquanto definem estratégias e refletem sobre a prática docente e seus resultados.

Observa-se nas considerações de Gandin e Lima (2015), que a busca por atingir metas baseadas em dados assegura mais legitimidade e essa é a perspectiva da nossa pesquisa. Nesse sentido, atingir metas na educação infantil de forma eficaz requer uma abordagem fundamentada em dados concretos. Significa utilizar informações quantitativas e qualitativas que permitem que os gestores e educadores identifiquem as áreas que precisam de mais atenção, planejem ações específicas e acompanhem o progresso ao longo do tempo.

Dessa forma, o uso de dados não só orienta o planejamento de metas realistas e alcançáveis, mas também possibilita uma avaliação mais precisa dos resultados, contribuindo para elevar os resultados na educação infantil, mediante às políticas públicas aplicadas que utilizam dos dados estatísticos para bater metas. Destaca-se que isso está evidente em um contexto marcado pelas exigências do capitalismo contemporâneo, observa-se uma crescente pressão sobre a educação infantil, para que esta não apenas cumpra sua função formativa, mas também alcance metas cada vez mais rigorosas, especialmente no que diz respeito aos índices de alfabetização.

Pela primeira vez essa etapa da educação básica é convocada a demonstrar resultados mensuráveis, enfrentando desafios que antes não lhe eram atribuídos com tamanha intensidade. Nesse cenário, Gewirtz e Ball (2011), apontam para uma mudança significativa na gestão educacional: a transição do modelo de "Bem-Estar Social" para o chamado "Novo

Gerencialismo". Essa transformação está inserida em uma lógica neoliberal que valoriza a eficiência, a qualidade e a performatividade como pilares centrais.

Tal mudança tem repercussões profundas na prática pedagógica, afetando diretamente a autonomia dos professores e reconfigurando o papel da escola como espaço de formação integral. Esse autores chamam atenção para uma figura central na lógica do novo gerencialismo educacional, o gestor escolar, que atua como executor de metas e diretrizes definidas externamente à escola. Nesse modelo, a boa gestão é entendida como a capacidade de implementar, de forma eficiente e sem resistência, objetivos que não emergem do cotidiano escolar, mas são impostos por instâncias superiores.

O papel desse novo gerente não inclui o questionamento crítico dos propósitos ou dos limites estabelecidos. Ao contrário, espera-se dele conformidade e alta performance de desempenho, sem considerar as variáveis que a demanda escolar pode apresentar; ou seja, desconsidera-se a realidade do alunado frente a esses novos desafios. Nesse cenário, o discurso gerencialista desloca o foco da educação para fins essencialmente instrumentais. A escolarização passa a ser avaliada por indicadores, como desempenho em testes padronizados e taxas de frequência. Essa lógica é sustentada por uma linguagem empresarial que valoriza termos como excelência, qualidade e eficiência, reforçando uma cultura de performatividade que redefine o sentido da prática pedagógica e da própria missão da escola.

Pensando assim, do modelo de gestão do bem-estar social ao novo gerencialismo, surgem mudanças discursivas sobre a gestão escolar no mercado educacional, baseadas em evidências. Neste eixo de análise, a criança é concebida como um sujeito social pleno, titular de direitos assegurados e integrantes ativos das dinâmicas sociais. O direito das crianças de 0 a 5 anos é amplamente reconhecido e fundamentado em marcos legais de grande relevância, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996.

Esses instrumentos jurídicos asseguram a proteção integral e o acesso a condições que promovam o desenvolvimento pleno na primeira infância, destacando sua importância como prioridade absoluta no contexto das políticas públicas e educacionais. O Documento de Referência Curricular de Mato Grosso (DCR/MT), publicado em 2018, apresenta todas as diretrizes básicas para as atividades da Educação Infantil, destacando os conceitos e diretrizes específicas em cada uma das suas seções.

Desde o início, o documento afirma a importância de uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida, considerando a necessidade de currículos específicos para a Educação Infantil. Conforme indicado neste documento, é imprescindível compreender os

conceitos de criança e de infância para que pais, diretores, professores e cuidadores possam oferecer um atendimento adequado às crianças, respeitando suas respectivas faixas etárias e fases específicas de desenvolvimento.

O Documento de Referência Curricular para o Mato Grosso (DRC/MT, 2018) reconhece que os conceitos de infância desempenham papel central na formulação de políticas públicas voltadas ao atendimento das crianças pequenas e bem pequenas. Ao enfatizar a importância de compreender a infância em sua pluralidade e especificidade, o documento propõe ações que integrem cuidados na primeira infância, educação e proteção, visando o desenvolvimento integral e o bem-estar das crianças.

Essa perspectiva dialoga diretamente com os princípios do modelo de Bem-Estar Social, que historicamente valoriza a infância como uma fase que demanda atenção pública, proteção e investimento coletivo. No entanto, ao ser inserido em um contexto marcado pelo avanço do novo gerencialismo, o DRC/MT também se vê tensionado por lógicas que priorizam a eficiência, a mensuração de resultados e a performatividade. Assim, as políticas educacionais voltadas à infância podem ser reinterpretadas como instrumentos de alcance de metas e indicadores, deslocando o foco do cuidado e da formação para o cumprimento de padrões externos.

Dessa forma, o DRC/MT (2018) ocupa um lugar ambíguo: ao mesmo tempo em que reafirma o valor da infância como fundamento ético e político das ações educativas, se posiciona frente às exigências de um modelo gerencialista que redefine o papel da escola e dos educadores em termos de produtividade e resultados mensuráveis.

De acordo com o próprio documento:

Esta etapa da Educação Básica é de grande importância para a criança, por constituir as primeiras ações educativas fora do seu contexto familiar. A finalidade da Educação Infantil é a promoção do desenvolvimento integral da criança conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), sendo assim precisa cumprir com o compromisso de tornar os espaços, tempos e ações pedagógicas favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento das crianças. (DRC-MATO GROSSO, 2018, p. 05).

Essa abordagem destaca sua importância no contexto social e educacional, ressaltando a necessidade de reconhecer e respeitar as especificidades da criança, considerando-a um agente central na construção de sua trajetória. Da mesma forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece as diretrizes fundamentais que orientam gestores, professores e cuidadores na promoção do desenvolvimento integral das crianças, bem como, no estímulo às competências e habilidades essenciais para essa fase da educação.

Para assegurar a legitimidade das ações do planejamento pedagógico e garantir os direitos de aprendizagem, o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso - DRC/MT (2018) ressalta:

Nesse sentido, é importante observar o que afirma as DCNEI (2009), quanto à necessidade de propor um planejamento que promova o desenvolvimento da criança em sua integralidade. Dentre os aspectos relacionados ao planejamento, na Educação Infantil é fundamental garantir os eixos interações e brincadeiras, articulados aos direitos de aprendizagem e as experiências entre os diferentes campos. (DRC-MATO GROSSO, 2018).

A partir disso, valorizar a criança pequena como protagonista no cotidiano da Educação Infantil, torna-se indispensável planejar atividades que considerem suas perspectivas, seus modos de compreender e interagir com o mundo, acolhendo suas necessidades e especificidades.

Assim orienta a DRC/MT (2018).

Pensar em um currículo organizado por campos de experiências é compreender que estes campos articulam-se entre si, não se tem uma fragmentação e ou divisão campos de experiências, que são organizados por meio dos eixos norteadores: as interações e as brincadeiras. É importante destacar que as experiências de todos os campos resultarão numa aprendizagem significativa, nos momentos da jornada das crianças na Educação Infantil, perpassando a acolhida inicial, as alimentações, a participação no planejamento, os encontros com as famílias e demais vivências. (DRC-MATO GROSSO, 2018, p.26).

Neste sentido, o orientativo possibilita concluir que a Educação Infantil, alicerçada em princípios de equidade e qualidade e o respeito à infância, demanda práticas pedagógicas planejadas que valorizem as singularidades das crianças. Nesse contexto, o educador desempenha um papel fundamental ao promover um ambiente de aprendizagem que respeite as especificidades individuais, favorecendo o desenvolvimento integral e a construção de competências essenciais para esta etapa educacional, além de garantir os direitos de aprendizagem e a estruturação por meio dos campos de experiências.

O documento DRC/MT (2018, p. 26) orienta: “Em conformidade com a BNCC, são cinco os campos de experiências para os bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Traços, sons, cores e imagens; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Também devem ser garantidos direitos gerais de aprendizagem: CONVIVER, BRINCAR, PARTICIPAR, EXPLORAR, EXPRESSAR, CONHECER-SE. Os seis direitos de aprendizagem na Educação Infantil, estabelecidos pela DRC/MT (2018), nas diretrizes curriculares para EI, reforçam os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e sua importância para respeitar as crianças como sujeitos de direitos. Fundamentados na interação

e na brincadeira, esses direitos visam apoiar tanto a construção do conhecimento quanto o desenvolvimento integral das crianças.

Considerando este contexto, ao se pensar em currículo para a Educação Infantil, surge uma gama de possibilidades para exploração mais ampla das diferentes linguagens pelas crianças. Em sua estruturação, define que o brincar seja considerado como o eixo central das atividades pedagógicas. Essa clareza permite ao educador explorar ao máximo as possibilidades e desenvolver um currículo que atenda às necessidades das crianças e às diretrizes dos documentos oficiais da Educação Infantil.

Para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, “o currículo é definido como um conjunto de práticas elaborado para articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, com vistas ao desenvolvimento integral de crianças atendidas” (Brasil, 2010).

Seguindo essa lógica, Projeto Político Pedagógico (PPP) da Educação Infantil é definido como um documento de cunho orientador, o qual rege as ações da instituição em sua missão, garantindo metas que levem as crianças à aprendizagem e ao desenvolvimento integral, devendo ser elaborado de forma coletiva por todos os membros da comunidade escolar (direção, professores, funcionários, pais), considerando os seguintes princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: sensibilidade, criatividade, ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2010, p. 16).

São esses princípios que auxiliam as escolas, que oferecem Educação Infantil, a elaborar um currículo específico, para que possa atender as crianças em cada etapa e faixa etária, visando não apenas o cuidado, mas também a construção de conhecimentos no âmbito institucional.

Essa constatação é respaldada pelo Artigo 16 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, que estipula que a Educação Infantil deve ser ofertada de maneira a assegurar a qualidade, com instalações e equipamentos que atendam aos padrões de infraestrutura estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), além de contar com profissionais qualificados, currículo adequado e materiais pedagógicos que estejam alinhados à proposta pedagógica.

Considerando os estudos realizados em universidades, pesquisas desenvolvidas e as iniciativas no âmbito governamental voltadas para a elaboração de políticas públicas que

asseguem os direitos das crianças e protejam a infância, é possível observar novos olhares sobre a educação escolar de crianças pequenas e bem pequenas e sua formação, não restringindo a prática pedagógica somente ao cuidar, mas a formação biopsicossocial da criança. No plano formal, isso representa um avanço significativo, pois a criança é reconhecida como sujeito de direitos e participante ativo em seu processo de desenvolvimento.

Assim compreende Batista (2009) sobre as concepções de infância e de criança: “A infância deixou de ser compreendida como uma ‘pré’ etapa da fase adulta e passou a ser identificada como um estado diferenciado” (BATISTA, 2009, p.15). Nesse paradigma, as leituras nos levam a refletir sobre os desafios que permeiam a Educação Infantil (EI), diversas indagações emergem no decorrer dos estudos, especialmente no que diz respeito à leitura e aos processos de alfabetização.

Na tentativa de compreender a importância da educação na EI, situada entre as dimensões do cuidar e do educar, em uma sociedade capitalista atravessada por lutas de classe, torna-se fundamental problematizar algumas questões: É possível respeitar as características próprias da infância e das crianças, integrando-as à apropriação da escrita na EI, para atingir metas de alfabetização?

A indagação feita anteriormente ressalta que a construção do processo de alfabetização na Educação Infantil deve considerar as especificidades do desenvolvimento infantil, garantindo que a cultura escrita ocorra de maneira significativa e respeitosa às características próprias da infância. No entanto, a pressão para o cumprimento de metas de alfabetização pode resultar em práticas pedagógicas que desconsideram o ritmo e as necessidades das crianças, priorizando assim os indicadores de desempenho, em detrimento de experiências formativas mais amplas e coerentes com a própria normatização do ensino infantil.

Segundo Leal (2010), o processo avaliativo é impulsionado por distintas finalidades, o que torna imprescindível a clareza quanto aos objetivos que orientam sua realização.

É preciso reconhecer que avaliamos em diferentes momentos com diferentes finalidades. Avaliamos para identificar os conhecimentos prévios dos alunos e trabalhar a partir deles; avaliamos para conhecer as dificuldades dos alunos e, assim, planejar atividades adequadas para ajudá-los a superá-las; avaliamos para verificar se eles aprenderam o que nós já ensinamos e, assim, decidir se precisamos retomar os conceitos trabalhados naquele momento; avaliamos para verificar se os alunos estão em condições de progredir para um nível escolar mais avançado; avaliamos para verificar se nossas estratégias de ensino estão dando certo ou se precisamos modificá-las. (LEAL, 2010, p. 32).

Assim, compreender os propósitos da avaliação é fundamental para que ela cumpra seu papel de forma ética, significativa e alinhada às intenções pedagógicas que a sustentam. Para o professor, isto configura-se em mais do que a mera atribuição de notas, a avaliação é um instrumento diagnóstico essencial no acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem da criança. Seu propósito central é fornecer subsídios relevantes tanto para os docentes quanto para os discentes, possibilitando a reorientação de práticas pedagógicas e o aprimoramento de estratégias educativas, com vistas à promoção de aprendizagens significativas.

Neste ponto é importante destacar que a avaliação de larga escala não substitui a avaliação formativa, esta visa o acompanhamento individual da criança para identificar suas necessidades específicas voltadas para seu desenvolvimento, que permite o professor a construir novas estratégias de ensino.

A avaliação externa pode designar avaliação de uma instituição, realizada por profissional ou firma especializada neste tipo de consultoria, abrangendo todo o escopo ou apenas parte das ações institucionais. Avaliação de larga escala é um procedimento amplo e extensivo, envolvendo diferentes modalidades de avaliação, realizado por agências reconhecidas pela especialização técnica em testes e medidas, abrangendo um sistema de ensino, ou seja, todas as escolas de um determinado nível ou série deste sistema, mesmo que utilizando procedimentos amostrais, na maior parte das vezes voltada predominantemente para o foco da aprendizagem dos alunos e com a finalidade de obter resultados generalizáveis ao sistema. (WERLE, 2010, p. 27).

As avaliações em larga escala constituem instrumentos de natureza externa à escola, aplicados na escola por meio de testes padronizados. O panorama das políticas públicas educacionais no Brasil revela a consolidação de uma estrutura de avaliação que começou a ser delineada no final da década de 1980, ganhando maior robustez e abrangência a partir de 1995 com a implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Seu propósito é oferecer um panorama abrangente da qualidade educacional, contribuindo para o planejamento de políticas públicas e para a tomada de decisões que impactam diretamente o cotidiano das escolas e, conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos.

Destaca Werle (2011), a avaliação em larga escala passou a ocupar lugar estratégico nas políticas públicas educacionais brasileiras.

[...] o projeto de avaliação em larga escala em desenvolvimento desde o final da década de 1980, desdobrado ao longo de vinte anos, é reforçado a partir de 2005. Reforçado por receber importante legitimação a partir de ações pragmáticas vinculadas ao ranqueamento de instituições, escolas, redes municipais e estaduais, à liberação de recursos, à valorização da “transparência” para a sociedade e à necessidade de qualificação da educação. Reforçado pela criação de novos índices e sistemas de seleção que valorizam os resultados de outras avaliações, que instituem novos parâmetros de comparações entre as instituições do sistema educacional. (WERLE, 2011, p. 790).

No âmbito das políticas educacionais contemporâneas, o papel do professor revela-se essencial na condução do processo pedagógico, atuando como mediador das aprendizagens e responsável por promover o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos. No entanto, é preciso reconhecer que tais avaliações não refletem apenas o desempenho de um único ano letivo, mas sim um processo contínuo que se inicia na Educação Infantil e se estende ao longo da trajetória escolar. A cada etapa, o professor contribui para a consolidação de saberes e habilidades, construindo gradualmente as bases que sustentam o desempenho dos alunos nas avaliações externas.

Nesse contexto, políticas públicas como o ICMS-Educação no estado de Mato Grosso surgem como mecanismos que vinculam o financiamento educacional aos resultados obtidos nos indicadores de aprendizagem. Embora busquem estimular a melhoria da qualidade educacional, esses programas, nem sempre, respeitam as especificidades de cada uma das etapas da Educação Básica. Tendo em vista que seu objetivo é atingir metas, mas não conhecem as demandas da vivência do público assistido e os espaços educativos que compõem a etapa da educação infantil.

4.4 ICMS-EDUCAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO

A legislação do estado de Mato Grosso, conforme estabelecido pela Lei Estadual 746/2022, determina a indexação de 10% do valor do ICMS, condicionando sua distribuição aos municípios com base em critérios relacionados aos resultados educacionais. Esses parâmetros, fundamentados em outputs, refletem os índices de qualidade do ensino nas escolas e orientam a apuração dos valores a serem transferidos.

De acordo com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso SEDUC, (2024), essa condicionalidade visa incentivar melhorias na aprendizagem e na equidade educacional por meio da alocação estratégica dos recursos.

Pelas regras atuais, o Estado fica com 75% do ICMS arrecadado e outros 25% são transferidos aos municípios, a partir de uma série de critérios, resumidos no Índice de Participação dos Municípios (IPM). Os novos critérios levaram em consideração a Emenda Constitucional 108/2020, que estabeleceu a alteração do percentual de distribuição do imposto para garantir recursos para a Educação. Os 75%, transferidos conforme o desempenho econômico dos municípios, foram reduzidos para 65% e os 10% restantes serão distribuídos de acordo com o desempenho educacional. (SEDUC/MT, 2024 [s.d.]).

Esse marco representou um avanço significativo na estrutura de financiamento da educação básica no Brasil, assegurando a continuidade dos investimentos e a ampliação das políticas voltadas à equidade educacional. A Emenda Constitucional 108 estabeleceu novos

critérios para a distribuição dos recursos, incorporando parâmetros que vinculam parte do ICMS à melhoria dos resultados de aprendizagem, à governança educacional e à redução das desigualdades no acesso ao ensino de qualidade.

Como a legislação estadual foi implementada recentemente, a pesquisa avaliará sua compatibilidade com os mandamentos da EC 108/2020, conforme Godoi et al., (2023).

No Mato Grosso, tramita desde janeiro de 2022 o Projeto de Lei Complementar nº 1/202234, de autoria do Executivo, reduzindo o montante a ser distribuído pelo critério do valor adicionado para 70 (2023) e 65% (2024 em diante) e determinando-se que 10% do montante do ICMS a ser dividido com os Estados em 2023 sejam distribuídos segundo critérios educacionais, parcela que sobe para 12% em 2024 e 15% em 2025. O projeto de lei complementar detalha como será apurado o Índice Municipal de Qualidade da Educação, que levará em conta “indicador de aprendizagem com equidade” e seu avanço (art. 9.º, § 2.º), bem como “indicador socioeconômico dos alunos” (art. 9.º, § 4.º), cabendo ao Executivo regulamentar a fórmula e os parâmetros de cálculo de referido Índice. O projeto de lei mato-grossense cumpre detalhada e fielmente as disposições do artigo 158, parágrafo único, II da Constituição sobre a criação do ICMS-Educação. (GODOI et al., [s.d.] 2023, p. 16).

Dessa maneira, a busca pelo cumprimento das metas estabelecidas pode fragilizar as ações voltadas à educação infantil previstas pelas DCNEI, comprometendo sua estrutura e efetividade. Contudo, os desafios persistem, tornando essencial o aprimoramento contínuo das políticas públicas, a fim de garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação equitativa, inclusiva e capaz de promover transformação social.

Durante o seminário técnico promovido pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), realizado no dia 8 de março de 2023, o secretário de Estado de Educação, Alan Porto, apresentou o *Guia ICMS-Educação – Para Uma Gestão de Resultados*. O documento propõe um conjunto estruturado de ações pedagógicas voltadas às equipes gestoras municipais, com o objetivo de aprimorar os indicadores educacionais por meio de práticas mais eficazes e orientadas por resultados.

Mais do que um manual técnico, o guia representa uma tentativa de alinhar a gestão educacional às exigências contemporâneas de qualidade e desempenho, oferecendo subsídios para que os municípios possam planejar e executar estratégias que impactem positivamente o processo de ensino-aprendizagem conforme destaca e orienta o guia Todos Pela Educação (2024), destacam o que é o ICMS-Educação:

É um mecanismo financeiro que visa incentivar os municípios a alcançarem bons resultados educacionais. A ideia é simples: quanto melhores forem os índices de Educação da cidade, mais dinheiro ela irá receber. Esse recurso adicional pode ser utilizado em diversas áreas, não sendo necessário investir apenas na área da Educação. Ou seja, priorizar a Educação, assegurando os direitos de aprendizagem dos estudantes, é uma forma eficaz de aumentar a arrecadação municipal. Mas fique atento(a): municípios com resultados educacionais ruins também deixam de receber recursos (BRASIL, EDUCAÇÃO JÁ – MUNICÍPIOS, 2024, p. 02).

Embora o objetivo central desta dissertação não seja o aprofundamento da temática relacionada à distribuição do ICMS educacional, cabe destacar que o Diário Oficial do Estado de Mato Grosso¹³ apresenta, por meio de seu simulador, orientações sobre a Projeção da Distribuição do ICMS educacional, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 746, de 25 de agosto de 2022. Tal legislação define os critérios para o cálculo dos Índices de Participação dos Municípios (IPM/ICMS), incorporando variáveis como desempenho educacional, coeficiente social e outros indicadores, em consonância com as diretrizes da Emenda Constitucional nº 108/2020.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Educação é um mecanismo que visa melhorar a qualidade da educação nos municípios por meio de políticas de accountability.

Segundo Pinho; Sacramento (2009), o significado da palavra *accountability*:

[...] constatou-se que o significado do conceito envolve responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo. Ao observar as alterações políticas, sociais e institucionais ocorridas no Brasil nesses 20 anos constata-se que, embora muitos passos importantes tenham sido dados em direção à *accountability*, com criação de novas instituições, fortalecimento institucional em geral, a caminhada promete ser longa, principalmente porque ficou caracterizado que no Brasil o surgimento de um novo valor não necessariamente implica extinção do tradicional [...]. (PINHO; SACRAMENTO, 2009).

A partir disso, a lógica das políticas de accountability, presentes na definição do Índice Municipal de Qualidade da Educação (IMQE), baseia-se na ideia de que a transparência e a responsabilização são fundamentais para alcançar uma educação de qualidade e equidade. Isso envolve a coleta e análise de dados educacionais, o estabelecimento de metas e indicadores de desempenho, e a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação que possibilitem identificar e corrigir eventuais falhas no sistema educacional.

Vale mencionar que nos poucos artigos publicados sobre o tema, contribui para a reflexão o artigo da uma pesquisa em andamento, no pós-doutorado de Costa (2024) que destaca:

[...] A adoção de medidas educacionais, como as avaliações standardizadas, cujos resultados vêm sendo associados com a qualidade e definindo a alocação de recursos financeiros, seja por escolas ou por entes federados, podem ser consideradas políticas de accountability. Resguardadas as diversas interpretações atribuídas ao termo (Schneider;Nardi, 2015), adotamos aqui o entendimento de que pode ser

¹³Fonte:

<<https://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/5edf9c5193c58088032567580038916b/f2d091a59b619163042588f300496232?OpenDocument>>.

traduzido por responsabilização, prestação de contas, premiação e punições. Os resultados desse processo têm induzido o ranqueamento na busca por resultados educacionais, tornada possível com a padronização curricular[...]. (COSTA, 2024,p.03).

A pesquisadora se refere à Emenda Constitucional nº 108/2020, relacionada à complementação federal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) (art. 212-A, V, “c” da CF), em conjunto com as disposições da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (art. 14, §1º, IV), e o novo critério de repartição do ICMS conforme parâmetros educacionais (art. 158, parágrafo único, II, da CF), determinam um incremento mínimo de dez pontos percentuais, fundamentado em indicadores que aferem a melhoria dos resultados de aprendizagem e a ampliação da equidade, levando em conta o nível socioeconômico dos educandos.

E assim, introduzindo na educação as estratégias de cunho mercadológico, em que o estado e municípios visualizam a educação como um produto a ser comercializado, passando a ludibriar e pressionar os gestores escolares para que os parâmetros educacionais sejam superados a cada ano. Pois, a Lei Estadual 746/2022 estabelece que a indexação de 10% do valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) será repassada aos municípios, condicionada à qualidade do ensino nas escolas públicas.

De acordo com Brasil (2023), a Constituição Federal (1988) define que parte dos recursos arrecadados via ICMS (75% do total) permanece com os próprios governos estaduais, enquanto uma outra parcela (de 25% do total) deve ser repassada aos municípios que compõem a respectiva Unidade Federativa. Desses 25% a serem repassados aos municípios, chamados de cota-parte municipal, no mínimo, 75% deveriam ser repassados de acordo com a proporção do valor adicionado fiscal e, no máximo, 25%, a partir do que dispuserem as leis estaduais.

Nesse sentido, as pesquisas desenvolvida por Torres (2001); Ozga (2008); Costa (2024) chamam a atenção para:

O conjunto de políticas, programas e ações envolvidos na definição do Indicador Municipal de Qualidade da Educação (IMQE) parece associar-se à lógica de políticas de accountability, já que os resultados nas avaliações têm peso maior na definição do indicador e podem levar à competição, responsabilização e prestação de contas. Políticas focadas em resultados seguem a tendência das políticas educacionais globais (Verger, 2019), cujas características principais se associam ao que Lima (1997) chamou de educação contábil – em educação, conta o que pode ser testado, medido, quantificado, estudado em suas correlações e causalidades, e manipulado (controlado) em seus comportamentos futuros. (TORRES; OZGA; COSTA, 2001, 2008, 2024 p.03).

Considerando esses fatores podemos, ainda que provisoriamente, inferir que as políticas de avaliação da educação básica visam atingir suas metas e, para alcançá-las,

exercem influência sobre a organização do trabalho na Educação Infantil, almejando a obtenção de melhores resultados. Essa lógica promove um estímulo à superação por parte de cada município, dado que o progresso significativo das escolas repercute positivamente na distribuição de recursos do ICMS, beneficiando a gestão municipal, seguindo os parâmetros normativos - o Valor Aluno Ano por Resultado (VAAR), prevista na Emenda Constitucional nº 108/2020, bem como, no ICMS-Educação.

A avaliação em larga escala, quando direcionada ao contexto escolar, tem como propósito analisar o desempenho de sistemas educacionais e instituições por meio da aplicação de testes padronizados. Para Klein e Fontanine (1995), a avaliação educacional é um sistema de informações que tem como objetivos fornecer diagnóstico e subsídios para a implementação ou manutenção de políticas educacionais.

Werle (2010) contribui com a definição do termo Avaliação em Larga Escala.

[...] Avaliação em larga escala é um procedimento amplo e extensivo, envolvendo diferentes modalidades de avaliação, realizado por agências reconhecidas pela especialização técnica em testes e medidas, abrangendo um sistema de ensino, ou seja, todas as escolas de um determinado nível ou série deste sistema, mesmo que utilizando procedimentos amostrais, na maior parte das vezes voltada predominantemente para o foco da aprendizagem dos alunos e com a finalidade de obter resultados generalizáveis ao sistema. (WERLE, 2010, p. 22).

Dada a relevância de políticas públicas para educação, observa-se que a União e todos os entes federativos têm a responsabilidade de atuar, em regime de colaboração, na promoção da qualidade da educação brasileira. Os resultados das avaliações desempenham um papel fundamental na definição dos indicadores, influenciando diretamente os valores dos repasses financeiros destinados aos municípios.

Em face disso, destacam-se as considerações apontadas por Machado (2007), sobre a escola e a busca pelo ideal:

Ao pretenderem propor caminhos novos que ignoram as vias já percorridas pelas boas escolas existentes, os órgãos públicos tentam reinventar a roda e, muitas vezes, mesmo inintencionalmente, castram ou desestimulam iniciativas que deveriam ser louvadas e consideradas inspiradoras. Escolas boas sempre existiram, sempre existirão, assim como também sempre existirão escolas mais simples, com desempenho mais fraco. O ideal a ser buscado é o de que todas as escolas possam ter as condições necessárias para um funcionamento satisfatório, do ponto de vista de sua atividade-fim, que é a formação pessoal de seus alunos. E que um número cada vez maior delas atinja realmente um nível ótimo de desempenho. A perspectiva de que todas as escolas tenham desempenhos iguais, ou tenham o mesmo nível de resultados, espelhadas em determinado padrão, fixado externamente, é utópica, não tem fundamento na realidade concreta. (MACHADO, 2007, p. 280).

Sendo assim, as avaliações devem ser incorporadas como elementos fundamentais na formulação de novas ações, orientativas para as políticas e propostas destinadas ao ambiente

escolar, tendo como propósito a melhoria da qualidade educacional e a reafirmação de seu papel na formação social. Considerando que a educação constitui-se como um direito humano, ela deve ser assegurada de maneira universal e com padrões de excelência, garantindo o acesso a todos que dela desejam usufruir.

No entanto, conforme aponta Costa, (2024).

[...] é cedo para tecermos qualquer tipo de afirmação sobre as consequências das novas regras de redistribuição da cota-parte do ICMS para os municípios com problemas em suas finanças. No entanto, cabe questionar se as novas regras de redistribuição do ICMS poderão contribuir para a redução das desigualdades socioeconômicas e educacionais, especialmente de pequenos municípios [...]. (COSTA, 2024, p.14).

A relevância desta pesquisa, que aborda uma política pública recém-implantada no Mato Grosso, reside na possibilidade de fornecer subsídios para o aprofundamento das análises sobre a qualidade da aprendizagem com equidade e a mitigação das desigualdades socioeconômicas entre os estudantes mato-grossenses. Por fim, os resultados da pesquisa podem contribuir para a compreensão das políticas e ações implementadas em parceria com os entes federativos, possibilitando ajustes e aprimoramentos que favoreçam um sistema educacional mais justo e eficiente.

5 ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo propomos uma análise cuidadosa dos dados coletados, com o objetivo de apresentar os principais achados da pesquisa e refletir sobre seus desdobramentos no campo educacional. A leitura dos resultados permite não apenas compreender tendências e padrões, mas também levantar questionamentos relevantes sobre os contextos investigados. Nesse sentido, dialogamos com as contribuições de Vieira (2007), cuja abordagem oferece subsídios importantes para aprofundar a compreensão dos fenômenos observados e ampliar o olhar sobre os desafios e possibilidades que emergem da prática educativa.

A gestão por resultados é uma preocupação recente no campo da política educacional. Por tempo considerável, essa se orientou para uma cultura de processos, remetendo para o presente o desafio de construir uma cultura de resultados. É claro que promover a participação é componente indispensável do fazer pedagógico. (VIEIRA 2007, p. 52).

Assim, consideramos que o problema que impulsionou a realização dessa pesquisa está inserido em um campo fecundo de discussões e de muitas reflexões presentes no século XXI, para isso voltamos ao nosso objetivo da pesquisa: Analisar os dados das provas de entrada dos alunos do 1º ano do ensino fundamental por meio do Programa de Formação

Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI implantado na Rede Municipal de Educação de Nova Xavantina, visando verificar se é possível percebermos implicações na prática docente, relacionadas ao Programa LEEI, considerando os resultados da avaliação de entrada, a qual retrata o rendimento escolar das crianças egressas dessa fase escolar.

Logo, sob uma perspectiva crítica acerca da pesquisa qualitativa, é pertinente destacar a contribuição de Minayo (2008, p. 21), ao afirmar que esse tipo de investigação se orienta por questões de natureza singular e específica. Nesse contexto, sobressai-se a característica da flexibilidade metodológica, especialmente no que tange à definição e à adaptação dos objetivos ao longo do processo investigativo.

A partir da análise dos dados coletados buscamos oferecer uma leitura abrangente do fenômeno investigado, revelando nuances que aprofundam nossa compreensão sobre o tema. Ao longo da discussão, estabelecemos diálogos significativos entre os dados empíricos e as contribuições teóricas já consolidadas na literatura, o que nos permitiu construir interpretações mais consistentes e contextualizadas.

Segundo Severino (2007, p. 123), “[...] a coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fatos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção nem manuseio por parte do pesquisador”. Com base nesse princípio, os dados utilizados neste estudo foram obtidos a partir dos resultados da avaliação de entrada aplicada aos alunos egressos da educação infantil, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Nova Xavantina.

Esses dados referem-se ao período compreendido entre os anos de 2024 e 2025. Para responder aos objetivos específicos desta investigação, voltamos o olhar para “Os dados de rendimento escolar dos alunos do 1º ano e seus progressos anteriores na Educação Infantil, apontam possíveis correlações e fatores que influenciam o sucesso ou dificuldades na aprendizagem?” Essa análise permite identificar possíveis correlações entre as experiências vividas na primeira etapa da educação infantil e os desempenhos observados no início do ciclo de alfabetização, revelando fatores que podem favorecer ou dificultar os processos de aprendizagem.

A coleta propriamente dita foi realizada em janeiro de 2025, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Educação de Nova Xavantina. Para viabilizar o acesso às informações e garantir a conformidade ética da pesquisa, foi entregue à SME uma carta contendo o Termo de Autorização para Registro de Imagens (ver Anexo 1).

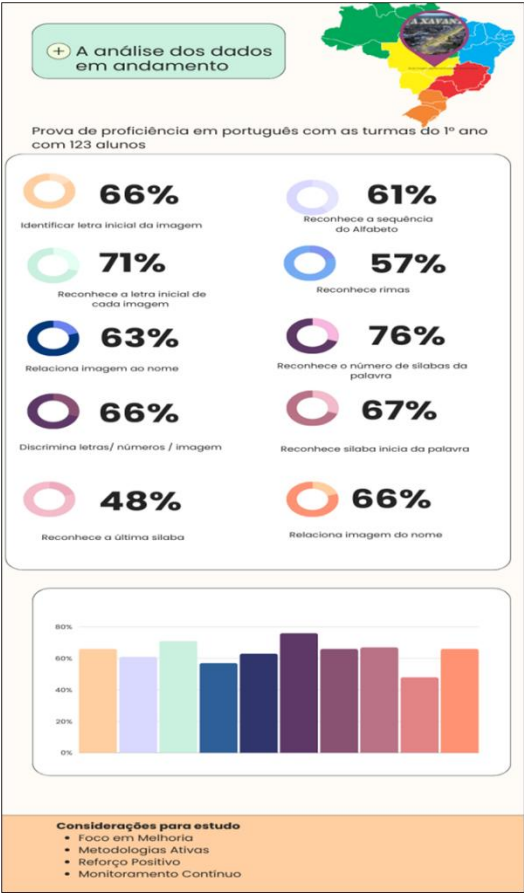
Esse documento formalizou o pedido de autorização para utilização dos dados provenientes da avaliação de entrada, com o objetivo de analisar o desempenho escolar das

crianças recém-ingressas no ensino fundamental, oriundos da pré-escola de 4 (quatro) escolas da rede municipal.

Os dados referentes ao ano de 2024 foram organizados por unidade escolar e disponibilizados em planilhas do Microsoft Excel, acompanhados de gráficos que contribuíram significativamente para a leitura e interpretação dos resultados. Para ser apresentado na formação do LEEI, foi elaborado um organograma, apresentado na Figura 19, conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação (SME) que solicitou ajuda para apresentar aos professores.

Diante disso, esse organograma teve como objetivo subsidiar a análise dos dados obtidos na avaliação diagnóstica aplicada às turmas recém-ingressas no Ensino Fundamental. A proposta visou promover momentos de reflexão coletiva entre os profissionais da educação, favorecendo o alinhamento entre as práticas pedagógicas e os indicadores apontados, com vistas ao aprimoramento do planejamento e das ações formativas. Isso pode ser verificado na figura a seguir.

Figura 24 - Categorias de análise



Fonte: Elaborada pela autora (jan/2024).

Durante o encontro de formação, foi possível observar um clima de insatisfação entre os professores participantes. Muitos expressaram sua indignação ao perceberem uma aparente contradição nas orientações pedagógicas recebidas nos últimos anos. Como relatado por alguns professores: *“Até então, nos diziam que o brincar era essencial, sem a obrigação de alfabetizar... e agora surgem cobranças!”* Outros questionavam: *“Mas não é isso que as diretrizes da Educação Infantil orientam?”*.

Essas manifestações revelam um sentimento de frustração e descompasso entre o discurso institucional e as exigências práticas que recaem sobre os docentes. Diante dos desafios que envolvem a qualificação da educação infantil atualmente, é oportuno recorrer às orientações presentes no Documento de Referência Curricular DRC para o Estado de Mato Grosso (2018), que fundamenta as ações curriculares e as práticas didático-pedagógicas voltadas a essa etapa da educação básica:

Assim, o Estado de Mato Grosso entende que nessa etapa, deve-se assumir a educação e o cuidado de todas as crianças, nas diferentes faixas etárias, valorizando a aprendizagem por meio de atividades lúdicas que envolvam experiências com jogos, brincadeiras e o imaginário infantil quebrando o vínculo com a concepção assistencialista e conteudista ao desenvolver suas ações de educar e cuidar que são elementos indissociáveis no processo educativo da Educação Infantil. (DRC-MATO GROSSO, 2018, p. 09).

Ao revisitarmos o Documento de Referência Curricular para o Estado de Mato Grosso (2018), desde sua implementação até os dias atuais, torna-se evidente que ele continua a orientar as práticas pedagógicas na educação infantil. Diante dos desafios persistentes, especialmente aqueles relacionados à ineficácia escolar, esse documento permanece como uma referência, o que corrobora para o discurso dos professores da educação infantil diante do fracasso escolar e das cobranças para atingir as metas.

Tal cenário gerou resistência e dificultou o engajamento dos profissionais na continuidade da formação. Foi necessário um esforço significativo para reconstruir a confiança e promover reflexões que integrassem o brincar como eixo estruturante do planejamento pedagógico, sem dissociá-lo dos processos de aprendizagem.

Com base nos dados apresentados em 2024 e diante da necessidade de atender às metas estabelecidas para o avanço educacional do município, a Secretaria Municipal de Educação de Nova Xavantina constituiu uma comissão estratégica para elaborar metas para a educação infantil. Essa comissão foi composta por um representante docente da etapa da educação infantil de cada unidade escolar especificamente da pré-escola, e um coordenador pedagógico de cada unidade escolar da rede municipal.

O objetivo central da iniciativa foi a elaboração de diretrizes orientadoras voltadas às turmas da educação infantil, com vistas a promover avanços significativos no desempenho dos estudantes e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais do município. Como resultado deste trabalho coletivo, foi produzido um documento orientativo, cuja ata assinada não foi disponibilizada. Ressalta-se, no entanto, que o referido documento foi disponibilizado em formato Word (ver Anexo 2).

Embora o documento não tenha sido formalmente assinado pelos idealizadores da proposta, fato que compromete sua validação como instrumento normativo oficial, seu conteúdo revela de forma clara a conjuntura educacional vigente. Nele, estão delineadas orientações que refletem a necessidade de revisão das estratégias pedagógicas adotadas, com vistas à promoção de avanços significativos no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, mesmo sem a formalização institucional, o material representa um esforço coletivo relevante para o aprimoramento das práticas educacionais no contexto municipal. Diante disso, o primeiro passo adotado pela Secretaria de Educação, foi fazer um seminário com todos os professores da rede para publicar os dados obtidos e fazer a chamada de atenção, “todos pelo desempenho escolar para um indicador de sucesso, como melhoria de arrecadação para o município”.

Os dados de 2025 nos foram passados em apresentação no formato PowerPoint contendo o quadro comparativo de rendimento das escolas. Ambos os conjuntos de informações foram apresentados aos docentes e gestores escolares em seminário nos respectivos anos, promovendo um espaço de análise coletiva. Esse momento revelou, com maior clareza, as áreas em que os alunos enfrentam dificuldades, permitindo a identificação de deficiências específicas no processo de aprendizagem.

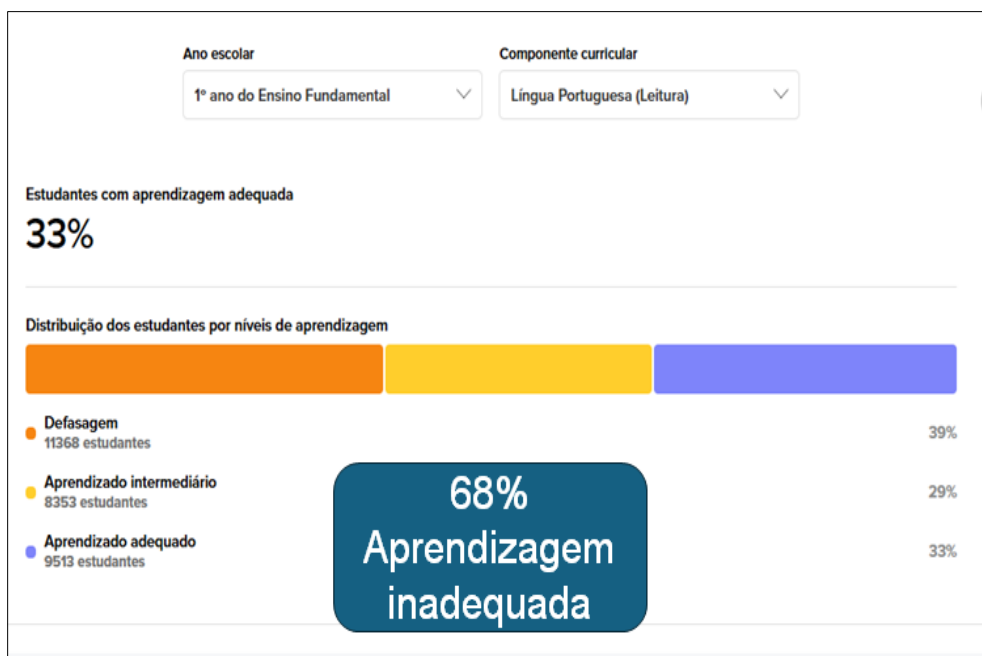
A partir dessa análise, foi possível reconhecer demandas concretas por intervenções pedagógicas mais direcionadas às necessidades individuais dos estudantes. As evidências apresentadas nas figuras 25 e 26, abaixo, ilustram esses achados, oferecendo subsídios importantes para o planejamento de ações educativas mais eficazes e contextualizadas.

Com base nos resultados, já podemos verificar que os dados já respondem aos objetivos específicos propostos nesta pesquisa, que referem-se à “Analisar como os dados do Programa Alfabetiza Mato Grosso podem ser utilizados para desenvolver intervenções pedagógicas que promovam uma melhoria contínua na aprendizagem dos alunos?”.

Ao interpretar esses dados de forma contextualizada, torna-se possível identificar nas figuras 25 e 25, padrões, lacunas e potencialidades como fio condutor para orientar decisões pautadas em evidências. E assim articular ações para o sucesso escolar que orientam o

planejamento de ações voltadas à melhoria contínua dos processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para o fortalecimento da prática docente e para o avanço dos indicadores educacionais.

Figura 25 – Recorte de Power Point apresentação da avaliação componente curricular de português referente às crianças egressas da educação infantil



Fonte: Elaborada pela DRE, recorte de PowerPoint (2025).

O recorte apresentado refere-se à avaliação do componente curricular de Língua Portuguesa (destacando aspectos relacionados às habilidades de escuta, fala, pensamento e imaginação conforme matriz em anexo), com foco nos alunos recém-egressos da etapa da Educação Infantil. Esta imagem foi extraída de uma apresentação em PowerPoint, elaborada para fins formativos e analíticos da Secretaria de Educação, e aqui utilizada para análise da pesquisa em ação, visando oferecer subsídios à equipe pedagógica na compreensão dos níveis de aprendizagem observados no início do ciclo do Ensino Fundamental.

A análise contempla indicadores de desempenho que permitem refletir sobre os processos de transição entre as etapas educativas, destacando aspectos relacionados à escuta, fala, pensamento e imaginação e ao repertório linguístico construído ao longo da vivência na educação infantil. Os dados evidenciaram que no município de Nova Xavantina, aproximadamente 65% das crianças avaliadas apresentaram níveis de aprendizagem considerados inadequados para a etapa em que se encontravam.

Considerando que o município quer atingir sua meta de arrecadação conforme o estabelecido pela Lei Estadual 746/2022, de 10% do valor do ICMS aos municípios, com base em critérios relacionados aos resultados educacionais e consequentemente assegurar a

“Alfabetização na Idade Certa”, os dados aqui apresentados não apenas sinalizam desafios significativos no processo de ensino-aprendizagem, como também apontam para a necessidade urgente de ações pedagógicas que promovam um avanço significativo.

Então, não entraremos no quesito equidade educacional, mas esperamos que garanta o pleno desenvolvimento das competências fundamentais que demanda a educação infantil. Durante a análise realizada neste estudo, emergiu uma preocupação relevante quanto à antecipação do processo de alfabetização na educação infantil. Ainda que os instrumentos avaliativos utilizados não se apliquem diretamente às crianças dessa etapa, é possível observar seu impacto indireto, especialmente, na forma como vêm influenciando práticas pedagógicas voltadas à escolarização precoce.

Tal influência, como evidenciado ao longo desta pesquisa, tende a deslocar o foco da educação infantil centrado no brincar, na interação e na construção de vínculos, para uma lógica de ensino formal antecipado, o que pode comprometer o respeito aos tempos e às necessidades próprias da infância, na primeira etapa da educação básica.

No entanto, o Documento de Referência Curricular para o Estado de Mato Grosso (2018), em consonância com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (2017), reitera que:

[...] Na Educação Infantil a organização do trabalho pedagógico dar-se-á a partir dos campos de experiências. Cabe enfatizar que os eixos centrais dos campos de experiências, ou seja, as vivências que contribuem para o desenvolvimento integral da criança, são as interações e as brincadeiras, as quais devem permear todas as ações pedagógicas [...]. (DRC-MATO GROSSO, 2018, p. 11).

A partir do cenário investigado, tornam-se evidentes questões que exigem uma reflexão crítica e sensível. As práticas observadas, os discursos que as sustentam e os efeitos que produzem sobre os sujeitos envolvidos na educação infantil nos convocam a indagar: Que aprendizagens são esperadas das crianças nessa etapa? E, sobretudo, quais concepções de infância, de alfabetização e de docência estão sendo mobilizadas nas políticas e nas práticas pedagógicas?

Essas perguntas não surgem de forma isolada, mas se entrelaçam com os achados da pesquisa e com os desafios enfrentados cotidianamente pelos professores da educação infantil, crianças e gestores. Ao trazer essas inquietações para o centro da análise, buscamos contribuir para o debate sobre os sentidos atribuídos à educação infantil e à alfabetização, reconhecendo que tais processos são atravessados por disputas, tensões e múltiplas interpretações que merecem ser compreendidas em sua complexidade.

Considerando esses elementos, torna-se possível compreender como as avaliações em larga escala impactam diretamente a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. Essas avaliações, embora não sejam aplicadas diretamente a essa etapa, influenciam práticas e decisões que acabam por reconfigurar os modos de ensinar e cuidar das crianças pequenas. Sousa (2014) chama atenção para a importância de refletir criticamente sobre as dimensões e os critérios que devem ser considerados na avaliação da qualidade educacional.

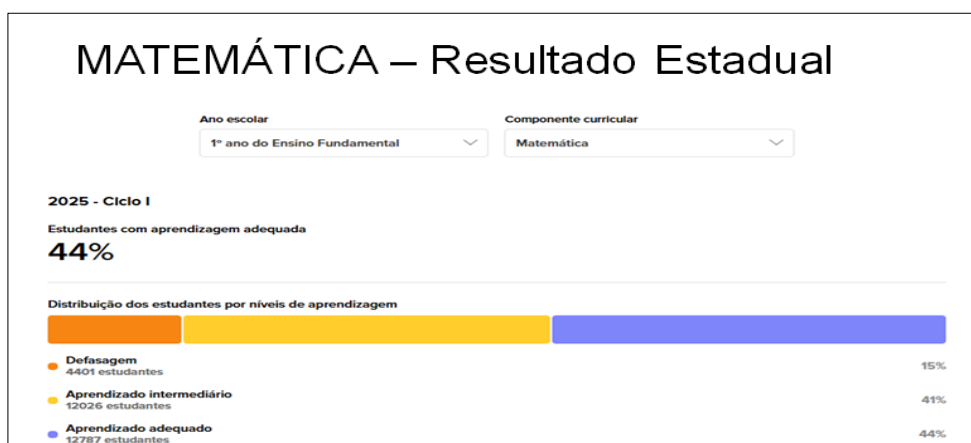
Essa discussão ganha relevância, especialmente, no contexto da criação da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), iniciativa que se articula ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

O que se quer realçar é que este Pacto e a avaliação a ele associada podem vir a ter reflexos na própria dinâmica de trabalho da educação infantil, condicionando os processos de letramento e alfabetização, introduzindo desde esta etapa da escolarização a preocupação em preparar os alunos para os testes, corroborando a noção de medida como sinônimo de avaliação. (SOUSA, 2014, p. 83).

A nosso ver, a principal preocupação reside na tentativa de estabelecer prognósticos de desenvolvimento com base em avaliações aplicadas na primeira infância. Tal prática apresenta desafios significativos, uma vez que desconsidera a natureza dinâmica e heterogênea do desenvolvimento infantil. Além disso, identificar e rotular dificuldades de aprendizagem nesse estágio inicial pode ser precipitado e contraproducente, pois não respeita os tempos individuais de amadurecimento.

Desse modo, a educação infantil deve priorizar o desenvolvimento integral da criança: físico, motor, social, cognitivo e emocional, que garante experiências significativas. A partir das interações, brincadeiras e a exploração do mundo ao seu redor, em vez de antecipar diagnósticos que podem limitar trajetórias futuras.

Figura 26 - Recorte de Power Point apresentação da avaliação de entrada das crianças egressas da educação infantil



Fonte: Elaborada pela DRE, recorte de PowerPoint (2025).

Na Figura 26, observa-se um recorte da apresentação em PowerPoint referente à avaliação do componente curricular de Matemática (destacando aspectos relacionados no campo de experiência espaços, tempos, quantidades, relações e transformações), voltada aos alunos egressos da etapa pré-escolar. Os dados revelam que 59% das crianças avaliadas apresentam níveis de aprendizagem considerados inadequados para o início do Ensino Fundamental, esse resultado é mais um elemento que julgamos ser objeto de análise em delineamento para responder aos objetivos deste trabalho.

Para tanto, voltemos ao foco: os dados de rendimento escolar dos alunos do 1º ano e seus progressos anteriores na Educação Infantil, apontam possíveis correlações e fatores que influenciam o sucesso ou dificuldades na aprendizagem? Em resposta, os dados apresentados estão sendo aqui colocados em evidência, o que reforça a necessidade de atenção às práticas pedagógicas adotadas nesse período de transição. De fato, se torna notória que mudanças e ações de acompanhamento na educação infantil devem ser feitas distintas ênfases a serem priorizadas para aquilatar a sua qualidade.

Essa tensão foi mencionada pela autora Santos (2018), que aborda a temática da avaliação na educação infantil e expressa argumentos, apontando os documentos oficiais que já desnudavam os caminhos da avaliação dessa etapa da Educação Básica.

[...] Até os dias atuais não se tem a avaliação da educação infantil integrada ao sistema de avaliação da educação básica, embora seja oportuno lembrar que o Plano Nacional de Educação 2001-2011 já previa ações que deveriam ser encaminhadas nessa direção. O objetivo/ meta 11 preceituava a avaliação das instituições de atendimento de crianças de zero a três anos de idade, o objetivo/ meta 19 prescrevia o estabelecimento de “parâmetros de qualidade dos serviços de educação infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção de medidas de melhoria da qualidade”, além do objetivo/meta 10 que indicava a expectativa de que os municípios estabelecessem um sistema de acompanhamento, controle e supervisão da educação infantil [...]. (SOUSA, 2014, p. 71).

Nessa perspectiva, a avaliação possui um poder intrínseco que vai além da simples mensuração de resultados. Ela expressa uma determinada concepção de qualidade educacional e, ao mesmo tempo, exerce influência sobre os sujeitos envolvidos no processo.

Ao tornar revelar uma visão específica de qualidade, a avaliação tende a orientar práticas, consolidar entendimentos e induzir a assimilação de valores e critérios por parte de educadores, gestores e demais atores, direta ou indiretamente vinculados ao contexto avaliativo, - e aqui, em especial, a etapa da educação infantil. Trata-se, portanto, de um instrumento que não apenas reflete, mas também molda concepções e ações no campo educacional.

Esse resultado acendeu um alerta importante para os profissionais da educação e gestores municipais, pois apontam fragilidades na consolidação de habilidades lógico-matemáticas fundamentais, como a contagem, a noção de quantidade, a percepção de formas e relações espaciais, entre outras competências que deveriam ser estimuladas de forma lúdica e contextualizadas na Educação Infantil.

Visando dar sequência aos fatos do propósito desta pesquisa, que foi analisar os dados das provas de entrada dos alunos do 1º ano do ensino fundamental por meio do Programa de Formação Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI implantado na Rede Municipal de Educação de Nova Xavantina, visando verificar se é possível percebermos implicações na prática docente, relacionadas ao Programa LEEI, considerando os resultados da avaliação de entrada, a qual retrata o rendimento escolar das crianças egressas dessa fase escolar.

Antecedendo essas considerações, aqui estão apresentados, os dados dos resultados da avaliação de entrada das crianças egressas da educação infantil, os quais permitem uma visão da realidade de como essas crianças estavam saindo da Educação Infantil e ingressando na etapa da Educação Básica.

Desse modo, os dados da avaliação conforme, demonstrados nas imagens acima, comprovam a necessidade de promover mudanças estruturais e pedagógicas significativas no contexto da educação infantil, especialmente nesta etapa de 5 anos de idade, que chamamos de construção de bases para a alfabetização. Do ponto de vista estrutural, é fundamental investir na melhoria dos ambientes escolares, garantindo espaços adequados, seguros e estimulantes, bem como, na formação continuada dos profissionais da educação, com foco em práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral da criança.

Isso inclui, por exemplo, a criação de salas de leitura interativas, a ampliação do acervo de materiais didáticos e literários infantis; e pensar sobre a redução do número de crianças por turma, para favorecer o acompanhamento individualizado. No campo pedagógico, torna-se essencial adotar metodologias que valorizem o brincar, a escuta ativa e a mediação intencional do educador. Estratégias metodológicas como rodas de conversa, projetos interdisciplinares, atividades lúdicas que envolvam oralidade, escrita espontânea e exploração do mundo letrado, são exemplos de práticas que podem favorecer avanços mais consistentes nessa etapa da educação básica.

Além disso, promover uma educação que efetivamente sustenta os alicerces de uma alfabetização de qualidade requer não apenas ajustes técnicos, mas uma mudança de paradigma que reconheça a criança como sujeito ativo do processo de aprendizagem, cuja trajetória educacional deve ser construída com cuidado, respeito e intencionalidade. De

acordo com Ferreiro (1997), a concepção de alfabetização que se propõe é a que respeita o desenvolvimento e a maturidade da criança, ou seja, o sócio-construtivismo, que permite a interação com o meio. E sempre propor atividades desafiantes e dentro das possibilidades da criança, segundo seu processo de desenvolvimento.

Por ora, um dos desafios centrais que comprometem o desenvolvimento pleno das crianças na educação infantil é a pressão exercida sobre os professores, para que ao final dessa etapa, preparem as crianças para o ingresso no primeiro ano do ensino fundamental - já pré-alfabetizados. Essa demanda nos permite questionar novamente sobre os conteúdos aplicados: o ensino de sílabas complexas? Atividades sistemáticas de leitura e escrita que não respeitam o tempo de desenvolvimento da criança de 5 anos ?

Vale ressaltar que essa fase representa um dos períodos mais sensíveis e importantes do desenvolvimento humano. É nesse momento que o cérebro infantil vivencia janelas de oportunidade fundamentais para a aquisição da linguagem, o fortalecimento das funções executivas, o desenvolvimento da autorregulação, da coordenação motora fina e grossa e da consciência fonológica, todos esses elementos são essenciais para a futura alfabetização.

Essas habilidades, no entanto, não devem ser construídas por meio de exigências precoces, mas, sim, por experiências significativas próprias da infância, como o brincar, a exploração, a escuta e a interação com o mundo. Quando se acelera esse processo e se “queimam etapas”, a criança pode ingressar no ensino fundamental sem o desenvolvimento da estrutura interna necessária, sem maturidade emocional e cognitiva, o que transforma a alfabetização em um processo doloroso, tanto para ela quanto para o professor.

Diante disso, destaca-se que preparar a criança para o primeiro ano do ensino fundamental, portanto, não significa antecipar conteúdos escolares, mas sim fortalecer seu desenvolvimento integral, cultivando as habilidades adequadas para que a alfabetização ocorra de forma natural, prazerosa e significativa. É nesse solo fértil que se planta, com intencionalidade e sensibilidade, a semente da alfabetização.

Os dados apresentados nas figuras 24 e 25 revelam um cenário preocupante: muitos alunos ainda enfrentam dificuldades significativas no desenvolvimento das habilidades iniciais de leitura, escrita e na matemática. Esses resultados demonstram que, na ausência de intervenções pedagógicas mais eficazes e alinhadas à realidade sociocultural dos alunos, persistem obstáculos que comprometem não apenas o desempenho imediato, mas também o progresso ao longo de toda a trajetória educacional dele.

As evidências sugerem que práticas descontextualizadas têm se mostrado insuficientes para promover avanços consistentes na aprendizagem. Por isso, torna-se urgente repensar as

estratégias adotadas, valorizando abordagens que considerem as especificidades dos contextos escolares e as necessidades individuais dos estudantes. Afinal, as competências de leitura e escrita não são apenas ferramentas básicas de comunicação, mas pilares fundamentais para o acesso ao conhecimento, a permanência na escola e a construção de uma formação cidadã plena.

Tais reflexões, apontam que é imprescindível que após a avaliação de desempenho se faça a autoavaliação, uma pausa para pensar nos passos a serem tomados. No caso de Nova Xavantina, o primeiro passo já foi promovido pela Secretaria de Educação, o qual foi analisar os dados e realizar feedback direto com os professores. Na sequência, ouvir opiniões, expectativas e sugestões, para em seguida definir metas claras que irão ao encontro das diretrizes curriculares da educação infantil, para depois traçar os planos de ação.

Também, é fundamental que se faça o acompanhamento e monitoramento do progresso e ajuste conforme o necessário, assim poderá haver a garantia de que a avaliação se torne um processo contínuo e de qualidade educacional. Conforme aponta Sousa (2014), a avaliação enquanto instrumento de aprimoramento da qualidade educacional está profundamente inserida nas políticas públicas:

No caso da avaliação da educação infantil, além de se ter presente a complexidade e diversidade de sua oferta, que se realiza predominantemente sob a responsabilidade dos municípios, há que se estar atento para perspectivas divergentes de avaliação, que convivem hoje no cenário nacional, as quais apontam para distintas ênfases a serem priorizadas para aquilatar a sua qualidade. (SOUSA, 2014, p. 72).

Sendo assim, torna-se imprescindível repensar os processos de articulação entre as etapas da Educação Básica para o Ensino Fundamental. Considerando esse cenário, a Secretaria de Educação de Nova Xavantina, na busca por estratégias para melhorar o rendimento dos alunos, está propondo metas que visam garantir um currículo de conhecimentos e habilidades que servirão de alicerce para a trajetória educacional da criança, tendo construído um documento orientativo¹⁴, estratégias formadas por uma comissão composta por um professor de cada segmento escolar do município representando a educação infantil, um coordenador pedagógico de cada unidade escolar e o articulador responsável pela pasta da educação infantil na Secretaria de Educação, com intuito de elaborar metas para a educação infantil.

¹⁴ Como resultado desse trabalho coletivo, foi produzido um documento orientativo, cuja ata assinada não foi disponibilizada. Ressalta-se, no entanto, que o referido documento foi disponibilizado em formato Word (ver Anexo 2); Embora o documento não tenha sido formalmente assinado pelos idealizadores da proposta o que compromete sua validação como instrumento normativo oficial, seu conteúdo revela de forma clara a conjuntura educacional vigente.

O objetivo central da iniciativa foi a elaboração de diretrizes orientadoras para o currículo voltadas às turmas da educação infantil, em especial, para as turmas de crianças de 4 e 5 anos de idade. Com vistas a promover avanços significativos e, conseqüentemente, melhorar os indicadores educacionais do município.

Neste documento orientativo estão delineadas instruções que refletem a necessidade de revisão das estratégias pedagógicas adotadas nas turmas da educação infantil, com vistas à promoção de avanços significativos no processo de ensino e aprendizagem dessa etapa escolar. A Secretaria de Educação, na busca para alcançar melhores índices de qualidade adotou o sistema apostilado, contando, também, com a assessoria pedagógica para as turmas da Educação infantil de crianças de 4 e 5 anos de idade, sob a justificativa de melhorar a qualidade, a equidade e como símbolo de eficiência e modernização para melhores resultados para o ensino público.

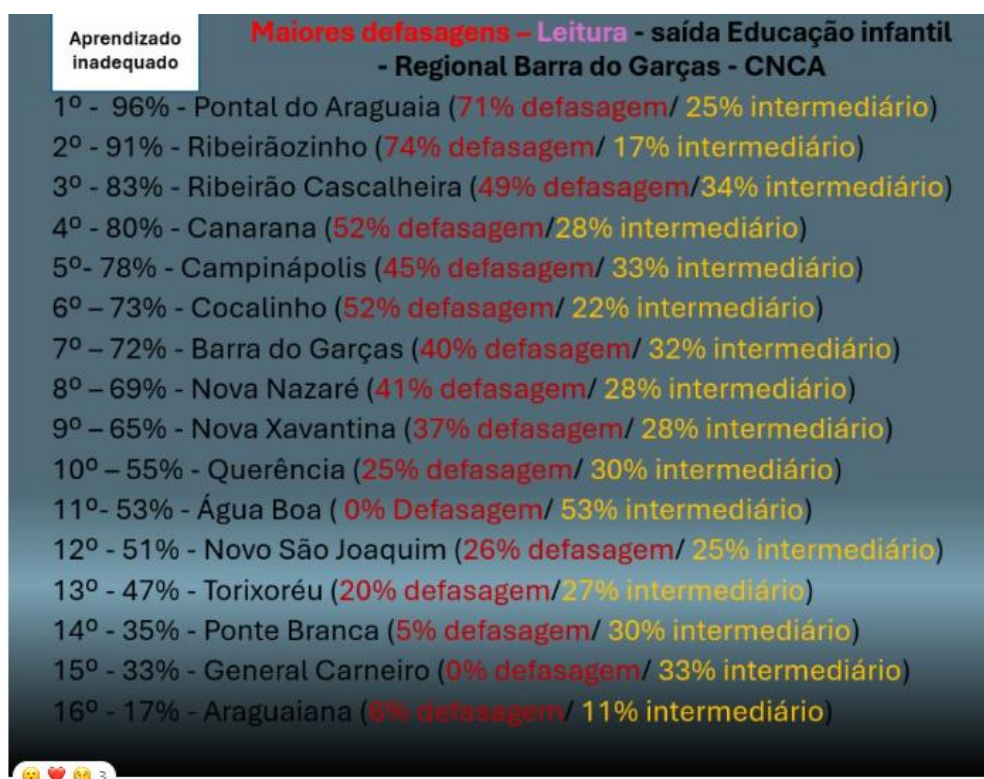
Entretanto, não cabe a esta pesquisa entrar em detalhes sobre a eficiência ou não do uso de materiais apostilados, porém torna-se pertinente pensar algumas reflexões sobre o real sentido e a utilidade do ensino nesse contexto: De que forma o sistema apostilado pode colaborar na formação e educação com qualidade? Mediante a tais estratégias, reiteramos que defendemos uma educação infantil com autonomia, que haja a construção de um conhecimento que não seja repetitivo sem significado para a criança, mas as vivências sejam compartilhadas e que as crianças possam se desenvolver de forma integral: tocar, sentir, explorar, imaginar, olhar, falar, ouvir, brincar e construir uma narrativa fora das páginas engessadas a serem cumpridas diariamente.

Adiante com a pesquisa, discorro aqui sobre a formação continuada dos professores. Na condição de formadora do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) em 2024, a condução da formação junto aos professores da educação infantil foi orientada pelas metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME), em consonância com as metas da formação do LEEI. Em 2025, após a divulgação dos resultados da avaliação diagnóstica aplicada aos alunos egressos da Educação Infantil, a Diretoria Regional de Educação (DRE) realizou apontamentos específicos, compartilhados por meio do grupo de WhatsApp destinado aos formadores regionais.

Este espaço virtual tem como propósito acompanhar o trabalho dos formadores do LEEI, oferecer orientações e esclarecer dúvidas que emergem ao longo do processo formativo. Para fins de preservação da identidade dos participantes, e em respeito aos princípios éticos da pesquisa, as falas extraídas desse grupo foram codificadas sob os nomes fictícios de DRE e Formadora 1, 2, 3 e 4.

A seguir, conforme ilustrado na Figura 27, apresenta-se a listagem dos municípios com seus respectivos índices de desempenho.

Figura 27 - Lista de municípios por índices de desempenho



Fonte: Elaborada pela autora (jul/2025), conforme os diálogos do Grupo de WhatsApp dos formadores regionais, em anexos neste texto.

Tais resultados provocaram momentos de reflexão, a começar pela equipe da Diretoria Regionais de Educação – DRE. Desse modo, segue descrição das orientações no **grupo de WhatsApp dos formadores regionais**.

DRE: - “Nós da DRE, equipe Alfabetiza/Renalfa, analisamos os dados de entrada do 1º ano do ciclo I da plataforma de avaliação e monitoramento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.”

O momento foi de chamar a atenção ao quadro da figura 27, olhar o índice e refletir possíveis ações a serem feitas em cada município. Conforme aponta Vieira (2007) sobre olhar os resultados:

[...] A gestão por resultados é preocupação recente no campo da política educacional. Por tempo considerável, essa se orientou para uma cultura de processos, remetendo para o presente o desafio de construir uma cultura de resultados. É claro que promover a participação é componente indispensável do fazer pedagógico. (VIEIRA 2007, p. 52).

A autora destaca a mudança de paradigma, uma transição da avaliação por meio de processos, para uma visão de metas e resultados. Assim, a escola, enquanto espaço de

formação e transformação, está continuamente atravessada por práticas avaliativas. Aprender a interpretar os dados gerados por essas avaliações e, a partir deles, replanejar as ações pedagógicas é um exercício necessário para o aprimoramento da qualidade educacional e para o fortalecimento da autonomia institucional.

De fato a avaliação, concebida como um processo contínuo se torna uma condição essencial para o monitoramento de metas qualitativas e quantitativas, e assume um papel estratégico na promoção da qualidade educacional. Sob essa perspectiva, ela possibilita às escolas e às redes de ensino uma reflexão sistemática sobre suas práticas e resultados, articulando os aportes da avaliação externa com os dispositivos de autoavaliação institucional. Conforme afirmam, Alavarse, Bravo e Machado (2013, p. 25), “ a avaliação é capaz de fomentar nas escolas e nas redes uma interpelação sistemática sobre a qualidade de suas práticas e dos seus resultados”.

A partir da análise dos dados de saída da Educação Infantil, organizados em ordem crescente conforme os índices de desempenho no componente curricular de leitura (Língua Portuguesa), observa-se que o município de Nova Xavantina ocupa a 9ª posição na lista de municípios por índices de desempenho. Logo, esses indicadores sugerem a necessidade urgente de revisão das metas e estratégias adotadas pelo município, no campo da alfabetização inicial das crianças.

Assim, a proficiência das crianças nos primeiros anos das séries iniciais, em Língua Portuguesa, é fundamental para o desenvolvimento das competências de leitura, escrita e oralidade, que servem de base para toda a trajetória escolar. Nessa etapa, espera-se que as crianças avancem progressivamente na compreensão do sistema de escrita alfabética, ampliem o vocabulário, interpretem textos adequados à faixa etária e expressem ideias de forma cada vez mais clara.

O acompanhamento contínuo da aprendizagem permite identificar dificuldades precocemente e adotar estratégias pedagógicas que favoreçam a alfabetização e o letramento, garantindo que os educandos construam uma relação significativa com a língua e desenvolvam autonomia no uso da linguagem em diferentes contextos. Nesse sentido, compreende-se que a proficiência se dá no processo de aprendizagem que pode se consolidar no terceiro ano do ensino fundamental, conforme previsto no programa de Alfabetização na Idade Certa.

Foi a partir desses dados que a Secretaria de Educação do Município de Nova Xavantina considerou a necessidade de intervenções mais eficazes e contextualizadas,

capazes de promover avanços concretos na aprendizagem da leitura, especialmente, na transição entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Na sequência das imagens abaixo, a mediação da Diretoria Regional de Educação de Barra do Garças – DRE/BG enfatiza a importância de que cada formadora municipal analisasse atentamente os resultados obtidos por seu respectivo município. A partir dessa leitura crítica, espera-se que sejam mobilizadas ações estratégicas voltadas à melhoria do desempenho das crianças na Educação Infantil. Tal movimento implica não apenas o reconhecimento dos desafios locais, mas também o compromisso com a construção de práticas pedagógicas mais eficazes, capazes de promover avanços significativos nos processos de aprendizagem e desenvolvimento infantil.

Para facilitar a compreensão e a análise, os diálogos foram transcritos e organizados de modo a permitir melhor visualização. Os registros originais encontram-se disponíveis em anexo, são provenientes do grupo de WhatsApp dos formadores regionais – índices de desempenho.

Mediação da DRE, a seguir.

Em primeiro lugar quero agradecer a participação de todos os municípios na avaliação do compromisso!

Agora, com os resultados em mãos, precisamos replanejar as ações que norteiam a nossa Educação Infantil, pois muito há que se realizar para que nossas crianças sejam alfabetizadas na idade certa.

Sem o auxílio da educação infantil, com suas práticas voltadas a leitura e a escrita nessa faixa etária, fica muito difícil e árduo o trabalho das nossas alfabetizadoras (1º e 2º anos) e também muito esforço das nossas crianças para atingir a aprendizagem adequada no final do 2º ano do EF.

Formadora1

Boa tarde, pessoal! Esse resultado que tivemos acesso é muito importante. Infelizmente muitos municípios estão com aprendizagem inadequada. É hora de corrigir rotas.

Fonte: Elaborada pela autora (dez/2025), conforme os diálogos do Grupo de WhatsApp dos formadores regionais, em anexos neste texto.

No texto acima, a formadora 1 manifesta de forma explícita sua preocupação com os resultados educacionais de seu município. Sua fala revela não apenas consciência crítica diante dos dados apresentados, mas também um comprometimento propositivo com a melhoria do desempenho das crianças na Educação Infantil.

Ao reconhecer os desafios locais, ela sinaliza disposição para mobilizar estratégias que possam qualificar as práticas pedagógicas e promover avanços significativos na aprendizagem. Essa mobilização de encarar os dados e rever a prática pedagógica é o novo caminho fundamental para melhorar a qualidade na educação.

Para vieira (2007), os dados mobilizam conhecimentos:

Com isso queremos deixar claro que é insuficiente obter informações e resultados. É indispensável incorporá-los ao planejamento, à execução e ao acompanhamento das referidas políticas. Isso diz respeito aos órgãos centrais e intermediários do sistema, mas também às escolas. Os dados não falam sozinhos. A tarefa de compreendê-los e fazê-los falar é nossa. A ela não podemos nos furtar. Precisamos urgentemente transformar os dados disponíveis em informações, e estas, em conhecimento. (VIEIRA, 2007, p. 53).

Nesse sentido, apresentamos alguns diálogos em grupo de formadores municipais – índices de desempenho: mediação da DRE

Vamos movimentar! O que não podemos é acomodar.

Todo ano teremos avaliação para acompanhar o perfil de saída das crianças da Ed. Infantil.

Precisamos alinhar, por isso poste aqui, pq nossas formadoras estão nesse grupo. Hj somos cobrados por resultados, vamos unir forças pra alcançá-los sem maiores sofrimentos. A educação infantil é onde tudo começa... precisamos que as ações estejam alinhadas pq crianças não deixam de ser crianças quando vão para o ensino fundamental. Precisamos conhecer nosso documento curricular, que é normativo, para planejar adequadamente as ações pedagógicas dessa etapa. Conto com vcs!!! Alguns municípios já conseguem fazer esse trabalho articulado, vamos trocar experiências!

Fonte: Elaborada pela autora (dez/2025), conforme os diálogos do Grupo de WhatsApp dos formadores regionais, em anexos neste texto.

A manifestação da DRE revela uma postura de alerta diante dos desafios enfrentados no contexto educacional. Sua fala expressa não apenas preocupação com os resultados

obtidos, mas também convoca todos os envolvidos gestores, formadores, professores e demais atores da rede a se mobilizarem coletivamente.

A intenção é promover mudanças significativas que impactem positivamente a qualidade da Educação Infantil, reforçando o compromisso com o desenvolvimento integral das crianças e com a superação das fragilidades identificadas nos indicadores de aprendizagem.

Diálogo em grupo de formadores municipais – índices de desempenho:

Formadora 2

Vocês vão nos orientar o que devemos fazer nesta tarefa, para melhorar os nossos resultados?

Formadora 3

Boa tarde, Precisamos de alinhamento com a Educação Infantil. Infelizmente, do jeito que está, estamos nadando contra a maré. Haja vista que, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da EI conforme preconiza a BNCC, não estão sendo garantidos nessa etapa. Triste com o resultado. Vamos que vamos.

Espero que o LEEL de fato se alinhe com os objetivos do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Só as revoadas e mergulhos não estão atendendo a proposta. Não sei nos outros municípios, mas o nosso reflexo está no diagnóstico.

Formadora 1

Exatamente! Ou criamos metas para educação infantil ou continuamos no ranking de defasagem.

Fonte: Elaborada pela autora (dez/2025), conforme os diálogos do Grupo de WhatsApp dos formadores regionais, em anexos neste texto.

As manifestações das formadoras 2, 3 e 1 evidenciam uma postura sensível e engajada diante dos desafios educacionais enfrentados em seus respectivos municípios. Observa-se que este é o momento de voltar o olhar de forma crítica e sensível para os dados oriundos da avaliação, reconhecendo que o exercício de autoavaliação ao identificar fragilidades, reconhecer avanços e compreender os aspectos que demandam aprimoramento constitui uma tarefa complexa e desafiadora.

Trata-se de um processo que exige disposição para o diálogo, abertura à escuta e compromisso com a transformação das práticas educativas. Olhar os dados! Conforme orienta Vieira (2007).

A primeira coisa a se fazer é olhar para os dados e não temê-los . A epígrafe deste artigo nos sugere um caminho: “olhar nos olhos da tragédia”. Por que não? Não podemos esconder de nós mesmos o que os dados insistem em desocultar. Então, comecemos por reconhecer que o problema existe. (VIEIRA, 2007, p. 53).

Assim, as falas das formadoras 2, 3 e 1 aqui representam este “olhar nos olhos da tragédia”, como diz a autora Vieira (2007), reconhecer-se nele e seguir para ação, com uma consciência crítica em relação aos dados apresentados, demonstrando não apenas preocupação com os resultados obtidos, mas também um compromisso ativo com a busca por soluções.

Neste ponto da análise, já é possível identificar indícios que respondem ao objetivo central desta pesquisa. Por meio do Programa LEEI, observam-se implicações concretas na prática docente, especialmente quando se considera os resultados da avaliação de entrada aplicada aos alunos egressos da Educação Infantil. Esses dados revelam o nível de rendimento escolar das crianças ao ingressarem na etapa seguinte e evidenciam lacunas que demandam atenção.

A partir dessa leitura, torna-se evidente a necessidade de mudanças significativas nas estratégias pedagógicas, com vistas à elevação dos níveis de alfabetização. Espera-se que, com o fortalecimento das ações propostas pelo programa, seja possível promover avanços reais na aprendizagem das crianças, garantindo-lhes uma base sólida para o desenvolvimento de competências leitoras e escritoras, desde os primeiros anos do Ensino Fundamental.

Mais adiante, na imagem ilustrativa, a fala da formadora 4 revela uma preocupação profunda e legítima com o modo como a infância vem sendo compreendida e tratada no contexto educacional. Ao destacar a importância de respeitar os valores e a essência da infância, ela provoca todos a refletirem sobre práticas que preservem a singularidade dessa etapa da vida, reconhecendo-a como um tempo de descobertas, afetos e construção de sentidos.

Diálogo em grupo de WhatsApp dos formadores municipais – índices de desempenho.
Fala da formadora 4, a seguir.

Formadora 4

Apesar dos desafios, seguimos firmes. Nosso compromisso vai além do acompanhamento técnico: buscamos garantir que cada criança seja reconhecida em sua trajetória e em seu processo de aprendizagem. Como orienta a Diretriz Curricular Nacional para a Educação Infantil, essa etapa não deve ter fins de classificação, seleção ou promoção.

Seguimos com o olhar atento, os pés no chão das unidades e o desejo sincero de contribuir com práticas que respeitem a infância, valorizem os educadores e fortaleçam o percurso de cada criança.

E a título de troca de experiência, segue abaixo o que fazemos como monitoramento inicial. Aqui estão apenas os orientativos para 4 e 5 anos do início do ano. E no final do ano temos o monitoramento FINAL.

Fonte: Elaborada pela autora (dez/2025), conforme os diálogos do Grupo de WhatsApp dos formadores regionais, em anexos neste texto.

Ao verificarmos o diálogo acima, observa-se que a formadora 4 estabelece uma intervenção, a qual reforça a necessidade de que as políticas e ações pedagógicas estejam alinhadas a uma concepção de infância que valorize o protagonismo das crianças, suas culturas e modos próprios de ser e estar no mundo. Trata-se de um chamado ético e político para que a educação infantil não se reduza a metas instrumentais, mas se constitua como espaço de cuidado, escuta e respeito à dignidade infantil.

As análises de Kuhlman Jr. (1999) acerca das funções da Educação Infantil destacam que esta não deve esquivar-se da preocupação com a articulação com o Ensino Fundamental, uma vez que as crianças pequenas se interessam em aprender a ler, a escrever e a contar. Mas, em sua visão, é necessário haver clareza quanto ao caráter da Educação Infantil e, principalmente, ter a criança como o ponto de partida para orientar o trabalho e não aquilo que será esperado dela quando ingressar no Ensino Fundamental. (KUHLMAN Jr., 1999).

Em face disso, verifica-se outro olhar da parte das políticas públicas que atrelam os resultados da educação ao seu financiamento. Conforme observado nos diálogos a seguir.

Mediação da DRE

Exatamente. Precisamos que haja uma aproximação da educação infantil com o ensino fundamental, principalmente para garantir que a transição aconteça da melhor forma.

Formadora 3

Precisamos ajustar as rotas. Pois existe um grande distanciamento entre os resultados das avaliações internas da EI com os resultados das avaliações externas. É sinal de alerta. Este momento exige humildade e maturidade pedagógica para avançar e garantir qualidade educacional para nossas crianças.

Conclusão da DRE

Vamos movimentar! O que não podemos é acomodar.
Todo ano teremos avaliação para acompanhar o perfil de saída das crianças da Ed. Infantil.

Fonte: Elaborada pela autora (dez/2025), conforme os diálogos do Grupo de WhatsApp dos formadores regionais, em anexos neste texto.

Enfim, as evidências emergentes dos diálogos, estabelecidos ao longo da análise de dados da pesquisa, permitem afirmar com clareza que os dados de desempenho apresentados são consistentes e refletem a realidade vivenciada pelas crianças na Educação Infantil. Os obstáculos identificados, que comprometem o desenvolvimento pleno das aprendizagens nessa etapa, demandam a necessidade de superação urgente e estratégica para que as crianças possam atingir índices melhores no ranking da alfabetização.

Ao reconhecerem as fragilidades locais, as formadoras reafirmam o papel central da formação continuada como instrumento de transformação das práticas pedagógicas. Desse modo, torna-se imprescindível que essa reflexão seja compartilhada com a gestão educacional, de forma a construir coletivamente ações mais eficazes, sensíveis às especificidades do território e comprometidas com a promoção de aprendizagens significativas, desde os primeiros anos escolares. Trata-se de um movimento que exige intencionalidade, escuta e compromisso ético com o direito à educação de qualidade para todas as crianças.

Pelo exposto, o mundo, a escola e os profissionais da educação se revelam como espaço vivo e dinâmico, onde o fazer pedagógico não apenas se constrói, mas também é continuamente ressignificado pelas práticas, pelas relações e pelas demandas que emergem no contexto educacional. É nesse território que os sentidos da educação se atualizam, confrontando discursos, políticas e experiências concretas.

As evidências analisadas indicam que as avaliações em larga escala têm produzido impactos significativos no ambiente escolar, influenciando diretamente as decisões

pedagógicas e a organização do trabalho docente. As pistas encontradas ao longo deste estudo apontam para um processo de estreitamento curricular, um “afunilamento” que orienta as práticas escolares em função do cumprimento de metas estabelecidas por políticas externas, muitas vezes descoladas das realidades locais.

Esse movimento alcança, inclusive, a etapa da Educação Infantil, historicamente reconhecida por sua abordagem lúdica e centrada no desenvolvimento integral da criança. Mas a pressão por resultados mensuráveis tem mobilizado ações que, em alguns casos, tencionam os princípios fundamentais dessa etapa, deslocando o foco do brincar e da experimentação para práticas mais conteudistas e voltadas à antecipação de habilidades escolares.

Assim, é possível perceber que a coleta de dados revelou-se um recurso fundamental para a condução da análise qualitativa empreendida. Todas as informações pertinentes à investigação foram devidamente disponibilizadas, permitindo uma compreensão aprofundada do objeto de estudo.

Os dados de desempenho de larga escala apontaram-nos três categorias de análise que impulsionam as iniciativas de políticas educacionais, que geram informações para comunidade escolar e auxiliam nas tomadas de decisões, sistematizadas na figura 28.

Figura 28 - Categorias de análise



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A partir da análise dos dados coletados tornou-se evidente que as avaliações em larga escala têm provocado uma mobilização significativa entre os profissionais da escola, especialmente no que diz respeito à etapa da Educação Infantil. Essa mobilização não se

restringe ao cumprimento de metas, mas se desdobra em ações concretas voltadas à revisão e ao aprimoramento das metodologias didático-pedagógicas adotadas no cotidiano escolar.

Nesse movimento, observa-se uma crescente preocupação com a formação continuada dos professores, que passa a ser repensada à luz dos desafios impostos pelos resultados das avaliações externas. A formação do LEEI busca por práticas mais coerentes com os princípios da infância, e como formadora eu tentava conciliar o que a Secretaria Municipal de Educação queria que atendesse, porém sem passar por cima dos objetivos que trazem a formação. E assim, cumprir com os indicadores de qualidade educacionais em um esforço coletivo de professores em prol de transformar os dados em insumos para a ação e não apenas em números que alimentam estatísticas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim passamos para as considerações finais desta pesquisa, a qual fica para mim um grande aprendizado e conhecimentos adquiridos nesta caminhada. Pois, encerrar esta pesquisa representa, ao mesmo tempo, um exercício desafiador e uma experiência profundamente gratificante.

A construção deste estudo foi marcada por múltiplos encontros com ideias, com dados, com vozes e com práticas que, direta ou indiretamente, contribuíram para o percurso reflexivo aqui traçado. Procuramos, ao longo desta jornada, reunir em um mesmo espaço/tempo os diversos olhares que atravessam o campo educacional, seu desempenho como indicador de sucesso, especialmente no que diz respeito à etapa da Educação Infantil e sua articulação com as políticas de avaliação em larga escala e a formação continuada.

Ao começar desenvolver este estudo, desde a delimitação do objeto de estudo até a elaboração do aparato teórico-metodológico, buscamos dialogar com a literatura especializada e com os dados empíricos que emergiram da realidade concreta das escolas. As narrativas construídas a partir dos resultados da avaliação de entrada aplicada às crianças egressas da Educação Infantil, no município de Nova Xavantina pela SME, revelam não apenas indicadores quantitativos, mas também, pistas qualitativas sobre os desafios enfrentados pelas redes de ensino no processo de transição entre etapas.

A análise dos dados obtidos ao longo da pesquisa permite afirmar que os objetivos inicialmente propostos foram plenamente contemplados. Retomando o foco central da investigação com objetivo: “Analisar os dados das provas de entrada dos alunos do 1º ano do ensino fundamental por meio do Programa de Formação Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI implantado na Rede Municipal de Educação de Nova Xavantina, visando

verificar se é possível percebermos implicações na prática docente, relacionadas ao Programa LEEI, considerando os resultados da avaliação de entrada, a qual retrata o rendimento escolar das crianças egressas dessa fase escolar”.

Os resultados evidenciam implicações concretas na atuação pedagógica dos docentes. Eles sugerem que a implementação do ICMS-Educação impactou para o avanço de acelerar a alfabetização das crianças da educação infantil, para assim alcançar melhores desempenhos educacionais e definir os valores dos repasses financeiros para o município. No entanto, cabe questionar se essas regras de redistribuição do ICMS-Educação poderão de fato contribuir para a redução das desigualdades socioeconômicas e educacionais.

E resta compreender se essas regras conseguirão fortalecer a equidade e elevar a qualidade do ensino no contexto municipal, especialmente em territórios historicamente marcados por vulnerabilidades na atual circunstância. Diante disso, não podemos afirmar que este seja o caminho para o sucesso da escola, mas os anos que virão serão importantes para compreendermos os resultados desse processo.

A partir daqui já é possível compreender como as avaliações em larga escala impactam diretamente a organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. Ainda que os instrumentos avaliativos utilizados não se apliquem diretamente a essa etapa, observa-se seu impacto indireto, especialmente na forma como vêm influenciando práticas pedagógicas voltadas à escolarização precoce, e tomada de decisões que acabam por reconfigurar os modos de ensinar e cuidar das crianças pequenas na educação infantil.

Quanto à análise de dados dos resultados da avaliação diagnóstica inicial, encontrou-se efeitos robustos na pesquisa, apontando lacunas que exigem atenção e intervenção qualificada. Os resultados da prova de entrada apontam uma defasagem significativa das crianças egressas da educação infantil, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa (destacando aspectos relacionados às habilidades de escuta, fala, pensamento e imaginação, conforme a matriz em anexo) e Matemática (destacando aspectos relacionados ao campo de experiências, espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, conforme a matriz em anexo). Tais evidências reforçam a necessidade de aprimorar as práticas docentes, de modo a garantir que as metas de alfabetização sejam efetivamente alcançadas.

O Programa LEEI, nesse sentido, mostra-se como um instrumento relevante para orientar e fortalecer a ação pedagógica, contribuindo para a construção de uma trajetória escolar mais significativa, desde os primeiros anos de escolarização. Por outro lado, os dados revelam a fragilidade das ações de mobilização voltadas à pré-alfabetização na educação infantil, para assegurar índices melhores de arrecadação do ICMS-Educação.

Sendo assim, apontamos algumas percepções nos diálogos demonstrados na análise de dados das formadoras preocupadas em articular estratégias de reversão do fracasso escolar. Ao longo desta escrita, dialogamos com diferentes autores e documentos que contribuíram para a construção de uma análise crítica sobre os temas centrais da pesquisa.

A avaliação em larga escala, situada no campo das políticas educacionais, foi abordada sob a perspectiva de Gewirtz e Ball (2011), que problematizam os efeitos da gestão por resultados na educação. As concepções de infância e de criança foram iluminadas pelo olhar sensível de Batista (2009), permitindo compreender a criança como sujeito de direitos e protagonista de sua aprendizagem.

O Documento de Referência Curricular para a Educação Infantil de Mato Grosso (2018) ofereceu diretrizes importantes para pensar práticas pedagógicas contextualizadas e significativas. Riboli (2019) contribuiu com reflexões sobre qualidade e equidade, aspectos fundamentais para a garantia de uma educação justa e inclusiva. Por fim, os estudos de Saviani (2008) apontaram caminhos possíveis para o aprimoramento das práticas educativas e para a formulação de políticas mais coerentes com as necessidades reais das crianças e dos profissionais que atuam na Educação Infantil.

Esperamos que os dados, as vozes e os olhares aqui mobilizados possam inspirar novas práticas, fortalecer políticas mais justas e contribuir para uma Educação Infantil que respeite, proteja e potencialize os direitos das crianças. Pois acreditamos que a aprendizagem nessa etapa é compreendida como um processo integral, mediado por estímulos e experiências sociais que favorecem o desenvolvimento da criança. A aquisição da linguagem escrita, nesse contexto, emerge como ferramenta essencial para a construção de novos saberes e identidades.

Além disso, a pesquisa reforça o papel estratégico das políticas educacionais na consolidação do conhecimento, destacando sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico do país, ao estabelecer diretrizes que asseguram a qualidade do ensino e a equidade no acesso à educação. Destacamos que, a partir de uma análise crítica fundamentada nesta pesquisa e na legislação educacional vigente, torna-se possível identificar os principais conceitos e distinções entre os programas PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) e LEEI (Leitura e Escrita na Educação Infantil). Ambos os programas compartilham o compromisso com a melhoria da qualidade da alfabetização, especialmente nos anos iniciais da escolarização, e reconhecem a formação continuada dos professores como eixo estruturante para o fortalecimento das práticas pedagógicas.

O PNAIC, instituído como política pública nacional, tem como base legal o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que estabelece metas para garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. Seu foco está na consolidação da alfabetização como direito, articulando formação docente, acompanhamento pedagógico e avaliação externa.

Já o LEEI propõe uma mediação voltada para etapa da educação infantil, valorizando o protagonismo da criança e o papel da Educação Infantil como etapa decisiva para o desenvolvimento das competências linguísticas. Ambos os programas de formação convergem na valorização da prática docente como elemento central da transformação educacional, mas divergem quanto à abrangência, ao público-alvo e à forma de implementação.

Essa análise evidencia que, embora distintos em suas origens e escopos, PNAIC e LEEI podem dialogar de forma complementar, contribuindo para a construção de uma política de formação continuada, sensível às especificidades locais e comprometida com a promoção de aprendizagens significativas desde a infância.

Os dados, referentes ao período de 2024 a 2025, disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação constituem um importante ponto de partida para repensar as práticas pedagógicas, políticas de formação docente e estratégias de gestão escolar. Dessa forma, mais do que conclusões fechadas, este estudo pretende abrir caminhos para novas investigações e provocar reflexões que contribuam para a construção de uma educação mais sensível, equitativa e comprometida com a infância em sua integralidade.

Quanto aos resultados da pesquisa, cabe aqui destacar que os dados analisados ao longo deste estudo permitiram a resposta do objetivo específico da pesquisa. Porque, a partir dos resultados obtidos na avaliação de entrada aplicada às crianças egressas da Educação Infantil, emergiram elementos que suscitaram reflexões importantes para mim, enquanto formadora municipal vinculadas ao Programa LEEI/MT, e revelaram a necessidade de promover ações significativas nas estratégias pedagógicas no município de Nova Xavantina, com vistas à elevação dos níveis de alfabetização.

A leitura crítica dos dados, não apenas apontou lacunas no processo de transição entre etapas, mas também reforçou o papel da formação continuada como instrumento de transformação das práticas docentes. Nesse sentido, espera-se que com o fortalecimento das ações propostas pela secretaria de educação seja possível consolidar avanços reais na aprendizagem das crianças, assegurando-lhes uma base sólida para o desenvolvimento de competências leitoras e escritoras, desde os primeiros anos do Ensino Fundamental.

Ao concluir esta pesquisa, reconhecemos que mais do que chegar a respostas definitivas, abrimos espaço para novas perguntas, inquietações e possibilidades. O percurso investigativo aqui trilhado reafirma a importância de olhar para os dados educacionais não apenas como indicadores técnicos, mas como expressões de trajetórias humanas, de contextos sociais e de práticas pedagógicas que merecem ser compreendidas em sua complexidade.

A análise dos resultados da avaliação de entrada das crianças egressas da Educação Infantil em Nova Xavantina nos permitiu vislumbrar nuances que ultrapassam os números. Revelam-se ali histórias, desafios e potências que convocam educadores, gestores e pesquisadores a repensarem os modos de acolher, ensinar e avaliar as crianças em seus primeiros passos no universo escolar.

Portanto, finalizamos este trabalho com a consciência de que a educação é um campo vivo, em constante transformação, e que o compromisso ético com a infância exige escuta sensível, reflexão crítica e ação comprometida. Temos esperança de que este estudo possa contribuir para fortalecer práticas educacionais mais justas, inclusivas e afetivas, e que inspire outros olhares sobre os caminhos possíveis para uma educação que respeite e celebre a singularidade de cada criança.

REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. Revista **[nome da revista não especificado]**, v. 3, p. 31, dez. 2015.

ALAVARSE, O. M.; BRAVO, M. H., MACHADO, C. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan./abr. ISSN 0103-6813. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/eae/v24n54/v24n54a02.pdf>>. Acesso em: 02 out de 2025.

ALFERES, Marcia Aparecida; MAINARDES, Jefferson. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em ação: revisão de literatura. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 102, p. 47–68, mar. 2019.

ARRUDA, L. R. V. D.; WALDMANN JÚNIOR, L. Apresentação da edição. **Revista MATO GROSSO**. Documento de Referência Curricular para a Educação Infantil. Agenda Política, v. 7, n. 3, p. 1–2, 28 dez. 2019.

BAPTISTA, M. C. Crianças menores de sete anos, aprendizagem da linguagem escrita e o Ensino Fundamental de nove anos. In: MACIEL, F. I. P.; BAPTISTA, M. C.; MONTEIRO, S. M. (Orgs.). **A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o Ensino Fundamental de nove anos**: orientações para o trabalho com a linguagem escritas em turmas de crianças de seis anos de idade. Belo Horizonte:UFMG/FaE/CEALE, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB,2010.

BRASIL. **ICMS-Educação nos estados**: Uma análise das novas leis estaduais inspiradas na experiência do Ceará. Novembro/2023. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/wp-content/uploads/2023/10/estudo-tpe-icms-educacao-nos-estadosdocx.pdf>>. Acesso em: 28 out 2024.

BRASIL (ED.). **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf>. Acesso em: 10 mar 2025.

BRASIL. **Portaria n. 826, de 7 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa PNAIC, suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação PNME. Disponível em: <<https://undimesc.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Portaria-MEC-n%C2%B0-826-de-7-de-julho-de-2017-ALTERADA.pdf>>. Acesso em: 09 jun 2025.

BRASIL. **Seduc-MT orienta prefeitos sobre regras de repasse do ICMS à Educação**. Disponível em: <<https://www3.seduc.mt.gov.br/-/22923407-seduc-mt-orienta-prefeitos-sobre-regras-de-repasse-do-icms-a-educacao>>. Acesso em: 28 out 2024.

BRASIL. **ICMS-EDUCAÇÃO**: Um guia para as gestões municipais. Disponível em: <<https://educacaojamunicipios.todospelaeducacao.org.br/wp-content/uploads/2024/08/icms-educacao-educacao-ja-municipios-2024.pdf>>. Acesso em: 09 jun 2025.

BRASIL. **Lei prorroga vigência do Plano Nacional de Educação até dezembro de 2025**. Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/07/26/lei-prorroga-vigencia-do-plano-nacional-de-educacao-ate-dezembro-de-2025>>. Acesso em: 06 mar 2025.

BRASIL. **COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA**. Orientações para a formulação e implementação das estratégias de formação continuada no âmbito do compromisso nacional criança alfabetizada. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/pdf/orientacoes_formacao_continuada.pdf>. Acesso em: 06 mar 2025.

CALDAS, Alberto Lins. Dialética e hermenêutica: Uma questão de método. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 1, p. 23, 24 abr. 1997.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Balanço do PNE 2024**: Relatório de Metas. Disponível em: <https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Balanco_do_PNE_2024_da_Campanha_Relatorio_de_Metas_PPT.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2025.

COSTA, Marilda De Oliveira. ICMS-Educação e Governança por Resultados em Mato Grosso: aspectos legais, programas e atores em movimento. **FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação**, v. 14, p. 1–17, 2024.

CUIABÁ: Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer, 2018. **EDUCAÇÃO, M. DA. Currículo e linguagem na educação infantil**. [s.l.] Secretaria de Educação Básica, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Por um novo Plano Nacional de Educação**. Cadernos de pesquisa, v. 41, n. 144, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a08.pdf>>. Acesso em: 02 jul 2025.

FERNANDES, Cleoni Maria Barboza; MOROSINI, Marília Costa. **Metodologias de Pesquisa em Educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** / Paulo Freire. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4).

GODOI, M. S. de; REZENDE, E. I. O. S. de.; FRANCIA, N. Z. M. M. D. .; SANTOS, J. M. F. dos. Icms-educação criado pela emenda constitucional 108/2020: resistência da maioria dos estados para sua efetiva implementação. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, [S. l.], v. 39, n. 2, 2023. Disponível em: <<https://revista.fdsu.edu.br/index.php/revistafdsu/article/view/648/547>>. Acesso em: 10 mar 2025.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

GANDIN, Luís Armando, LIMA, Iana Gomes de. Reconfiguração do trabalho docente: um exame a partir da introdução de programas de intervenção pedagógica. In.: **Revista Brasileira de Educação** v. 20 n. 62 jul.-set. 2015.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n62>>. Acesso em: 17 fev 2025.

GEWIRTZ, Sharon; BALL, Stephen J. **Do modelo de gestão do "Bem-Estar Social" ao "Novo gerencialismo"**: mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional. In: BALL, Stephen J. e MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, Liduina Maria. **Política Educacional no Estado do Ceará e a melhoria da aprendizagem associada aos repasses do índice de qualidade da educação**. 15/06/2022 - 198 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca Professor Antônio Martins Filho.

GRUTZMANN, T. P. Saberes docentes: um estudo a partir de Tardif e Borges. **Revista Temas em Educação**, v. 28, n. 3, 9 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@: Nova Xavantina – Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-xavantina/panorama>>. Acesso em: 01 jul 2025.

JESUS, Simone Aparecida de. **A Literatura no Âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)**. Goiânia, 2019. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientadora: Profa. Dra. Gina Glaydes Guimarães Faria.

JESUS, Simone Aparecida de; FARIA, Gina Glaydes Guimarães de. A presença da Literatura no Pacto pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. **40ª Reunião Nacional da ANPED**. Anais das Reuniões Nacionais da ANPED. Pará, UFPA. Disponível em: <<https://anais.anped.org.br/40reuniao/trabalhos/presen%C3%A7a-da-literatura-no-pacto-pela-alfabetiza%C3%A7%C3%A3o-na-idade-certa-pnaic>>. Acesso em: 07 mar 2025.

KLEIN, Ruben; FONTANINE, Nilma Santos. **Avaliação em larga escala**: uma proposta inovadora. Revistas do Sistema Inep, v. 15, n. 66, abr./jun. 1995.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. 3ªed. Porto Alegre: Meditação, 1998.

LEAL, Telma Ferraz. Intencionalidade da avaliação na língua portuguesa. In: **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas**: em diferentes áreas do currículo. SILVA, Janssen Felipe da. HOFFMANN, Jussara. ESTEBAN, Maria Teresa. (Org) Porto Alegre: Mediação, 2010.

LEEI-MT. **Programação e caderno de estudos**: Voos para ler o mundo a partir do Centro Geodésico da América do Sul. Cuiabá: UFMT, 2024.

MACHADO, N. J. Qualidade da educação: cinco lembretes e uma lembrança. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61 Set.-dez. 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-401420070003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun 2025.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1988

MARX, Karl. **O capital - crítica da economia política**. Editora Nova Cultural.São Paulo. 1996. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

MATIAS-PEREIRA, José. **Pesquisa científica**: metodologia e gestão. São Paulo: Atlas, 2019.

MATO GROSSO. **Documento de Referência Curricular para a Educação Infantil**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, 2018.

MATO GROSSO. Governo do Estado. Decreto Estadual nº 1.514, de 04 de novembro de 2022. Regulamenta a Lei Complementar nº 746, de 25 de agosto de 2022, e consolida, no território mato-grossense, as normas relativas ao cálculo dos Índices de Participação dos Municípios do Estado de Mato Grosso no produto da arrecadação do ICMS - IPM/ICMS e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Cuiabá, 2022. Disponível em: <<https://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/5edf9c5193c58088032567580038916b/f2d091a59b619163042588f300496232?OpenDocument>>. Acesso em: 04 ago 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Seduc-MT orienta prefeitos sobre regras de repasse do ICMS à Educação**. Cuiabá: MPMT, 2022. Disponível em: <<https://mpmt.mp.br/portalcas/news/729/119402/seduc-mt-orienta-prefeitos-sobre-regras-de-repasse-do-icms-a-educacao/229>>. Acesso em: 12 dez. 2025.

MOROSINI, Marília; SANTOS, Pricila Kohls e BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do conhecimento**: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, p. 1106–1133, dez. 2017.

OLIVEIRA, Ana Gardennya Linard Sirio. **Financiamento da Educação Básica no Ceará: O ICMS na Promoção da Equidade** 01/10/2023 211 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Prof. Antonio Martins Filho.

OLIVEIRA, Clara Maria Cavalcante Brum de ; TROTTA, W. . **A dimensão política segundo Platão e a crítica de Aristóteles**. Achegas.net , Rio de Janeiro, v. 32, p. 29-52, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2002.

PINHO, J. A. G. D.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1343–1368, dez. 2009.

RIBOLI, Cesar. **A judicialização do direito à Educação Infantil no estado do Rio Grande do Sul (2008-2018)**. São Leopoldo, 2019.

ROVERI, Fernanda Theodoro; DUARTE, Caroline. **Reflexões sobre a implementação do PNAIC na Educação Infantil**: tensões e riscos à docência e à infância. Educação (UFSM), v. 43, n. 4, p. 807–822, 1 out. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5902/1984644432438>>. Acesso em: 10 mar 2025.

SAVIANI, Dermeval. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, M.A.V; SILVA JÚNIOR, C.A. (Org.). **Formação do educador**: dever do Estado, tarefa da Universidade. São Paulo: Ed. Da Unesp, 1996.

SAVIANI. Dermeval. Política Educacional Brasileira: Limites e perspectivas. **Revista de Educação**, PUC-Campinas, Campinas, n. 24, jun. 2008, p. 7-16.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, Maio /Jun /Jul /Ago, 2011.

SOUSA, Sandra Zákia. *Avaliação da Educação Infantil: questões controversas e suas implicações educacionais e sociais*. In: SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo

Portela de (orgs.). **Avaliação educacional: fundamentos e políticas da educação básica e superior**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 63-84.

STEIN, Ernildo. **Dialética e Hermenêutica: Uma Controvérsia Sobre o Método em Filosofia**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SOUSA, M. M.; SCHMIDT, S. P. Agenda 2030-ONU como ato de linguagem neoliberal: educação de qualidade e desigualdades sociais. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 27, n. 54, p. 326–348, 2 jun. 2023.

SOUSA, Sandra Záquia. **Avaliação da educação infantil: propostas em debate no Brasil**. Interacções, Lisboa, v. 10, n. 32, p.68-88, 2014.

Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/6349>>. Acesso em: 21 out 2025.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **ICMS-Educação: guia para gestores municipais**. São Paulo: Todos Pela Educação, 2024. Disponível em: <<https://educacaojamunicipios.todospelaeducacao.org.br/wp-content/uploads/2024/08/icms-educacao-educacao-ja-municipios-2024.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2025.

VIEIRA, S. L. **Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense**. Estudos Avançados, vol. 2, n. 60, São Paulo, maio/ago., 2007. ISSN 1806-9592. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200004>. DOI>. Acesso em: 02 out 2025.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (org). **Avaliação em larga escala: foco na escola**. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Líber Livro, 2010

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, out./dez., 2011. p. 769-792. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf>>. Acesso em: 07 ago 2025.

ANEXOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REGISTRO DE IMAGENS

Eclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa: A efetividade das Políticas Educacionais e seus Implicações na Prática Docente: o programa LEEI no Município de Nova Xavantina – MT, que tem como pesquisadora responsável Evakeila Pereira Santana Sousa e sua Orientadora a professora Dra. Sílvia Regina Canan, do Programa de Pós-graduação em Educação da URI, como parte da pesquisa de Mestrado em Educação. Esta pesquisa pretende analisar se é possível percebermos implicações na prática docente, relacionadas ao Programa LEEI, desenvolvido no município de Nova Xavantina MT, a partir dos resultados da avaliação de entrada a qual retrata o rendimento escolar dos alunos egressos do Pré I e Pré II. Compreender como os insucessos no rendimento dos alunos refletem diretamente na educação infantil, especialmente na necessidade de pré-alfabetizar as crianças das turmas Pré I e II, no contexto da nova Lei de Arrecadação do ICMS (Lei Estadual 746/2022). O motivo que nos leva a fazer este estudo se justifica: A prática docente e a formação continuada não apenas respondem às exigências do contexto atual, mas também são instrumentos fundamentais para a transformação e aprimoramento do sistema educacional. Esse processo contínuo de desenvolvimento profissional contribui para a melhoria da qualidade do ensino e para o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos pelas políticas públicas. Diante desse cenário, buscamos aprimorar a pesquisa para contribuir com o campo educacional, enfocando a efetividade das políticas educacionais e seus impactos na prática docente. Para tanto, a abordagem da pesquisa se caracteriza como abordagem qualitativa, essa pesquisa será conduzida por meio da análise dos dados a partir dos resultados da avaliação de entrada que retrata o rendimento escolar dos alunos egressos do Pré I e Pré II. Isto posto, solicitamos autorização para efetuar o registro de imagem, gráficos ou resultado das provas de entrada nas turmas do 1º ano do ensino fundamental, concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados com os seguintes direitos:

1. Ter acesso às fotos e/ou vídeos e/ou à gravação e transcrição dos áudios;
2. Ter a garantia que as fotos e/ou vídeos e/ou áudios coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas e eventos científicos;
3. Não ter a identificação revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas, utilizando mecanismos para este fim (tarjas, distorção da imagem, distorção da voz, entre outros).
4. Ter as fotos e/ou vídeos e/ou áudios obtidos de forma a resguardar a privacidade e minimizar constrangimentos;
5. Ter liberdade para interromper a participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse das fotos e/ou vídeos.

Não há obrigatoriedade em permitir o uso das fotos e/ou vídeos e/ou áudios, porém, caso aceite, será de forma gratuita mesmo que imagens sejam utilizadas em publicações de livros, revistas ou outros documentos científicos.

As fotos e/ou vídeos e/ou áudios coletados serão: o registro de imagem ou gráficos resultante das provas de entrada nas turmas do 1º ano do ensino fundamental.

Consentimento de Autorização de Uso de Imagens (fotos e/ou vídeos)

- ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ELABORADO EM DUAS VIAS; UMA FICARÁ COM O PARTICIPANTE E OUTRA COM O PESQUISADOR RESPONSÁVEL.
- NA EXISTÊNCIA DE MAIS DE UMA PÁGINA, ESTAS DEVERÃO SER NUMERADAS E CONTER RUBRICAS DO PESQUISADOR E DO PARTICIPANTE.

Após ter sido esclarecido sobre as condições para a minha participação no estudo, eu, _____ autorizo o uso de:

- ☐ Minhas Imagens (fotos e/ou vídeos)
☐ minha voz
☐ minhas Imagens (fotos e/ou vídeos) e minha voz



Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME), ____/____/____.

Documento assinado digitalmente
EVAKEILA PEREIRA SANTANA SOUSA
Data: 05/01/2025 10:36:25 -0300
Verifique em: <https://validar.dig.br>

Assinatura do participante



Impressão
desta cópia
do participante

METAS EDUCAÇÃO INFANTIL 2024



Pre escola

Pré II

As crianças do Pré II deverão desenvolver a motricidade, a socialização, autonomia, a coordenação motora fina e grossa, as competências socioemocionais, reconhecer e escrever o alfabeto, os numerais de 0 a 30, escrever e reconhecer os numerais 0 a 20 medida e grandezas, contar, associar, antes e depois, conjuntos de numerais, os diferentes, adição e subtração simples, monetários tabelas e gráficos. Reconhecer e escrever seu nome completo, estabelecer conceito de ordem e tamanho, diferenciar letras e números, reconhecer letra inicial e final de palavras. Identificar e desenhar as quatro formas geométrica, desenvolver os conceitos de juntar e tirar e, completar sequência numérica, cores primárias e secundárias. Gêneros Textuais, finalizar-se com as Famílias silábicas, Linguagem Oral, rimas, reconhecer e escrever palavras geradoras, consciência fonológica e fonêmica, aliterações.

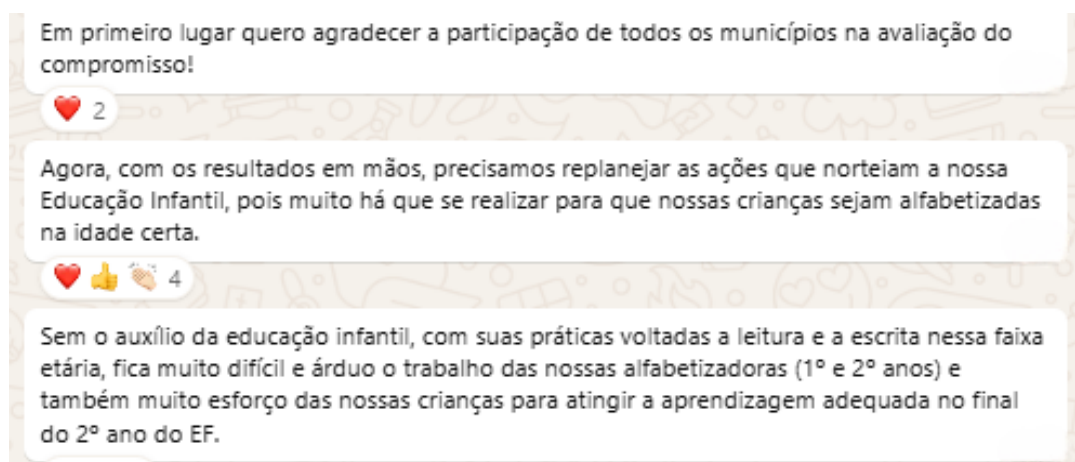
Habilidades

Matrizes – LP – 1º Ano – Matemática – Ciclo I

(EI03ET01) Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.	H45 - Contar a quantidade de objetos de uma coleção contendo até 20 elementos, apresentando o resultado em registro numérico.	H46 - Comparar quantidades de objetos de coleções, contendo até 20 elementos cada, com suporte de imagens, indicando qual tem mais, qual tem menos ou quais têm a mesma quantidade.	H47 - Classificar objetos segundo atributos de cor, forma ou medida.
(EI03ET05) Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.	H49 - Interpretar localização de pessoas, animais ou objetos no espaço, considerando um ponto de referência e noções de orientação (à direita, à esquerda, em frente, atrás, em cima ou embaixo).	H50 - Reconhecer figura geométrica espacial (cone, cilindro, esfera ou bloco retangular) em objetos do mundo físico, pela sua forma.	H51 - Reconhecer figuras geométricas planas (círculo, quadrado, retângulo ou triângulo) desenhadas em diferentes disposições.
(EI03ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência.	H52 - Comparar objetos de uso cotidiano por meio de um dos atributos: comprimento, capacidade ou massa.		
(EI03ET08) Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos.			
(EI03ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes.			
"ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES"			

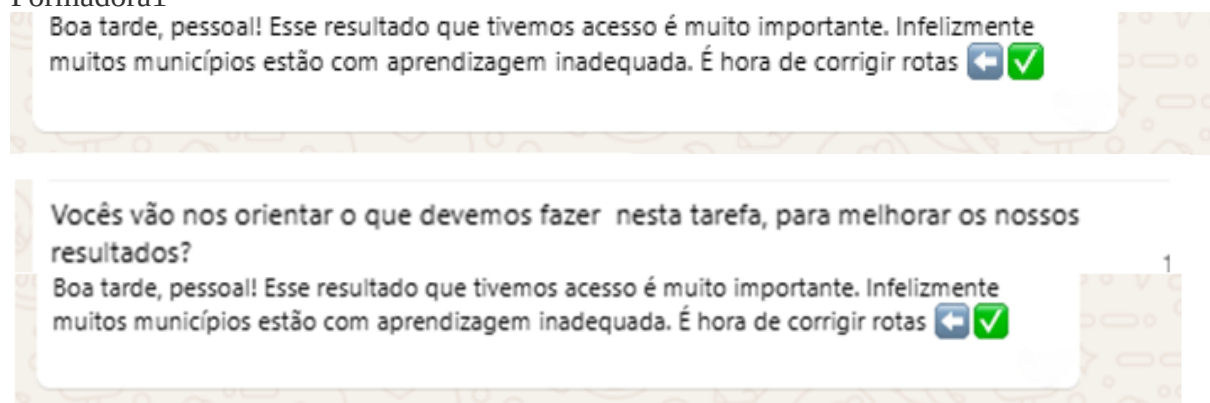
Matrizes – LP – 1º Ano – Leitura – Ciclo I

(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.	H1 - Distinguir letras do alfabeto de desenhos e/ou outros sinais gráficos.	H2 - Reconhecer letras do alfabeto.	H3 - Reconhecer as direções da escrita.
(EI03EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.	H4 - Identificar a correta segmentação das palavras na escrita.	H6 - Identificar rimas.	H7 - Identificar semelhanças entre sílabas (inicial, medial, final) de palavras.
(EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.	H8 - Ler palavras formadas exclusivamente por sílabas canônicas.	H9 - Ler palavras formadas exclusivamente por sílabas canônicas.	H10 - Ler frases (ordem direta, estrutura canônica: sujeito, verbo, objeto - um complemento).
(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.			
(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.			
"“ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO”"			



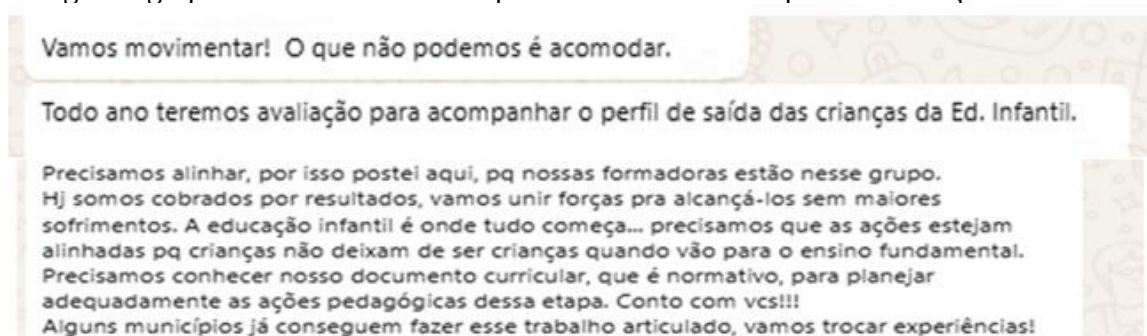
Diálogo em Grupo de WhatsApp dos formadores regionais – índices de desempenho. Mediação da DRE

Formadora1



Fonte: Grupo de WhatsApp dos formadores regionais.

Diálogo em grupo de formadores municipais – índices de desempenho: mediação da DRE



Diálogo em grupo de formadores municipais – índices de desempenho:

Formadora 2

Vocês vão nos orientar o que devemos fazer nesta tarefa, para melhorar os nossos resultados?

1

Formadora 3

Boa tarde, precisamos de alinhamento com a Educação Infantil. Infelizmente, do jeito que está, estamos nadando contra a maré. Haja vista que, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da EI conforme preconiza a BNCC, não estão sendo garantidos nessa etapa. Triste com o resultado. Vamos que vamos. 😞

Espero que o LEEI de fato se alinhe com os objetivos do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Só as revoadas e mergulhos não estão atendendo a proposta. Não sei nos outros municípios, mas o nosso reflexo está no diagnóstico. 😞

Formadora 1

Exatamente! Ou criamos metas para educação infantil ou continuamos no ranking de defasagem.

Fonte: Grupo de WhatsApp dos formadores regionais.

Diálogo em grupo de formadores municipais – índices de desempenho.

Formadora 4

Apesar dos desafios, seguimos firmes. Nosso compromisso vai além do acompanhamento técnico: buscamos garantir que cada criança seja reconhecida em sua trajetória e em seu processo de aprendizagem. Como orienta a Diretriz Curricular Nacional para a Educação Infantil, essa etapa não deve ter fins de classificação, seleção ou promoção.

Seguimos com o olhar atento, os pés no chão das unidades e o desejo sincero de contribuir com práticas que respeitem a infância, valorizem os educadores e fortaleçam o percurso de cada criança.

E a título de troca de experiência, segue abaixo o que fazemos como monitoramento inicial. 😊 Aqui estão apenas os orientativos para 4 e 5 anos do *início do ano*. E no final do ano temos o monitoramento FINAL.

Fonte: Grupo de WhatsApp dos formadores regionais (2025).

Mediação da DRE

Exatamente. Precisamos que haja uma aproximação da educação infantil com o ensino fundamental, principalmente para garantir que a transição aconteça da melhor forma

Fonte: Grupo de WhatsApp dos formadores regionais.

Mediação da DRE

Formadora 3

Precisamos ajustar as rotas. Pois existe um grande distanciamento entre os resultados das avaliações internas da EI com os resultados das avaliações externas. É sinal de alerta. Este momento exige humildade e maturidade pedagógica para avançar e garantir qualidade educacional para nossas crianças.



1

Conclusão da DRE

Vamos movimentar! O que não podemos é acomodar.

Todo ano teremos avaliação para acompanhar o perfil de saída das crianças da Ed. Infantil.

Fonte: Grupo de WhatsApp dos formadores regionais.